

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS**

**CARLA MORAES CASTELLO BRANCO**

**A TERCEIRIZAÇÃO DA REPRESSÃO: AGRESSÕES FÍSICAS E  
MORAIS SOFRIDAS POR JORNALISTAS BRASILEIROS ENTRE  
2018 E 2022**

**CURITIBA  
2023**

**CARLA MORAES CASTELLO BRANCO**

**A TERCEIRIZAÇÃO DA REPRESSÃO: AGRESSÕES FÍSICAS E  
MORAIS SOFRIDAS POR JORNALISTAS BRASILEIROS ENTRE  
2018 E 2022**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em  
Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti  
do Paraná, como requisito para obtenção do Grau  
de Doutor em Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Cristine Fort.

**CURITIBA  
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte  
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuti do Paraná

B816 Branco, Carla Moraes Castello.

A terceirização da repressão: agressões físicas e morais

sofridas por jornalistas brasileiros entre 2018 e 2022 / Carla  
Moraes Castello Branco; orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica  
Cristine Fort.

131f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba,  
2023

1. Jornalismo. 2. Violência. 3. Controle. 4. Mídias sociais.  
5. Repressão. I. Tese (Doutorado) Programa de Pós-  
Graduação em Comunicação e Linguagens / Doutorado em  
Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 070.4

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

## RESUMO

A presente tese está inserida na Linha de Pesquisa Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais que investiga agressões físicas e morais sofridas por jornalistas e veículos de comunicação, que culminaram em perseguições e ataques à imprensa camuflados de liberdade de expressão. A pesquisa analisou a prática jornalística relacionada ao fenômeno extra-midiático da repressão, este constituído das tecnologias da comunicação e disseminado em redes sociais digitais, as quais são utilizadas para imitar veículos de imprensa, além de contribuir com a proliferação de discursos de ódio. Para tanto, tal estudo constituiu-se de método qualitativo e utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista, cuja amostra é um grupo focal composto por jornalistas, os quais foram submetidos a perguntas norteadoras para obtenção das impressões acerca das agressões no contexto jornalístico. Foram selecionados profissionais de todo o país, na perspectiva citada, para representar os jornalistas de diversas regiões do Brasil. As análises abordam o jornalismo como uma atividade de risco, diferentes formas de propagação de informações sem o cuidado com a veracidade da notícia e o exercício do ofício do jornalista que pode afetar a integridade física, saúde mental, convivência social e profissional. Recorreu-se à produção de conteúdo de emissoras de TV que gerou violência por parte de populares e ganhou repercussão, por meio de compartilhamentos em mídias sociais. Vale a ressalva de que emissoras têm disponibilizado conteúdos na internet, os quais são analisados como objeto empírico de agressões físicas e morais que veículos de comunicação e jornalistas são acometidos. O corpus cobre o período de 2018-2022.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Violência; Controle; Mídias Sociais; Repressão.

## **ABSTRACT**

This thesis is part of the Research Line Media Processes and Communication Practices that investigates physical and moral aggressions suffered by journalists and communication vehicles, which culminated in persecutions and attacks on the press camouflaged as freedom of expression. The research analyzed the journalistic practice related to the extra-media phenomenon of repression, which is the inheritance of communication technologies and disseminated in digital social networks, which are used to imitate press vehicles, in addition to contributing to the experience of hate speech. For this purpose, this study is based on a qualitative method and used the interview as a data collection instrument, whose sample is a focus group composed of journalists, who were sent the guiding questions to capture impressions about the aggressions in the context journalistic. Professionals from all over the country were selected, in the aforementioned perspective, to represent journalists from different regions of Brazil. The analyzes address journalism as a risky activity, different forms of information control without care for the veracity of the news and the exercise of the journalist's craft that can affect physical integrity, mental health, social and professional coexistence. We resorted to the production of content from TV stations that generated violence on the part of the popular and gained repercussions through shares on social media. It is worth noting that broadcasters have content available on the internet, which is analyzed as an empirical object of physical and moral aggression that media outlets and journalists are acquired. The corpus covers the period 2018-2022.

**Keywords:** Journalism; Violence; Control; Social Media; Outsourcing of Repression

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer acima de tudo a Deus, sem Ele, a realização desta tese não seria possível. Na sequência, a todos os colegas de profissão que contribuíram de forma direta e indireta com o meu objeto de pesquisa. Aos professores doutores da Universidade Tuiuti do Paraná do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, os quais desde o ano de 2019 contribuem para o meu crescimento acadêmico e trajetória na ciência.

Lembro-me, como se fosse hoje, da Aula Magna com a professora Dra. Marialva Barbosa, a minha primeira disciplina sobre Pesquisa em Comunicação, além dos ensinamentos do professor Dr. Geraldo Pieroni, demais professores conceituados e admiráveis mestres e doutores como Kati Caetano, Carlos Eduardo Marquioni, Marcelo Carvalho e, não menos importante, a minha orientadora, a professora Dra. Mônica Fort.

Os meus mais profundos agradecimentos também aos professores que participaram da minha qualificação e me proporcionaram uma reflexão crítica sobre o andamento da pesquisa, alguns já citados acima e os demais como profa. Dra. Karine Moura Vieira, professor Dr. Renan Albuquerque e professor Dr. Márcio Telles. Além das minhas parceiras de sala de aula Bany Narondy, Danda Coelho e amiga irmã Marilua Feitoza. Sou grata, também, às professoras da Universidade do Estado do Amazonas Dra. Meire Botelho e Mestra Márcia Montenegro, além da contribuição significativa, na reta final do processo, da professora Dra. Ivânia Vieira da Universidade Federal do Amazonas.

E por fim, agradeço de forma especial à minha família, meu filho Leonardo Castello Branco Ferreira, à minha mãe Marly Rebelo de Moraes, irmão Fábio Moraes Castello Branco e principalmente ao meu genitor José Amarilis Castello Branco. Meu amado pai, o qual sonhou comigo a concretização desse doutorado desde que ainda era um pré-projeto. Ele me acompanhou de perto em todas as etapas, e mesmo quando estava em tratamento de um câncer raro, lutando pela vida, nunca deixou de se preocupar com as minhas responsabilidades, ao longo dos 4 anos, em todas as etapas da pesquisa.

Meu paizinho José Castello Branco desencarnou no Natal de 2022, e esta tese eu dedico e compartilho com ele no plano espiritual, na certeza que lá do alto, também está sendo celebrada a realização desse sonho.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - O Estado de São Paulo, 10 de maio de 1973. O anúncio do "Agora é Samba" da Rádio Eldorado substituiu a reportagem sobre o pedido de renúncia do Ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima.	29
Figura 2 - Revista Veja, 2 de fevereiro de 1974, p. 22. As imagens de demônios preenchem os espaços de textos censurados. Legendas: "Aprisionado pelo nosso objetivo, uma das últimas aparições do diabo"; "Belzebu e Asmedai na época de seu reinado".	30
Figuras 3 e 4 – Repórter fotográfico Orlando Brito, em manifestação no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, antes de ser atacado por apoiadores de Bolsonaro	64
Figuras 5, 6 e 7 – Jornalistas atacadas nas redes sociais. Daniela Lima, Juliana Dal Piva e Patrícia Campos Mello	72
Figuras 8 e 9 – Jornalistas atacadas nas redes sociais. Amanda Klein e Vera Magalhães	73
Figura 10 e 11 – Repórteres atacados por apoiadores de Bolsonaro	74
Figura 12 – Clarissa Oliveira	75
Figura 13 – A agressão ao cinegrafista foi registrada	78
Figura 14 – Equipe da NSC TV é agredida em Florianópolis durante Reportagem	94
Figura 15 – Bolsonaro insulta repórter e a manda “calar a boca”	95
Figura 16 – Repórter da Globo é expulso de manifestação de policiais em MG	95
Figura 17 – Repórteres amazonenses agredidos por apoiadores de Bolsonaro	96

### GRÁFICOS

Gráfico 1 – Casos de violência contra jornalistas em 2019	65
Gráfico 2 – Casos de violência contra jornalistas em 2020	66
Gráfico 3 – Casos de violência contra jornalistas em 2021	67
Gráfico 4 – Número de violência por região em 2019	68
Gráfico 5 – Número de violência por região em 2020	69
Gráfico 6 – Número de violência por região em 2021	69
Gráfico 7 – Número de violência por gênero em 2019	70

Gráfico 8 – Número de violência por gênero em 2020	71
Gráfico 9 – Número de violência por gênero em 2021	71
Gráfico 10 - Violência por tipo de mídia em 2019	75
Gráfico 11 - Violência por tipo de mídia em 2020	76
Gráfico 12 - Violência por tipo de mídia em 2021	<u>77</u>
Gráfico 13 – Principais tipos de ataque à imprensa	93

## **QUADROS**

Quadro 1 - Definições comuns aos grupos focais.	19
Quadro 2 - Tipos de ataques digitais	20
Quadro 3 - Os casos ilustrativos do tom mais frequente na fala de Jair Bolsonaro no Youtube	85
Quadro 4 - Tipos de ataques digitais	87
Quadro 5: Relação dos especialistas candidatos com os perfis definidos para participação no grupo focal.	104
Quadro 6: Formação Acadêmica dos membros do grupo focal.	105



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CENSURA A PRÁTICAS JORNALÍSTICAS: DO PERÍODO COLONIAL À DITADURA MILITAR</b>	<b>22</b>
1.2 As raízes da censura no Brasil	22
1.2 A Censura no Império	24
1.3 Estado Novo: controle e valores autoritários	26
1.4 Censura na Ditadura Militar	28
1.5 Interpretações acerca da censura jornalística	37
1.6 Notas sobre resistência à censura	43
1.7 Imprensa e Censura	46
1.8 Censura, Violência e Repressão	51
<b>CAPÍTULO 2 – JORNALISMO E TRANSFORMAÇÕES</b>	<b>58</b>
2.1 A emergência da problemática da violência	61
2.2 Violência de gênero: casos que vitimaram jornalistas mulheres	72
2.3 Ataque às emissoras de televisão	73
2.4 Impunidade em casos de violência contra jornalistas e veículos de comunicação	78
2.5 Panorama Atual da Violência contra Jornalistas	80
2.6 Repressão e violência do público	82
<b>CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>85</b>
3.1 Estado da Arte	85
3.2 Violência contra jornalistas e veículos de comunicação	89
3.3 Ataques à imprensa – Relatórios Nacionais e Internacionais	93
3.4 Realidades de Repórteres Agredidos	98
3.5 Principais prejuízos causados aos jornalistas	101
3.6 Grupo focal	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

O efeito de terceirizar, de sofrer ou ser alvo de terceirização constitui para esta tese um adendo ao termo repressão, adotado pela autora, como ações violentas oriundas de terceiros na agressão física, verbal e moral aos jornalistas e veículos de comunicação. Violência essa que ocorre desde o período colonial, desde os primeiros séculos da história do Brasil, exercida de forma quase hegemônica pela Igreja Católica “por meio das ordens religiosas aqui estabelecidas e de seus mecanismos coercitivos, dentre eles se destacando – por sua característica censória, de julgamento e condenação de ideias, comportamentos e atitudes – as Visitações do Santo Ofício” (COSTA, 2006, p. 28).

No início do período Colonial do Brasil, em 1540, começou o controle do que seria impresso em solo brasileiro. Segundo Martino (2006), a Inquisição impôs a Censura Preventiva com a necessidade de autorizações do Santo Ofício (Inquisição) e do Ordinário (bispo) para impressão de um livro. A normativa se baseava na estrutura de controle da Igreja Católica Romana ao que entendia ser de trato da fé ou bons costumes. “todos os empreendedores que não imprimiam nenhuns livros sem primeiro serem visto e examinados per elles” (Martino, 2006, p. 235)

A ordem do Santo Ofício foi notificar a “todos os empreendedores que não imprimiam nenhuns livros sem primeiro serem visto e examinados per elles” (Martino, 2006, p. 235). Com isso, criou uma articulação entre os atores do processo de impressão no Brasil. Em 1570, foi criado o Conselho Geral estabelecendo que nada fosse encaminhado à tipografia sem que os *censores* revisassem conteúdos contra a fé e os bons costumes, o que não deu certo, pois se os qualificadores tivessem atuação duvidosa seriam afastados da função. Ainda assim, livros que não tivessem aprovação da Mesa do Desembargo do Paço – órgão do poder Real – eram impedidos de serem publicados, mesmo se já tivessem sido autorizados pelo Santo Ofício e o Ordinário. (*ibid*, 2006, p. 236)

O fragmento retirado da autora supramencionada, remete a censura como sempre presente no país, por meio do controle das ideias e manifestações de crença, sentimento e crítica. E, em resposta a essa realidade, “o Brasil desenvolveu no interior de suas instituições uma secular necessidade de negociação com os trâmites do poder,

como maneira de conviver com a intolerância e preconceitos endêmicos” (Costa, 2006, p. 34).

Nesta pesquisa, investigou-se as muitas maneiras pelas quais os jornalistas são agredidos, seja em coberturas externas de fatos jornalísticos, na TV ou Internet, visto que as formas, regras, objetos e intenções da propagação da informação variam conforme o tempo e espaço. De fato, pensar e repensar sobre democracia torna-se pertinente para compreender problemas teóricos e metodológicos levantados pela análise da mudança, nas práticas culturais em geral e nas jornalísticas, posto que as sociedades democráticas reconhecem o jornalismo como um dos pilares da democracia, somente pode se efetivar com o exercício da cidadania. E a cidadania constitui-se de cidadãos conscientes dos direitos civis, políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, assegura ao indivíduo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança acerca dos fatos e dos debates, a partir de informações confiáveis.

A expressão de ideias e opiniões, a qual se conhece como liberdade de expressão, não é praticada pelos jornalistas, pois contraditoriamente, até mesmo pela relevância social do jornalismo, pessoas, grupos e ou mesmo instituições que não partilham dos valores democráticos, querem enfraquecê-lo ou instrumentalizá-lo, o que é sinônimo de destruí-lo. Até mesmo atores sociais que reconhecem a importância do jornalismo, não identificam nos ataques à liberdade de imprensa e nas agressões diretas aos jornalistas, violações ao direito à informação, à constituição da cidadania e à democracia. É um desafio, portanto, revelar ao conjunto da sociedade a relação direta entre a violência contra os jornalistas, a fragilização dos valores, das práticas e das instituições democráticas.

Os aspectos iniciais que foram realçados a respeito da decisão de investigar a repressão e violência contra jornalistas, pela autora da pesquisa, foi a necessidade de buscar a matriz da prenúnciação do fenômeno. Onde a repressão se revela? Como acontecem os ataques a jornalistas e veículos de comunicação? É possível localizar o início do movimento de repressão e violência? A motivação e reflexões, a partir do aumento de casos de ataques de repressão, se validam por um *modus operandi*, o qual um determinado grupo atua em prol de um político. Para embasamento da tese, buscou-se contato com bibliografia e produções jornalísticas a respeito dos números de casos consultados e, com isso, tornou-se possível avançar na investigação e no viés para compreensão sobre a concretude do objeto.

Após incursões aprofundadas em busca de manifestações sobre o tema, chegou-se aos relatórios de violência contra jornalistas elaborados e atualizados por instituições de defesa dos direitos de comunicadores e veículos de comunicação, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Estas instituições apresentam publicações sobre o tema desde 1998. São materiais ricos e repletos de informações sobre situações de repressão, censura, cerceamento e violência enfrentados por comunicadores de todo o país na ocasião do exercício da profissão. Nos primeiros contatos com o objeto empírico, foi possível compreender que seria necessário analisar os dados coletados, e elaborar uma nova sistematização de procedimentos que favorecesse a releitura e reinterpretação do material coletado.

Definidos o tema e o objeto empírico, o estudo passou ao empenho da ordenação metodológica. Diversas incursões marcaram a evolução deste processo, desde a coleta de dados com comunicadores em atividade, pesquisadores de temas relacionados e também condução da orientadora da pesquisa. Com isso, foi possível garantir que a investigação evoluísse do plano das ideias e se materializasse por meio desta investigação.

Desta maneira, a pesquisa buscou identificar se a repressão, censura e violência praticadas contra jornalistas e veículos de comunicação, no contexto do Brasil, identificados também nos relatórios da Fenaj, da Abraji e da Abert, podem ser compreendidas como uma forma de violência.

O objeto deste estudo está incutido em um dos principais problemas que o jornalismo brasileiro enfrenta: a violência interna às redações e a praticada por atores externos. Segundo a Fenaj, a violência interna ocorre por meio de censura na própria estrutura organizacional, ou seja, autocensura, a qual é motivada por pressões psicológicas e de assédio moral. A violência de atores externos se manifesta por agressões físicas, verbais, ameaças, intimidações, impedimentos ao trabalho, processos judiciais, prisões, tentativas de assassinato e em casos extremos, assassinato (FENAJ, 2014). Cabe destacar que, todas as formas de violência refletem na produção jornalística, pois restringem o direito de expressão e de informação dos jornalistas (JUNG, 2018).

A reflexão acerca de implicações relacionadas à liberdade de imprensa e de expressão, ameaçadas no mundo inteiro, deve ser contínua. Não se trata apenas de

um fenômeno conjuntural, mas de um processo intenso e prolongado que corrói a credibilidade da categoria e das organizações jornalísticas estabelecidas. Por outra instância, o jornalismo como guardião da informação, na prática um bem público de primeira necessidade, encontra-se no centro das preocupações dos agentes envolvidos com a imprensa (BLANCO, 2019).

De fato, parte dessa preocupação está direcionada ao novo cenário global de mídia após o estabelecimento das redes sociais, dos aplicativos de mensagens e dos motores de busca na internet. Ocorre que a ascensão digital abriu portas para novos e muitos protagonistas, uma vez que tanto os jornalistas quanto curiosos ou pessoas de má fé, estão aptos a produzir, postar e compartilhar conteúdos a qualquer momento. É inegável o avanço do processo tecnológico propiciado pelo surgimento e uso de novos canais, veículos, vozes e espaços de debate. No entanto, tal dimensão deveria estar acompanhada de doses iguais, ou até maiores, de responsabilidade.

Todavia, essa equiparação ainda não é realidade, o que contribui para uma inversão de valores, como uso da bandeira da livre expressão para sustentar a desinformação, que é a desordem da informação para gerar uma confusão de ideias para as pessoas (Ares et al., 2022), a disseminação de teorias da conspiração, a propagação de ódio e práticas violentas físicas e virtuais, principalmente contra jornalistas em seu pleno exercício da profissão e organizações de notícias.

É evidente que o combate ao discurso de ódio e à desinformação que contaminam o ambiente informativo, principalmente em redes sociais digitais, resultam em ações efetivas para a retirada de conteúdos ilegais postados na internet. Porém, a iniciativa tomada para evitar a propagação de conceitos antidemocráticos e a destruição de reputações por intermédio de linchamentos virtuais, tem sido usada, no Brasil, para sustentar a censura à livre expressão, conforme definido pela Constituição Federal. É por esse motivo, por ser protegida pelo regimento maior de ordenamento jurídico brasileiro, que a liberdade de expressão e o livre acesso à informação devem ser defendidos diariamente, à luz dos marcos legais brasileiros, considerando princípios democráticos, a fim de trabalhar em defesa da construção do conhecimento e de um ambiente midiático que resguarde liberdades e exija a responsabilidade como contrapartida.

Logo, esta pesquisa está pautada em problematizar não somente a democratização da informação como contribuição de propagação de direitos humanos e políticos que visam a comunicação, mas conhecer quais os principais prejuízos

causados aos jornalistas, encabeçados por políticos e proliferados nas redes sociais. Quais os tipos de terceirização das agressões sofridas por jornalistas, como perspectiva de análise de matérias que circularam na TV e Internet?

Com a finalidade de responder ao problema da pesquisa, o objetivo geral identifica as agressões físicas e morais sofridas por jornalistas e veículos de comunicação, circuladas na TV e Internet. Em específico, busca-se observar as maiores variações de ataques à imprensa motivadas por governos e grupos adversários políticos que estimulam a violência por parte da sociedade; mapear e avaliar os ataques à imprensa por meio de relatórios produzidos por organizações não-governamentais nacionais e internacionais no período entre 2018 a 2022; e constatar as realidades específicas ou contextos globalizados por jornalistas que foram agredidos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O método em uma pesquisa traça o caminho, estratégias e como chegar a um à compreensão de um determinado fenômeno, pois a finalidade da ciência é a busca pelo conhecimento. (GIL, 2011). Nesse sentido, um estudo de doutoramento admite diferentes aplicações metodológicas para investigar o objeto. Na presente pesquisa, optou-se primeiramente por fazer um levantamento, por meio de revisão bibliográfica, a respeito da terceirização das agressões sofridas por jornalistas, as quais serão detalhadas no tópico mapeamento de pesquisa.

Quanto à natureza de pesquisa, define-se como qualitativa. A escolha foi intencional, pois o objetivo da pesquisa é trazer as impressões, por meio da história narrada, sobre um assunto recente, provocado principalmente pela popularização das redes sociais digitais e da onda de desinformação observada, a partir da segunda metade dos anos de 2010.

Nesse sentido, a construção metodológica desenhou-se a partir do método 'o estado da arte', cujo procedimento define-se como um levantamento de um assunto e de que tem sido estudado, analisado e quais são as perspectivas acadêmicas.

Com isso, e para construir uma redação científica, com textos coerentes, elegeu-se a pesquisa documental, a fim de fazer a análise de relatórios das instituições já mencionadas como a Fenaj, Abraj e Abert.

Além disso, para coleta de dados estabeleceu-se como instrumento de pesquisa entrevistas semi-estruturadas. Para a amostra foram escolhidos jornalistas vítimas de violência, definindo assim o grupo focal da pesquisa (grupo de discussão), com 12

profissionais de imprensa presentes.

### **Estado da Arte**

O método aplicado nesta pesquisa pode contribuir para a investigação e, conseqüentemente, na mitigação da cultura de controle, censura e violência contra jornalistas e veículos de comunicação, aumentando a possibilidade de êxito na transformação de pesquisas em benefício real aplicado (MARTINS, 2011).

O Estado da Arte é visto como um método para mapeamento de pesquisas e estudos sobre um determinado tema, método ou outra categoria que venha a contribuir para se ter a visão pontual de um campo de estudo. Por intermédio deste tipo de método, é possível identificar como o tema tem sido tratado, a visibilidade das lacunas, assim como os apontamentos e desenvolvimento das produções acadêmicas, contribuindo para o campo teórico. Serve também para analisar, categorizar e indicar os enfoques e perspectivas dos conhecimentos produzidos por outros autores. Dessa forma, colabora para a organização, definição do campo e quaisquer outros subsídios possíveis de uma nova pesquisa (ROMANOWSKI, 2006).

O Estado da Arte assume caráter bibliográfico e a partir das investigações descobertas, traça um caminho para a resposta do problema estabelecido na pesquisa (FERREIRA, 2002). Alguns autores, como Vosgerau e Romanowski (2014), classificam esse método como “Estudos de Revisão”, os quais esclarecem e resumem as principais pesquisas, oferecendo um panorama das obras existentes. Os levantamentos mostram a integração, as configurações emergentes, as perspectivas e recorrências, bem como as lacunas e contradições das investigações científicas.

Os critérios de análise e escolha são: 1) a instituição responsável pelo documento deve ter reconhecimento público, nacional ou internacional; 2) os relatórios devem oferecer estatísticas sobre liberdade de expressão/imprensa e riscos aos jornalistas e veículos de comunicação, sendo considerados perigos físicos, psíquico-emocionais, morais, jurídicos, políticos ou digitais; 3) os documentos devem ter produção e identificação de publicações seriadas; 4) os *reports* podem abranger realidades específicas ou contextos globalizados.

Os primeiros esforços para avançar na concretização dos objetivos propostos, alinham-se com a realização de uma pesquisa bibliográfica, cujos resultados serão apresentados nas seções seguintes, para levantar os pressupostos teóricos que

norteiam a presente pesquisa e também, para compreender como a questão vem sendo tratada nas investigações realizadas sobre o tema.

Esta manifestação permitiu a elaboração de um estado da arte, o que revela as principais abordagens e técnicas de investigação usadas em estudos, as quais abordam ou relacionam-se à violência contra jornalistas e veículos de comunicação. Houve ainda a coleta de informações a partir da análise documental dos relatórios de violência contra jornalistas e veículos de comunicação produzidos por organizações ligadas à categoria e/ou que abordam a liberdade de expressão no Brasil e no mundo.

Ademais, houve análise apurada dos relatórios e monitoramento de violência contra jornalistas pelas instituições, antes mencionadas, entretanto demandou a realização de uma leitura mais atenta e qualificada do material coletado por meio de download de arquivos nos sites das organizações, bem como de outras instituições de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão, seguida da sistematização dos dados obtidos por meio da elaboração de tabelas e gráficos.

Neste trabalho, o estado da arte norteou caminhos para levantar os principais prejuízos causados aos jornalistas, principalmente os encabeçados por políticos e proliferados nas redes sociais. Também se faz pertinente o levantamento dos tipos de agressões sofridas pelos jornalistas e os veículos de comunicação, tendo como perspectiva de análise as matérias que circularam na TV e Internet propagadas pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e de outros políticos, como apoiadores do governo. Para isso, em um primeiro momento, as publicações de teses e dissertações pesquisadas foram localizadas no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como forma de ampliar os resultados, incluíram-se anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e nas revistas Famecos e Galáxia. Apesar de haver outros periódicos reconhecidos e com qualificação igual ou superior, o recorte serviu para fundamentar teoricamente também a investigação científica.

Em todas as plataformas selecionadas foram utilizadas como filtros os descritores: violência, agressões, ataques, jornalistas e imprensa. Essa escolha justifica-se por serem termos que sintetizam o tema central. Além disso, para o presente estudo houve o recorte, inicialmente, sobre a violência contra jornalistas e veículos de comunicação; recorte sobre a violência física e moral aos jornalistas de TV e Internet; os ataques à imprensa são demonstrados através dos relatórios nacionais e internacionais; a realidade dos jornalistas agredidos também é vista no recorte teórico;



por fim, o estudo apresenta os prejuízos causados aos jornalistas principalmente os encabeçados por políticos e proliferados nas redes sociais.

Os critérios de escolha perpassaram pela identificação de títulos por haver relação como tema, partindo do pressuposto de que os títulos mostram a informação principal e as características do conteúdo do trabalho (FERREIRA, 2002). Dessa forma, foram catalogados da seguinte maneira: título, ano, método, objeto de estudo, a região geográfica e o veículo de comunicação. Os veículos de comunicação receberam a classificação de mídias digitais, TV e Internet de modo geral. O intuito foi traçar um panorama sobre como a academia desenvolve estudos relacionados à violência jornalística.

### **Mapeamento das pesquisas**

Toda pesquisa bibliográfica necessita de procedimentos para construção da parte teórica, a qual perpassa por levantamento, seleção, análise e interpretação dos dados. Este estudo identificou, no total, 1776 publicações selecionadas pelos descritores escolhidos. O aparato das publicações foi feito de maneira geral, posto que nem todas as publicações possuíam o título literalmente conforme os descritores. Sendo assim, o número de publicações foi reduzido a 957, mas os critérios de elegibilidade estabelecidos pela autora da pesquisa foram produções acadêmicas dos últimos 10 anos, reduzindo mais ainda o número de seleções de teses, dissertações e artigos que fizeram parte do Estado da Arte. Assim, o total de material publicado sobre violência contra jornalistas utilizado neste trabalho foi de 16 publicações, oriundas da Capes e da SBPJor, em sua maioria.

### **Instrumento de pesquisa**

#### **Entrevista**

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa em que se ouviu a experiência de doze jornalistas sobre a violência terceirizada, durante o processo de trabalho. Ressalva-se que esta modalidade obedece às regras gerais do método científico, mais afinado com a abordagem quantitativa, por questões de origens históricas, formas de coleta e análise de dados. (LINCOLN; GUBA, 2010). O método aplicado nesta pesquisa pode contribuir para a investigação e, conseqüentemente, na mitigação da cultura de

controle, censura e violência contra jornalistas e veículos de comunicação, aumentando a possibilidade de êxito na transformação de pesquisas em benefício real aplicado (MARTINS, 2011).

Grupo focal, segundo Powell e Single (1996), é “um conjunto de pessoas Ainda segundo Marconi e Lakatos (2009), para elaboração de um questionário devem ser observadas de normas precisas, a fim de aumentar sua selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto da pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. Grupos Focais são conduzidos por um pesquisador que usa a metodologia de entrevistas coletivas. Com isso, o pesquisador tem o papel de estimular a comunicação e a interação entre os participantes do grupo (VERGARA, 2009), porém não pode emitir opiniões e nem tentar influenciar os entrevistados (MARTINS, 2007).

Veiga e Gondim (2001) apresentam grupo focal como um recurso metodológico para compreender o processo de construção de atitudes, vivências e representações sociais de determinados grupos de pessoas. É um diálogo orientado, como qualquer entrevista, a fim de recolher dados e informações para avaliar sobre algo que se está pesquisando (MARTINS, 2007). Marconi e Lakatos (2009) avaliam como compreensão das perspectivas e experiências dos entrevistados relacionados ao objeto de estudo.

O desenvolvimento das entrevistas em coletividade é o que justifica a aplicação deste método em grupo focal (BOGARDUS, 1926; LAZARSELD, 1972). O pesquisador tem a função de facilitador das discussões, observando o domínio do assunto entre os entrevistados na formação de opiniões sobre um determinado tema foco da investigação (GONDIM, 2003). Segundo Gatti (2005), o mediador, que pode ser o pesquisador, durante a entrevista deve respeitar o princípio do não direcionamento, atentando para que as ideias sejam desenvolvidas pelo grupo sem intervenções afirmativas ou negativas da parte dele, emissão de opiniões particulares, conclusões ou outra forma de manifestação direta. Ainda sob a visão da autora, o pesquisador não deve se posicionar sobre o tema, propor ideias, fazer síntese, fechar questão, interpelar diretamente, ou seja, o papel do pesquisador é fazer a comunicação fluir entre os participantes. Grupos focais diferem de entrevistas grupais por, necessariamente, envolverem um roteiro semiestruturado, com questões que nortearão a discussão a respeito de algum tema específico, são muito utilizados em pesquisas nas áreas de saúde, ciências sociais, comunicação e administração (DE ANTONI et al, 2001). Pesquisadores acadêmicos adotam o método de grupo focal com objetivo de

confirmar hipóteses (FERN, 2001).

Com propósitos exploratórios, os grupos focais são escolhidos com a finalidade de produção de conteúdos, complementação de métodos e a geração de novas ideias (KIPNIS, 2005). Segundo os autores Morgan e Krueger (1993), com outros métodos não seria possível captar conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações a partir das trocas realizadas em grupo. Com o grupo focal é possível fazer surgir uma multiplicidade de pontos de vista, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de compreensões diversas, improváveis de serem observadas por outros meios.

O grupo focal é um auxílio ao pesquisador para obter informações em quantidade aceitável para amostragem em uma única abordagem. Em comparação à entrevista individual, a metodologia de grupo focal apresenta ganhos relacionados à captação de processos e conteúdos homogêneos, mais coletivos e com menos traços comportamentais individuais. Quando comparado ao questionário individual, o grupo focal possibilita ampla exposição de ideias e entendimentos, respostas mais completas e com possibilidade de verificação da lógica ou das representações que conduzem à resposta (MORGAN E KRUEGER, 1993).

Lyra (2012) fez uso de Grupo Focal em sua pesquisa, e nela apresentou uma breve revisão de literatura sobre este método, ressaltando um conjunto de requisitos e características comuns aos grupos focais segundo os autores estudados

Quadro 1 : Definições comuns aos grupos focais.

AUTOR	DEFINIÇÕES
VERGARA (2007; 2009)	As reuniões do grupo focal podem variar entre uma e duas horas de duração.
DE ANTONI et al. (2001), THIOLENT (1997), GATTI (2005) e KIPNIS (2005)	Com base na afinidade que os participantes têm com o tema, uma reunião é suficiente para coletar as percepções e validar o tema discutido.
IERVOLINO e PELICIONI (2001)	Os participantes devem ter algumas características homogêneas, mas que permitam visões heterogêneas sobre o tópico discutido.
LUDWIG (2009)	Tópicos simples e generalistas devem iniciar as discussões e serem acrescidos em itens mais singularizados e aprofundados.
MARCZAK e SEWELL (2012)	Preferencialmente os participantes devem discutir até cinco questões ou tópicos por reunião.

Fonte: Lyra (2012)

Algumas características dos grupos focais são:

- a. Compostos por cinco a doze membros entrevistados;
- b. Possibilidade de haver uma ou mais sessões;
- c. A conversação concentra-se em poucos tópicos (no máximo 5 assuntos);
- d. Deve captar informações e não dar informações;
- e. Pode haver a presença de observador externo (o qual não se manifesta) para captar reações dos participantes.

O método do grupo focal apresenta vasta possibilidades de utilização, porém possui algumas limitações e desvantagens (quadro ).

Quadro 2: Limitações de grupos focais e ações potenciais.

Limitações	Ações potenciais
Entrevistado pode ter dificuldade de expressar opiniões e ideias por diferentes níveis de experiências ou de qualificação.	Elevar o nível de qualificação exigido para participação do grupo focal.
Os participantes podem não estar preparados adequadamente para contribuir com o tema.	Enviar material introdutório aos participantes com alguns dias de antecedência. No início da reunião o pesquisador esclarece eventuais dúvidas.
Mediador apresentar deliberadamente opiniões que possam direcionar as opiniões dos entrevistados.	Deixar claro, desde o primeiro contato com os participantes, que o mediador tem função instigadora e não persuasiva.
O participante pode se sentir inibido.	Iniciar a discussão envolvendo temas mais simples e generalistas, de forma a propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento das opiniões.
Dificuldade em registrar as opiniões e manter a atenção dos participantes.	Apoio de um profissional exclusivo para registrar e gravar a reunião.

Fonte: Adaptado de Vergara (2009)

### **Etapas da pesquisa**

No primeiro momento, a pesquisadora entrou em contato com o presidente do sindicato dos jornalistas do Amazonas, que é tesoureiro da Fenaj, para localizar jornalistas que atuam no Brasil. Essa seria a forma mais rápida para selecionar os participantes devido ao fato da pesquisadora conhecer previamente os presidentes dessas instituições. Adicionalmente, foi realizado contato com o presidente do sindicato

dos jornalistas do Paraná para convidar jornalistas que exercem a profissão no País.

No segundo momento, após o convite, os representantes acima informaram para a pesquisadora a confirmação na pesquisa. Para facilitar a identificação dos participantes foi construída uma ficha de inscrição para os participantes da pesquisa e todos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No terceiro momento, foi realizado o agendamento com os sujeitos para participarem do grupo focal por meio virtual. Por um período de 2 horas os participantes responderam o roteiro de pesquisa, o qual se encontra no apêndice A.

Em nenhum momento a pesquisadora fez interferências nas falas dos participantes. A intenção era não influenciar as respostas emitidas pelos participantes. Após essa etapa, a pesquisadora escutou e transcreveu as falas conforme cada participante. As falas foram agrupadas de acordo com a atuação profissional e região de atividade jornalística.

Em seguida, a investigadora buscou observar nas falas aspectos relacionados com agressões físicas e/ou presença da polícia durante a ação jornalística. Ao final, as falas foram organizadas conforme as perguntas, observando os aspectos citados. Ao buscar uma noção mais contextualizada, analisada e reflexiva sobre a terceirização da repressão, os crimes de violência contra jornalistas no Brasil vêm ocorrendo por pessoas intolerantes, e grupos políticos adversários que propagam a agnotologia.

A Agnotologia é o termo que advém do grego *agnosis* – “ignorância” e *logia* – “estudo”, cunhado por Robert N. Proctor (1995), professor de História da Ciência da Universidade de Stanford, destina-se aos estudos da produção da ignorância. (ECICLE, 2020). Proctor (2008) questiona, por meio do seu livro *Agnotology - The Making and Unmaking of Ignorance*, a falta de pesquisa sobre a ignorância e da facilidade de ampliá-la e associá-la à desinformação, produção política e cultural da ignorância já existente.

A ignorância se assemelha a um vírus, porque pode com facilidade e rapidez ser propagado nas mídias sociais, além disso a indústria da cultura digital já consolidou o vício binário do like;dislike, cultura do cancelamento, compartilhamento, ações que podem manipular as emoções e opiniões com disparos em massa de informações políticas e científicas contrárias, camufladas de à partidárias.

## **CAPÍTULO 1 – CENSURA A PRÁTICAS JORNALÍSTICAS: DO PERÍODO COLONIAL À DITADURA MILITAR**

Como já mencionado na introdução deste documento, a censura jornalística ocorre desde o Período Colonial, por meio do controle das ideias e manifestações de crença, sentimento e crítica. Neste capítulo, principalmente no referido Período, utiliza-se como sustentação teórica os autores Mattos (2005), Costa (2006), Carneiro (2003) e Vieira (2011). Após o Período Colonial, ajudam a construir os argumentos sobre a censura na Ditadura Militar os autores Kushnir (2004) e Takano (2002).

### **1.1 As raízes da censura no Brasil**

Embora a imprensa no Brasil tenha surgido tardiamente, as raízes da tradição censória tem herança advindas da dominação portuguesa. De acordo com Sérgio Mattos (2005, p. 99) “no Brasil, a censura foi um legado da colonização”. Na mesma linha de raciocínio, Maria Cristina Castilho Costa (2006, p. 27) atesta que “a censura tem sido uma constante na vida brasileira em razão da condição colonial que marcou quatro séculos de nossa história”.

A atividade censória esteve quase exclusivamente sob o braço da Igreja católica, que a praticou através de variados meios, pois fornecia a unidade espiritual e, de certa forma, fomentos culturais da instituição. Em outra frente, com o desmembramento político, o continente foi dividido em reinos, principados e ducados em partes autônomas e com legislações individualizadas. Com isso, o processo de burocratização do Estado Moderno considerou a reorganização dando oportunidade de aproximação da administração secular.

Durante a época pombalina, no século XVIII, houve a reafirmação da política de controle ideológico e da exploração econômica que eram características do colonialismo, reforçado por recursos coercitivos de origem católica (Tribunal do Santo Ofício) e a criação de mecanismos de coerção de natureza laica. Mattos (2005) lembra que em 1768 data a criação da Real Mesa Censória, junta criada pelo Marquês de Pombal, cujas funções incluíam a censura de livros e a publicação do *index*<sup>1</sup>. Segundo

---

<sup>1</sup> O *Index Librorum Prohibitorum* foi criado pela Igreja Católica e é considerada a maior lista de livros proibidos da história, o qual vigorou por mais de 400 anos e pretendia evitar a disseminação de ideias heréticas, proibindo a publicação, a posse e a leitura de algumas obras consideradas perigosas por

Mattos (2005), essa junta reunia as funções de três formas de censura já existentes anteriormente (*nihil obstat* eclesiástico<sup>2</sup>, o Desembargo do Paço<sup>3</sup> e a Inquisição) e teve seus poderes estendidos ao Brasil pela Rainha Dona Maria I, com autorização do Papa.

Entretanto, em 1706 adota-se uma política sistemática por parte do governo português para restringir a liberdade de pensamento no Brasil, iniciando no Recife pelo confisco de uma tipografia que funcionou de forma clandestina e imprimia “letras de câmbio e orações devotas”<sup>4</sup>. O objetivo das tipografias era manter incontestado o absolutismo dos reis portugueses, mas teve como consequência a quase inexistência de órgãos de imprensa no Brasil durante o período porque havia uma preocupação maior devido aos fechamentos das tipografias clandestinas durante o período colonial.

A repressão portuguesa sobre suas colônias focava na difusão dos impressos. Mattos (2005) explica que as tipografias eram inexistentes no Brasil até a vinda da família real, enaltecida principalmente por essa repressão, pois a demanda existente era para impressão de orações e letras de câmbio. Os livros no período colonial eram minimamente e eventualmente circulados, aqueles que circulavam na colônia chegavam de forma clandestina, em meio a mercadorias ou bagagens pessoais. Vieira (2011, p. 22) contribui informando que “se na metrópole havia censura, na colônia não havia nem a possibilidade de existir um serviço de censura, pois não era permitida sequer a instalação de tipografias”. Então, a única atividade repressiva exercida no Brasil, era o fisco da entrada de impressos, ainda que de forma precária.

A Imprensa Régia foi criada com a chegada da família real e com isso a impressão foi permitida, assim como o surgimento da censura. Vieira (2011) traz a data de 27 de setembro de 1808, momento em que D. João transfere para o Desembargo do Paço a incumbência da análise de escritos e nomeia os primeiros *censores* brasileiros, os *censores régios*. Contudo, o Desembargo do Paço não possuía estrutura suficiente para fazer a censura nas províncias, então houve concentração no Rio de

---

contrariarem os dogmas católicos. Estudiosos como Galileu Galilei foram condenados pela Inquisição e precisou abjurar as suas crenças para não ser morto (SOARES, 2015, p. 9).

<sup>2</sup> Segundo Urteaga (1993) o *nihil obstat* ("nada impede") é a aprovação oficial do ponto de vista moral e doutrinário de uma obra que aspira ser publicada, realizada por um censor da Igreja Católica. A expressão abrevia outra expressão, em latim, maior: *nihil obstat quominus imprimatur*, que quer dizer "não existe impedimento para que seja impressa". É uma das três autorizações que podem ser requeridas para que uma obra tenha sua publicação autorizada, juntamente com o *imprimi potest* e o *imprimatur. embil*,

<sup>3</sup> Licença do Paço era uma licença concedida pela autoridade política “[...] às obras que não apresentassem qualquer ideia que fosse contra o poder estabelecido.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 740).

<sup>4</sup> MELO, José Marques de. História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 144

Janeiro, pois na colônia havia um mau emparelhamento do Estado recém montado, pela dificuldade de deslocamento territorial e pela carência de fiscalizadores, tendo por fim, que ser entregue aos religiosos das dioceses.

Em síntese, a censura no Brasil era considerada mista (laico-religiosa), conforme denomina Vieira (2011), por se tratar de uma herança ibérica, ainda que na colônia houvesse uma limitação de definição para cada autoridade e a censura religiosa era usada apenas onde faltava a estrutura do Estado. Logo, a Igreja era detentora da censura brasileira, visto sua estrutura mais elaborada e equipada, com recursos humanos maiores que os do próprio Estado. Válido mencionar ainda a área de cada censura, a qual não era definida por assunto, mas sim por impossibilidades e o critério geográfico determinava quem executará a censura.

## **1.2 A Censura no Império**

Os problemas de ordem política relacionados à necessidade de consolidação da independência do Brasil durante o governo de D. Pedro I, eram visíveis no país todo. Este período foi marcado pela constituição do Império no Brasil, oriundo de uma série de conflitos e interesses regionalistas, os quais dificultavam o crescimento de um anseio de Nação, com uma minoria tendo acesso às riquezas e uma maioria pobre e escravizada, privada por muitas vezes do acesso à cultura e expressão política (VIEIRA, 2011).

Uma imagem remetida por grande parte da historiografia quando se fala sobre censura no Império é que durante este período, ela não teria existido. Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 184) em seu livro “O Brasil Monárquico: o processo de emancipação”, lembra que a primeira constituição garantia a liberdade de pensamento e expressão, “sem dependência de censura contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar”. Entretanto, no mesmo ano da constituição, o edital do Intendente Geral da Polícia da Corte e Império do Brasil estabelecia “medidas de segurança e de polícia que se deviam observar nos teatros da capital”, como explica Carolina Mafra de Sá (2007), uma das funções da Intendência Geral de Polícia era a execução censória.

A ideia de uma monarquia constitucional, aliada a uma Igreja subordinada aos seus interesses eram basilares nos valores da nova cultura política do mundo luso-brasileiro, definidos e servidos para alimentar as discussões políticas geradas em torno



da ação censória (VIEIRA, 2011). Adiante, a liberdade de expressão era mais ressaltada em relação ao Segundo Reinado, porém, de forma parcial. Havia um serviço de censura dirigido aos impressos, porém as peças teatrais precisavam de duas licenças para encenação: a do recém criado Conservatório Dramático Brasileiro e a da polícia. Em Sônia Salomão Khéde (1981, p. 57) é possível visualizar a não necessidade de criação de um mecanismo para controlar os impressos, pois no início do Segundo Reinado, havia um apoio geral à D. Pedro II na imprensa brasileira, no qual o imperador “passou a ser aclamado nos jornais como o consolidador de nossa independência, como monarca que, nascido em solo brasileiro, iria se voltar para os interesses da pátria”.

Ainda observando os primeiros anos do Segundo Reinado, Khéde fala do Conservatório Dramático Brasileiro (CDB), projeto articulado desde 1839, quando houve a sugestão de se criar uma comissão de censura, a fim de preencher as lacunas do serviço de censura. Em 24 de abril de 1843 foram aprovados os artigos orgânicos do CDB e este passa a funcionar seis dias depois. Neste mesmo ano, as peças teatrais do Teatro São Pedro de Alcântara passam à censura da Comissão do CDB e no ano seguinte ocorre a extensão da censura aos outros teatros, Francês e São Francisco.

O objetivo do Conservatório era corrigir os vícios da cena brasileira, interpondo o seu juízo sobre as obras, seja de invenção nacional ou estrangeira, que ou já tivessem subido à cena, ou ainda que se pretendesse oferecer às provas públicas. Com o auxílio de Khéde (1981), compreende-se que o CDB era um órgão censório de primeira instância para execução censória de peças teatrais; e a polícia executava a segunda e a última instância. Em conjunto, ambos dedicavam-se para a realização de censuras apenas literárias nos textos, mas ao final, no exercício censório, teve uma atuação mais preocupada com o conteúdo ideológico das obras teatrais.

O CDB atuou de 1843 a 1897, sendo interrompido por sete anos, entre 1864 e 1871, tendo como sede o Rio de Janeiro. Para Khéde (1981), a entidade jamais foi um órgão oficial do governo imperial, apenas a passagem das obras teatrais por ele era obrigatória, cujo serviço de controle do Estado “visava resguardar a pessoa e a família do Imperador, às autoridades constituídas, aos bons costumes, à religião” e “que se mantivessem as boas normas da gramática”( p. 169-170).

A herança censória portuguesa aparece claramente no regulamento e no funcionamento do Conservatório Dramático, cujas características era o uso de corte visando à liberação de obras, a formulação de pareceres censórios por escritos, a

decisão final na figura do presidente do conselho e a prática do aditamento, oriundas da censura portuguesa e que seguirão caracterizando os serviços e departamentos montados no Brasil ao longo da República.

Visualizada toda presença de censura no período colonial e imperial brasileiro, Costa (2006) fala que o controle das ideias e das manifestações de crença, sentimento e crítica, estabeleceu-se em terras brasileiras desde os primeiros tempos, por meio da ação da Igreja e do Estado. Em suas palavras, a censura “burocratizou-se, ajudando a perpetuar o desprezo das elites dirigentes para com a opinião pública, o menosprezo pelo desenvolvimento do pensamento crítico e a discriminação da população e de seus valores culturais, suas formas de sociabilidade e seus discursos” (COSTA, 2006, p. 34).

É por esse motivo que o Brasil desenvolve, dentro de suas instituições, uma necessidade profunda de negociação com os trâmites do poder. O resultado é a produção cultural, a qual se tornou predominante subalterna e dependente, devido a cumplicidade da sociedade em relação aos mecanismos de coerção. As raízes coloniais da censura no Brasil legaram, segundo Costa (2006, p. 35) “uma herança mal digerida de um controle absolutista e inquisitório”. Portanto, desde o período colonial, a imprensa brasileira tende a escolher entre ser independente, ameaçando sua própria existência, ou ser conivente com o poder e viver à sombra de regimes autoritários.

### **1.3 Estado Novo: controle e valores autoritários**

A deposição do presidente Washington Luiz, em 24 de outubro de 1930, por meio de movimento revolucionário, instala no poder uma junta governativa provisória que, logo depois, conduz a presidência do Brasil a Getúlio Vargas, o candidato derrotado nas eleições. Assim que tomou posse, Vargas promulgou o Decreto nº 19.398 que institucionaliza os poderes discricionários do chefe do governo, reunindo em suas mãos atribuições do poder executivo e do legislativo. O decreto exclui o Congresso Nacional, as Câmaras Estaduais e Municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país. Descrito pelo caráter altamente centralizado e monolítico, o novo regime cria condições favoráveis para a autonomia da sociedade política, instituindo mecanismos para fortalecimento do poder do Estado, o que aperfeiçoou formas de controle das diferentes esferas da vida social e multiplicou as ações no sentido de se consolidar nacionalmente.

Um complexo sistema jurídico-institucional foi montado para que o governo se

tornasse forte, centralizado e apartidário. Além disso, criou mecanismos para interferir nos diversos setores da vida social e ampliar os poderes do Executivo e restringiu a autonomia dos governos estaduais. Foi instituído, também, instrumentos de intervenção na economia e de controle político, a fim de criar uma estrutura corporativa, para que diferentes grupos sociais pudessem se sentir incluídos, entre eles os trabalhadores urbanos (FAUSTO, 1998).

O Estado Novo é, portanto, o conjunto de alterações políticas ocorridas de 1930 a 1945, conhecido como “Era Vargas”. Nesse longo período, viveu-se, do ponto de vista político e institucional, o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Período Ditatorial (1937-1945).

Nesse período, o cunho venal e político da imprensa sofre expansão. A sua integridade, que estava comprometida, foi quase completamente maculada no Governo Vargas. O principal patrocinador dos jornais era o próprio governo, que com auxílio financeiro, fornecimento de papel, ou disponibilização de outros instrumentos comprava o apoio dos veículos de comunicação. Assim como qualquer político sagaz, Vargas conhecia o poder da imprensa e usou esse meio para ganhar notoriedade.

As potencialidades da imprensa foram exploradas como veículo de informação por ser um instrumento capaz de angariar apoio, formar opinião e doutrinar a população. A condução da linguagem e da ideologia do governo Vargas ficou sob responsabilidade da imprensa, que atuou na tarefa de cooptação ou de coação.

Segundo Marialva Barbosa (2007), o acordo da imprensa com o estado não houve empecilho ou escusa por parte dos dirigentes dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Para Barbosa, apesar do fechamento ou perseguição de alguns periódicos, as parcerias e convergências entre os membros do governo e os representantes da imprensa eram mais promissoras para silenciar, ou no mínimo ocultar, as vozes daqueles que se levantavam contra o estado.

O início do Governo Vargas demonstrou preocupação com a divulgação da propaganda ideológica e com o controle da informação a partir da criação do Departamento Oficial de Propaganda, cuja função era fazer propaganda estatal. De 1934 a 1939 a divulgação da propaganda ideológica passou por várias transformações até chegar a subordinação diretamente ao presidente e ao Ministério da Justiça. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tinha as atribuições tanto para censura do que se considerava nocivo aos interesses da nação, como, principalmente, para divulgação da ideologia estado-novista. Com a criação deste órgão, o governo passa a

ter controle quase que ilimitado dos meios de comunicação. A imprensa, a radiodifusão, a literatura, o teatro, o cinema, enfim, todos os instrumentos midiáticos estavam sujeitos a influência e a censura do DIP.

#### 1.4 Censura na Ditadura Militar

Um dos primeiros passos dados pela maioria dos regimes autoritários é censurar liberdade de expressão e opinião, pois esta é uma forma de suprimir, restringir e eliminar vozes discordantes.

Ao longo do período de censura prévia legislado em 1970 no Decreto 1077/701 para "livros e periódicos, [...] entretenimento e apresentações públicas, rádio e transmissões de televisão", quaisquer comentários reais sobre a censura eram problemáticos. Junho de 1973, a Polícia Federal publicou uma declaração clara:

É expressamente proibido criticar o sistema de censura, seus fundamentos ou suas legitimidades. Além disso, é proibido fazer qualquer denúncia, crítica ou comentário, seja escrito, falado ou televisionado – que critica direta ou indiretamente qualquer órgão de censura, censores ou legislação censitária (MARCONI, 1976, p. 37)

A existência de censura jornalística era, no entanto, bem conhecida entre os mais conscientes da população: "A existência de censura prévia na imprensa foi vista pelo regime como algo que não podia ser mencionado. Como era algo bem conhecido entre um público muito limitado, estabeleceu um pacto que foi mantido em segredo, mas não foi totalmente escondido" (KUSHNIR, 2004, p. 42).

Em 10 de maio de 1973, o mesmo jornal imprimiu um "anúncio" na primeira página da Rádio Eldorado com o slogan "agora é samba" ao lado de uma "carta do leitor" sobre a falta de rosas azuis - os espaços haviam sido originalmente reservados para notícias sobre a demissão na época, do Ministro da Agricultura. A censura muitas vezes era feita, após o jornal já ter organizado todo o layout, as consequências não se concentravam na redação, mas refletiam a gravidade da censura ao ter que redesenhar toda a publicação vetada para acomodar os espaços deixados pelos textos condenados.

Figura 1 - O Estado de São Paulo, 10 de maio de 1973



O anúncio do "Agora é Samba" da Rádio Eldorado substituiu a reportagem sobre o pedido de renúncia do Ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima  
 Fonte: Reimão (2011)

Impedidos de informar que algo havia sido censurado, os jornais recorreram a medidas que incluíam a publicação de relatórios "estranhos" e "incompletos" nos espaços deixados pelos relatórios que foram removidos. O jornal O Estado de S. Paulo publicou diversos poemas no lugar do material censurado e, a partir de 26/07/1974, passou a publicar excertos de Os Lusíadas de Camões, algo que aconteceu mais de 600 vezes (TAKANO, 2002).

Sinalizando as lacunas deixadas pela censura, o Jornal da Tarde publicou receitas, a revista Veja imprimiu fotos de demônios, no jornal Tribuna da Imprensa no Rio de Janeiro saíram espaços em branco (estratégia desaprovada pelos censores) e os semanários Opinião e Movimento estampavam faixas pretas (TAKANO, 2002).

Figura 2 – Revista Veja



Revista Veja, 2 de fevereiro de 1974, p. 22. As imagens de demônios preenchem os espaços de textos censurados. Legendas: "Aprisionado pelo nosso objetivo, uma das últimas aparições do diabo"; "Belzebu e Asmedai na época de seu reinado".  
Fonte: Reimão (2011).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, censores como delegados e peritos do Estado censuravam filmes, peças teatrais, músicas, concertos, cartazes e apresentações públicas, as quais eram, em geral, da responsabilidade do Departamento de Justiça, nomeadamente por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP/DCDP.

Analisar a censura durante o período de Ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964, no contexto jornalístico, permite compreender características da censura e refletir sobre as repercussões no âmbito da produção da imprensa brasileira como um todo. A censura aqui é entendida como parte de um conjunto de ferramentas mais amplo de opressão e repressão que teve um enorme impacto na política (ALVES, 1981).

Em maio de 1961, o presidente Jânio Quadros utilizou a legislação anterior de 1946 para conceder à Polícia Federal o direito de censurar além do entretenimento, as

verdades políticas impressas nos principais jornais do país. "Esse decreto gerou confusão [...] algumas produções foram proibidas em São Paulo, mas permitidos ser exibido na Guanabara, e vice-versa. O resultado foi uma batalha de liminares, mandados de segurança..." (REIMÃO, 2011, p. 17).

Em abril de 1965, foi inaugurado em Brasília um prédio para o Serviço Público Federal Departamento de Segurança e a sede do SCDP - Serviço de Censura e Diversões Públicas . Este edifício foi um sinal do desejo do governo federal de centralizar todas as atividades de censura.

"Legalmente, a censura estava sob a jurisdição do Departamento de Polícia Federal; no entanto, em prática, todos os órgãos de segurança militar sentiam-se no direito de exercê-la (...) autoridades, do mais alto ao mais baixo funcionário público, buscavam vetar produções culturais e artísticas" (STEPHANOU, 2001, p. 269)

A Constituição de 1967 fez a centralização da censura como atividade governamental oficialmente em Brasília. A lei nº 5.536, de 1968, incluiu a televisão no material que poderia ser investigado pelo Conselho Superior de Censura. O decreto do Ato Institucional número 5, à época, significou que a censura foi finalmente centralizada no Governo Federal.

Houve dois grandes protestos públicos no Rio de Janeiro contra o Regime Militar antes do decreto AI-5: a manifestação "Cultura contra a Censura" em fevereiro de 1968, em que membros do mundo teatral manifestaram sua indignação com a proibição de oito peças (CASTRO, 2000); e outra meses depois que ficou conhecida como a "Marcha dos Cem Mil", em 26 de junho de 1968 (VENTURA, 2013, p. 155-165).

O Presidente Costa e Silva alterou o Ato Institucional Número 5, no dia 13 de dezembro de 1968 em nome da "verdadeira ordem democrática baseada na liberdade, no respeito à dignidade humana, no combate à subversão e às ideologias que vão contra os costumes do povo". Essas mudanças possibilitaram a revogação de mandatos, a suspensão direitos, e suspende as garantias individuais, e criou as condições para a censura da difusão da informação, a liberdade de expressão e a produção jornalística. Este foi o início do período conhecido como "anos de chumbo", ou no termo de Elio Gaspari, a "ditadura escancarada".

Nas memórias de Zuenir Ventura na obra "1968: O Ano que não Terminou", descreve que o início daquele ano seria impossível ter o pensamento de que seria o começo de um dos períodos mais sombrios da história recente do país:

Havia uma sensação de otimismo e parecia haver boas razões para esperar um positivo. O burburinho criativo de 67 também foi uma contribuição positiva. Terra em transe, Quarup, Tropicalismo, Alegria, alegria, O rei da vela, talvez fossem apenas o começo. Além disso, o movimento estudantil (...) vinha se reagrupando (...) (VENTURA, 1968, p. 19-20).

Em 1º de janeiro de 1969, o presidente Costa e Silva utilizou as transmissões de rádio e televisão para explicar a necessidade do AI-5 para manter a ordem e a segurança. Então, quinze dias depois, revogou 38 mandatos legais e suspendeu por dez anos os direitos políticos de 28 deputados federais, dois senadores e um vereador. Ele também forçou a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar, e ainda suspendeu os direitos do diretor do jornal carioca Correio da Manhã; dois meses depois, ele supervisionou a remoção de mais de 95 membros do parlamento (VENTURA, 1968).

Não é possível precisar o número de prisões que se seguiram após a introdução do AI-5. Zuenir Ventura(1968, p.285), estima que centenas foram detidos e encarcerados: "várias centenas acadêmicos, estudantes, artistas, jornalistas [...] foram detidos nas celas do DOPS, da Polícia Militar, e nos quartéis do Exército, Marinha e Aeronáutica em todo o país"

Em 12 de dezembro de 1968, o general Jayme Portella de Mello "ordenou à polícia se preparar para silenciar as emissoras de rádio e TV e mandar os censores para as sedes dos jornais no Rio e em São Paulo" (GASPARI, 2002 p. 211-219). Em Brasília, o jornalista Carlos Castello Branco foi preso, assim como Osvaldo Blomfontein, editor do jornal Correio da Manhã no Rio de Janeiro. Em 13 de dezembro de 1968, os censores invadiram as redações do país, incluindo as do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã. As prisões "os atos de violência tinham a intenção mais de garantir o sucesso do golpe do que de garantir a permanência do regime". A partir de 13 de dezembro, houve forte censura ao jornal O Estado de S. Paulo. Entre 1972 e 1975, havia censores permanentemente estacionados na redação e para os próximos dez anos, a mesma situação foi aplicada à redação do jornal Tribuna da Imprensa (GASPARI, 2002, p. 186).

Em dezembro de 1969, a revista Veja foi condenada a enviar uma cópia pré-impressa a cada semana para inspeção por um membro das forças armadas, que permitiria sua liberação ou suspenderia a circulação daquela edição específica (GASPARI, 2002, p. 169). Essa censura à imprensa foi espelhada pelo crescimento da



imprensa alternativa – conhecida como a prensa nanica [micro]. "As duas revistas impressas em jornal com maior circulação foram O Pasquim e Opinião [...], e venderam cerca de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Eles venderam mais do que as revistas Veja e Manchete juntas" (GASPARI, 2002, p. 219).

Gradualmente, a presença de censores nas redações foi reduzida da maioria dos jornais, e a pressão foi colocada mais diretamente sobre os proprietários dos veículos de comunicação. A mordaza imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 foi confusa, onipotente e errática. Uma vez que a blitz do AI-5 terminou e os censores foram dispensados, os cortes foram implementados através de sucessivas reuniões entre as autoridades e os proprietários das empresas de notícias. Isso levou a comunicações telefônicas rotineiras e relativamente informais entre os censores e as empresas (GASPARI, 2002, p. 218).

A censura prévia à imprensa só terminou em junho de 1978, quando o jornal Tribuna da Imprensa, O São Paulo (da Arquidiocese de São Paulo) e Movimento foram finalmente libertados dos anos de chumbo<sup>5</sup> (COTTA, 2001). Em 13 de outubro de 1978, o Congresso Nacional ratificou a Emenda nº 11, que revogou o AI-5 em 1º de janeiro de 1979.

Zuenir Ventura (1968, p. 285), estima que nos dez anos seguintes ao AI-5 (de 13 dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), 1607 pessoas foram diretamente afetadas pelo ato, com punições, expulsões, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público. Em termos de controle sobre a arte e a cultura produção, segundo seus dados, os dez anos do AI-5 viram a censura de "quase 500 filmes, 450 obras teatrais, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 canções e uma dezena de episódios ou clips de novelas".

A censura à imprensa durante aquele período tornou "o período mais prolongado da censura na história do Brasil independente" (GASPARI, 2002, p. 218). Antes de assumir a presidência em 1974, o presidente Ernesto Geisel havia falado sobre a restauração da ordem e sobre seu projeto de "expansão lenta, gradual e segura" (GASPARI, 2002, p. 16). Mesmo assim, segundo Thomas Skidmore, "o fim do período Geisel não era de forma alguma certo".

"Quando Geisel finalmente se tornou presidente em 1974, poucos membros do

---

<sup>5</sup> Os últimos anos da década de 60 e início dos anos 70 o Brasil era governado por militares, caracterizado como o mais cruel sistema repressor que o país já viveu. Foram os chamados "anos de chumbo".

público, mesmo os mais bem informados, poderiam ter previsto o resultado (...) Durante o primeiro ano de Geisel, a ferocidade linha dura só se intensificou (...) Embora Geisel não tenha desaprovado publicamente as medidas repressivas em teoria, ele queria acabar com elas em seu próprio mandato" (SKIDMORE, 2003 Jornal O Estado de S. Paulo, 23/11/2003, D5).

Geisel, o único dos presidentes pós-AI-5 que "não havia prometido (restaurar organizações democráticas), acabou com a ditadura" (GASPARI, 2002 p. 35). Não se deve esquecer que durante os chamados anos "de chumbo" (1969-1974) – o período mais difícil da mais longa ditadura nacional, o Brasil viu grandes e taxas de crescimento econômico sem precedentes e um regime de pleno emprego - que foi o chamado "Milagre Brasileiro". O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo aconteceram ao mesmo tempo. Ambos eram reais e coexistiam por meio da negação mútua (GASPARI, 2002 p. 13). Entre 1970 e 1973, sob a presidência de Médici, o Brasil foi um país "de rápido crescimento economia" e teve uma política de "desenvolvimento acelerado" que viu o PIB do país crescer 11,3% ao ano e a produção industrial 12,7% (PEREIRA, 1983). Essas taxas começaram a cair após 1974, e levaram a uma desaceleração da economia, principalmente, devido a influência do primeiro choque do petróleo em 1973.

No entanto, como observou Elio Gaspari, sobre o Milagre Brasileiro, o sucesso econômico foi inigualável por qualquer progresso político. Na verdade, sentiu-se que a ditadura era, senão a causa, na verdade uma garantia de prosperidade. O controle da imprensa teve um papel essencial na cantata desse "Grande Brasil" e na supressão dos conflitos internos (GASPARI, 2002).

Em 8 de junho de 1978, a censura à imprensa no Brasil foi oficialmente encerrada. Na esteira da notícia, vieram as propostas do então presidente general Ernesto Geisel para limitar os 'poderes excepcionais' do regime militar. Um importante diário, o Jornal do Brasil, declarou: 'A ditadura acabou'.

Por mais prematura que seja essa afirmação, o fim da censura à imprensa coincidiu com uma grande liberalização na ordem política mais ampla. De fato, os anúncios de junho de 1978 – culminação de um processo iniciado no final de 1975 com o fim das ordens escritas de censura – foram parte integrante da 'lenta e gradual abertura' da vida política brasileira, decretada por Geisel como concessões a um crescente movimento de oposição civil.

Em retrospecto, fica claro que todas as fases da censura à imprensa no Brasil desde o golpe militar de 1964 foram relacionadas e marcadas por eventos políticos. As fases-chave são: a imposição da censura durante o período de repressão; a resistência,

muitas vezes simbólica, com que jornalistas e editores se opunham às restrições à expressão; e, finalmente, a assunção de um papel político de liderança tanto pelos grandes jornais como pela imprensa alternativa na liberalização. Juntando tudo isso, podemos ver, em essência, toda a história do Brasil desde 1964. Esse relato de censura à imprensa é uma narrativa das relações Estado-imprensa à medida que evoluíram durante um período histórico complexo. À medida que mais documentação se torna disponível, graças ao levantamento da censura, espera-se que uma história mais completa possa ser contada (PEREIRA, 1983).

Da mesma forma, o fim da censura à imprensa começou a moldar o futuro político imediato do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 1979, uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso revogou uma série de Atos Institucionais e Complementares que, por uma década, outorgaram "poderes excepcionais" a um regime militar comprometido com o total apoio ideológico e operacional de uma guerra interna contra a subversão. Quando o general João Baptista Figueiredo se tornou o quinto presidente militar do Brasil em 15 de março de 1979, ele foi o primeiro em dez anos a assumir o cargo sem poderes ilimitados (REIMÃO, 2011).

Um presidente brasileiro não pode governar tão prontamente por decreto, destituir deputados de seus mandatos, fechar todos os órgãos legislativos à vontade, privar cidadãos de seus direitos políticos ou confiscar sumariamente seus bens. O direito ao habeas corpus foi restabelecido no Brasil, como em nenhum outro lugar do Cone Sul da América do Sul. As penas frequentemente aplicadas de prisão perpétua e banimento foram abolidas, assim como a pena de morte. Além disso, uma nova Lei de Segurança Nacional entrou em vigor este ano de 1979, reduzindo substancialmente as penas e prescrições para crimes políticos<sup>6</sup>

Essas mudanças permitiram que vários presos políticos fossem libertados, fugitivos saíssem de seus esconderijos e muitos exilados, incluindo vários banidos, retornassem. Embora o número exato de presos políticos no Brasil não possa ser determinado pelos diversos comitês de anistia que agora funcionam livremente no país, os números de 180 da Anistia Internacional em 1978 e os atuais parecem razoáveis em vista das informações disponíveis (SILVA, 1984).

A nova lei também reduziu de 10 para 8 dias o período de incomunicabilidade dos detidos, transfere a responsabilidade dos inquéritos das Forças Armadas para a

---

<sup>6</sup> O conceito de Segurança Nacional havia sido utilizado antes no Decreto-Lei no. 314 de março de 1968 e na Constituição de 1967, oficializada em 24 de janeiro de 1967.

Polícia Federal e permite o interrogatório dos acusados para evitar a tortura. Certamente, o Brasil não é mais o mesmo país que chamou a atenção mundial em 1972, quando a Anistia Internacional alegou que 1.081 pessoas haviam sido presas e torturadas (REIMÃO, 2011).

Sob a Constituição alterada, no entanto, o presidente ainda pode recorrer a certos poderes de emergência. A nova Lei de Segurança Nacional mantém intacto o conceito de segurança nacional e muitos de seus artigos ainda se referem a crimes específicos passíveis de ampla interpretação (DASSIN, 1984).

O que essas mudanças legais significaram para a imprensa? Especificamente, a censura não pode mais ser imposta sem a suspensão formal das garantias constitucionais. Como medida emergencial ou 'Salvaguarda do Estado', no entanto, a censura à imprensa ainda pode ser imposta em diversas situações (STEIN, 2016).

Além disso, a nova Lei de Segurança Nacional concede ao Ministro da Justiça poderes de censura mais amplos sobre a imprensa (assim como sobre livros, filmes, discos e pinturas) do que era permitido na Lei de Segurança Nacional anterior de 1969. Os jornalistas individuais estão sujeitos à acusação sob a nova Lei de Segurança Nacional, embora a Lei de Imprensa de 1967 já exista para regular suas atividades (SILVA, 1992).

Outros controles afetam livros, periódicos e mídia eletrônica, embora sejam legal e administrativamente distintos da censura política outrora aplicada à imprensa. Por exemplo, um decreto de 1970 que permite a censura prévia de publicações por motivos morais ainda está vigente. No passado, este decreto também serviu de pretexto para a censura política (TAKANO, 2002).

Até o final de 1978, os noticiários no rádio e na televisão ainda podiam estar sujeitos às chamadas telefônicas que os censuraram. Como o método não tinha base legal, as alterações legislativas não possuíam efeito. Por lei, rádio e televisão sempre foram classificados como 'concessões precárias' que podem ser encerradas pelo governo a qualquer momento por motivos puramente administrativos. A importância política desse controle não pode ser superestimada. Enquanto os leitores diários de jornais somam aproximadamente oito milhões (estimativas do governo brasileiro) de uma população de 116 milhões, rádio e televisão juntos atingem cerca de 90 milhões de brasileiros (MARCONI, 1978).

## 1.5 Interpretações acerca da censura jornalística

Resquícios da censura de natureza política sobrevivem em alguns órgãos de comunicação. Conforme Costa (2014), a falta de regulamentação dos meios de comunicação de massa gera às grandes empresas de comunicação e de seus anunciantes uma desconformidade aos interesses de uma sociedade democrática e podem gerar idênticos entraves ao exercício do direito fundamental em questão. Essa é uma herança dos tempos ditatoriais, tendo em vista que os próprios meios de comunicação de massa se censuram, por receio de terem que pagar indenizações vultosas, outros por seguirem os “furos” noticiados por veículos maiores, para não deixarem de dar as notícias que outro apresentou, conforme afirmação da autora.

A força crescente do movimento de oposição civil pode já ter conseguido manter a repressão sob controle. Demandas civis anteriores por anistia, novos partidos políticos e eleições diretas podem até ser atendidas, pelo menos parcialmente, pelo governo nos próximos anos. Por sua vez, a imprensa não apenas defendeu sua própria liberdade, mas assumiu em um processo de avanço tecnológico ser uma “máquina” resistente da ditadura: a máquina de segurança repressiva. Em uma cobertura que seria inconcebível antes do fim da censura, a imprensa expôs abusos passados e presentes cometidos por unidades militares e policiais encarregados de interrogatório e fiscalização da segurança nacional (DASSIN, 1979).

Em 21 de fevereiro de 1979, uma extensa história do aparato de segurança foi publicada na *Veja*, o principal semanário do Brasil. A matéria nomeou torturadores, detalhou seus métodos e expôs os abusos cometidos no Departamento de Operações Internas do Segundo Exército (DOI-CODI) em São Paulo. Menos de um mês depois, *Veja* entrevistou o ex-comandante do Segundo Exército. Apesar de suas visões supostamente 'liberais' em questões de segurança, o general reafirmou sua crença de que o aparato de segurança do Exército deveria permanecer pronto para combater os subversivos, como por exemplo os escondidos e em hibernação, em meio à sociedade brasileira. Por meses, grandes jornais, revistas e jornais da oposição publicaram relatos de ex-prisioneiros políticos sobre tortura nas mãos de interrogadores militares e policiais (MOURA, 1990).

Os maus-tratos policiais a presos comuns sempre foram notícias no Brasil. Assim como o envolvimento policial de longa data nos infames Esquadrões da Morte, cuja

notoriedade se tornou mundial durante o nadir da ditadura. E com o sequestro de quatro uruguaios em novembro de 1978, incluindo duas crianças, no sul do Brasil, a imprensa ganhou crédito por expor um exemplo de colaboração quase certa entre a polícia brasileira e as forças de segurança uruguaias. Dois jornalistas brasileiros quebraram a história quando descobriram o apartamento de Porto Alegre, onde os adultos foram detidos pela primeira vez. Embora as crianças tenham sido levadas diretamente para o outro lado da fronteira com o Uruguai e libertadas, pouco depois os adultos permanecem em uma prisão de Montevideú. O incidente, mantido aos olhos do público por reportagens duras e investigativas, provocou indignação generalizada e uma investigação legal no Brasil (GOMES, 1992).

Por meio dessas e de outras notícias, a imprensa, implicitamente, pediu nada menos que a responsabilidade do aparato de segurança perante a lei e a responsabilização legal dos próprios torturadores. De fato, a imprensa assumiu a vanguarda ao sugerir que, a menos que os torturadores sejam julgados por seus crimes, não pode haver um fim permanente para esses abusos. Este caminho não é isento de riscos: poucos dias após a denúncia da Veja sobre o caso, em fevereiro, o Ministro do Exército anunciou a intenção do governo de processar a revista. Três semanas depois, o redator do artigo foi acusado, nos termos da Lei de Segurança Nacional, de ter voltado à opinião pública contra as autoridades constituídas.

Ainda pendente, o caso certamente testará os limites da atual liberdade de imprensa no Brasil. À medida em que essa liberdade foi exercida para defender a sociedade em geral dos vestígios do poder arbitrário, o caso também testará o compromisso declarado do atual governo para reintroduzir a democracia.

As ameaças se concretizaram em 13 de dezembro de 1968, quando o Ato Institucional nº 5 substituiu a Constituição de 1967, que assegurava, entre outras coisas, o direito à liberdade de expressão e informação sem censura. A partir dessa data, porém, a censura prévia passou a ser exercida de forma ilegal, sem fundamento explícito mesmo nos chamados 'poderes excepcionais' do Estado autoritário (MATTOS, 2007).

Até 14 de setembro de 1972, quando o governo impôs a censura direta à imprensa por meio de ordens escritas sequenciais, as diretrizes gerais foram suficientes para reprimir a dissidência. Para criar a falsa imagem de um Brasil triunfante, dedicado a um curso pacífico de desenvolvimento lucrativo, os meios de comunicação foram proibidos de noticiar assuntos relacionados a assuntos estudantis, movimentos

operários ou pessoas privadas de seus direitos políticos. Todas as notícias que gerassem dissensão dentro das Forças Armadas ou entre elas e a opinião pública eram vetadas, assim como as menções a ofensas ao patrimônio e à moral. Tampouco poderia ser impressa qualquer informação sobre debates religiosos, economia ou problemas financeiros e sociais de qualquer forma que criasse tensões, conflitos ou colocasse o governo em má situação (DASSIN, 1979).

Essas proibições foram impostas pela ameaça de processo sob a legislação de segurança nacional. Entre uma miríade de crimes contra o Estado, os jornalistas sempre poderiam ser acusados de divulgar "notícias falsas capazes de pôr em risco o nome, a autoridade e o crédito ou prestígio do Brasil". Se a duras penas para tais crimes e o fato de serem julgados em tribunais militares não fossem dissuasores suficientes, a ameaça ou a presença real de censores nas redações obrigavam jornalistas e editores a seguir a linha do governo (OLSON, 1995).

Se algumas notícias eram perigosas para serem impressas, o governo também tentava dificultar a sua divulgação. Os jornalistas foram instruídos a evitar o uso de expressões como 'fontes confiáveis', 'pessoas ou políticos bem informados', 'portavozes' etc. violações à segurança nacional. Embora ordens, nesse sentido, se mostrassem impraticáveis, o objetivo era claramente não apenas proibir a cobertura de certas questões, mas também entregar dissidentes com conhecimentos especiais diretamente nas mãos da polícia (DASSIN, 1982).

De 14 de setembro de 1972 a 8 de outubro de 1975, o sistema de censura atingiu seu auge. Desde que Vargas transformou a imprensa livre em função pública do Estado durante o Estado Novo de 1937-1945, o povo brasileiro não foi tão privado de conhecimento dos acontecimentos que afetaram sua vida cotidiana. Desde o dia, em 1972, em que os editores de notícias foram proibidos, por meio de uma nota lacônica, de reimprimir uma entrevista dada ao Jornal do Brasil por um líder militar 'softliner' (um potencial crítico do presidente 'linha-dura' General Emilio Medici) até o dia, mais de três anos depois, quando foram proibidos de relatar manifestações estudantis, o governo discutiu ativamente com os jornalistas sobre quem escreveria as notícias (CAPELATO, 2003).

Ao todo, 270 mensagens escritas de censura foram enviadas a editores de notícias de todo o Brasil. Geralmente eram assinados por agentes da Polícia Federal que atuavam em nome do Ministério da Justiça, mas provavelmente eram autorizados pelos mais altos níveis de governo. As notas sobre questões de segurança nacional

quase foram encomendadas diretamente por oficiais de inteligência militar de alto escalão. Graças aos esforços dos jornalistas brasileiros, essas mensagens agora são de domínio público (DASSIN, 1979).

O jornalista Sílio Boccanera os dividiu em quatorze categorias com base nos temas proibidos. Em ordem decrescente de frequência, referem-se a: atividade policial, política interna, notícias internacionais, subversão, Igreja, crítica às autoridades, mídia, economia, educação, a própria censura, prisões, saúde, problemas urbanos e inteligência e segurança (BOCCANERA, 1997).

Outro jornalista brasileiro, Elio Gaspari, concluiu da análise das notas que o principal objetivo dos censores era impedir a cobertura das atividades do aparato de segurança e da disputa sobre quem sucederia o presidente Médici. Essa escolha evidenciava as prioridades da facção militar que havia conquistado o controle do governo no "golpe dentro do golpe" de 1968 (GASPARI, 2002).

Acima de tudo, essa facção queria ser pensada como a única potência no Brasil. Na verdade, seu controle político foi desafiado por críticos civis do regime, incluindo guerrilheiros urbanos que se tornaram as vítimas "terroristas" do aparato de segurança, especialmente, em 1969 e 1970. Também foi contestado dentro das Forças Armadas por militares "softliners" que chegaram ao poder quando seu candidato, o general Geisel, assumiu a presidência em março de 1974. A censura, portanto, foi aplicada para neutralizar essas ameaças gêmeas ao poder do regime (NOVAES, 2005).

Quando se soube, em 4 de junho de 1973, que Geisel seria o sucessor de Médici, um dos dois principais segredos foi revelado. Pensava-se que o próprio Geisel se opunha à censura e chegou a admitir em seus discursos presidenciais que o país tinha problemas internos. A abertura para discussão de problemas foi avidamente agarrada pelo partido da oposição legal, que havia conquistado considerável terreno nas eleições para o Congresso de 1974, apesar da censura e outras restrições. O debate político que se seguiu enfraqueceu ainda mais o sistema de censura, que não podia mais silenciar todas as dissidências.

Seu desaparecimento, no entanto, foi gradual. As ordens escritas continuaram até 8 de outubro de 1975, e a censura prévia, segundo a qual os originais dos materiais de imprensa tinham que ser inspecionados antes que as edições fossem impressas, foi levantada do último jornal da oposição apenas em 8 de junho de 1978 (AQUINO, 1994). Inquestionavelmente, porque a censura era útil, até que o próprio Geisel estivesse preparado para desafiar as operações de segurança secretas, o governo tentaria



mantê-las em segredo do público (GEISEL, 1997).

Sob o presidente Medici, a tortura era uma política oficial do Estado. Geisel, por outro lado, parece ter chegado ao poder determinado a controlar a máquina repressiva. Mas, o confronto público ocorreu apenas em janeiro de 1976, quando Geisel exonerou do cargo o general Ednardo d'Avila Mello, comandante do Segundo Exército de São Paulo (VIEIRA, 2011). A questão central foram as mortes induzidas por tortura do jornalista Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975 e do metalúrgico Manoel Filho menos de três meses depois no Quartel-General do Segundo Exército. Esses assassinatos, deram a Geisel o ímpeto de que precisava para controlar as equipes especiais de torturadores e grupos de vigilantes de extrema direita, que anteriormente operavam sem restrições. Ao demitir Ednardo, ficou claro que o governo colocava a responsabilidade pelos interrogatórios na porta dos comandantes (DASSIN, 1979).

O confronto agora aparece como um ponto de virada para o governo militar, o aparato de segurança e o movimento de oposição civil. Geisel, que tomou a iniciativa no caso, ganhou uma vantagem política que manteve até o final de seu governo. O aparato de segurança, embora não mantido dentro dos limites legais, foi a partir de então visivelmente contido. E a oposição civil ao regime, mobilizada pelos assassinatos, tornou-se um movimento (GEISEL, 1997).

As ordens escritas de censura haviam cessado em 8 de outubro de 1975, poucos dias antes do assassinato de Herzog. É significativo que essas ordens não tenham sido impostas posteriormente. É verdade que os grandes diários deram aos cultos fúnebres em São Paulo um tratamento de sobra, e qualquer cobertura mais detalhada na Veja e nos semanários da oposição, todos esses últimos à época ainda sob censura prévia, foi proibida. Uma edição especial da revista Ex, dedicada a Herzog, também foi apreendida nas bancas pela polícia (DASSIN, 1997).

No entanto, o fato das ordens escritas de censura não terem sido retomadas pode ser uma prova de que Geisel tinha vantagem sobre seus adversários 'linha-dura' nas Forças Armadas, antes mesmo de tornar público o confronto sobre o aparato de segurança ao demitir Ednardo. A sua confiança de que as operações de segurança secretas poderiam ser controladas significava que a censura poderia ser deixada à sua própria morte lenta. Além disso, a onda de indignação pública com os excessos do regime não podia mais ser contida. Depois do caso Herzog, a tortura tampouco a censura podiam ser praticadas impunemente.

A interação entre esses dois modos de repressão no Brasil tem sido marcante.

Durante o auge do governo mais duro, eles estavam em perfeito alinhamento. A censura impediu que relatos de tortura aparecessem na imprensa, enquanto a ameaça de tortura, composta por assédio a jornalistas, bombardeios a escritórios de jornais, prisões sumárias e outras formas de intimidação, manteve a imprensa na linha. Todas eram práticas padrão do regime e se baseavam em uma ideologia comum (VIEIRA, 2011).

Conhecida como a doutrina da "Segurança Nacional e Desenvolvimento", essa ideologia mantém como um de seus princípios básicos que a sociedade ocidental moderna está permanentemente em guerra com o comunismo e outras forças subversivas. Somente com esses inimigos mantidos perpetuamente à distância, o desenvolvimento econômico pode ocorrer. Ao assumir essa guerra, particularmente contra a subversão interna, o Estado brasileiro estava, portanto, agindo no melhor interesse da nação (CARNEIRO, 1997).

Na prática, essa ideologia não era o único motivo por trás de todas as ações do regime. Mas, para os militares brasileiros e seus influentes apoiadores civis, forneceu uma lógica geral que justificou a repressão dos dissidentes e o monopólio dos despojos do crescimento econômico. Além disso, era notório a censura à imprensa. No entanto, ao extirpar notícias de conflito social, pode-se criar uma imagem falsamente pacífica da sociedade. Essa imagem de estabilidade política, imposta pelos militares, atraiu investidores estrangeiros para o Brasil. Logicamente, 'Milagre Econômico' do Brasil ocorreu durante o período de repressão mais dura, de 1968-1973 (SERBIN, 2001).

Esse 'milagre', deve-se notar, teve muitas consequências desastrosas. Enquanto o PIB cresceu a uma taxa estonteante de 10% ao ano e a rápida industrialização posteriormente tornou o Brasil a oitava maior economia do mundo ocidental, o país ficou com uma dívida externa de US \$ 42 bilhões e uma taxa de inflação descontrolada prevista para atingir níveis pré-1964 em um futuro próximo. (ALBIN, 2002)

Obviamente, a censura da imprensa por si só não abriu caminho para o 'milagre econômico'. De fato, as proibições de publicação de informações econômicas eram relativamente poucas. Elio Gaspari argumenta que, de fato, o 'Milagre' foi voluntariamente apoiado pelos grandes jornais e revistas, em um gesto deliberado de aprovação de um modelo econômico que eles não apenas defendiam, mas também aproveitavam. Seminários de oposição como Movimento e Opinião criticaram a política, mas foram mantidos sob controle porque estavam sujeitos a censura prévia (SERBIN, 2001; ALBIN, 2002).

Apesar de certa colaboração da imprensa, ainda é possível concluir que a censura à imprensa - porque suprimiu notícias de dissidência política e social - foi um instrumento fundamental na implantação do regime de um modelo desenvolvimentista baseado na repressão política sistemática e na exclusão da grande maioria do povo brasileiro dos benefícios do crescimento econômico.

Nesse contexto, dificilmente se pode argumentar que a censura à imprensa foi uma aberração do sistema político brasileiro. É verdade que algumas das ordens escritas pareciam heteróclitas quando foram impostas. Como explicar a proibição de notícias sobre 'estrias' no dia da posse de Geisel? Algumas ordens, como a proibição de notícias sobre a recessão econômica em 23 de abril de 1974, na verdade colocaram os planejadores favorecidos pelo governo em maus lençóis e foram, portanto, erros táticos. Ou talvez essas ordens tenham sido distorcidas por censores incompetentes. Mas, essas inconsistências são meras falhas do sistema, não prova de que nenhum sistema existiu (DASSIN, 1979).

A história da censura à imprensa no período pós-1964, de fato, prova o contrário. A censura à imprensa não era apenas um sistema altamente articulado, mas para impor uma ordem política e econômica repressiva no Brasil.

## **1.6 Notas sobre resistência à censura**

Assim como houve resistência à ordem repressiva como um todo, também houve oposição à censura por parte de diversos setores da imprensa. A história de como os jornalistas desafiaram os decretos dos censores só pode ser esboçada, pelos escritos desta tese. A história completa terá que vir dos próprios participantes, enquanto eles abrem arquivos bem guardados e escrevem seus próprios relatos de sua luta.

De acordo com Dassin (1979), a resistência à censura parece ter tomado três linhas principais: (1) recusas simbólicas de colaborar com proibições; (2) esforços para derrubar a censura nos tribunais; e (3) o surgimento da imprensa alternativa.

Dos protestos simbólicos, predominantes entre 1968 e 1974, os mais notáveis foram os do jornal Estado de São Paulo. A editora se recusou a acatar as proibições por telefone, e por isso, o Estado foi submetido à censura prévia por agentes lotados na redação. Espaços em branco não eram permitidos, então adições idiossincráticas eram usados para alertar os leitores de que as notícias haviam sido cortadas. Do final de 1972 até o centenário do jornal, em janeiro de 1975, o Estado instruiu os leitores a

cultivar rosas, publicou trechos de Cícero em latim e publicou trechos diários do grande poema épico português, os Lusíadas de Camões. No jornal vespertino do Estado, o Jornal da Tarde, receitas de pratos não comestíveis foram substituídas por comentários políticos extirpados (CAMÕES, 2002).

Às vezes, acreditar na palavra do censor podia ser uma vantagem para a imprensa. Ao serem proibidos de publicar manchetes sobre a morte de Allende, os jornalistas do Jornal do Brasil publicaram a matéria conforme solicitado, mas com o texto em grandes capas de primeira página. Desnecessário dizer que o resultado foi mais dramático do que a manchete convencional que o censor cortou.

Anedotas como as citadas acima, rapidamente, passaram para o folclore da resistência da imprensa, uma vez que o relaxamento das restrições permitiu protestos mais explícitos. É verdade que as artimanhas imaginativas também resultaram em boa publicidade para os jornais e transformaram alguns editores com títulos duvidosos em defensores da liberdade de imprensa. Mas, em janeiro de 1977, 1.047 intelectuais podiam atacar diretamente "restrições à liberdade de expressão" e "restrições à capacidade criativa" em um manifesto bem divulgado. Em 8 de junho de 1977, mais de 2.500 jornalistas brasileiros lançaram documentos semelhantes em comemoração ao Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. À medida que a censura se enfraqueceu, foi denunciada mais abertamente (GASPARI, 2002).

Uma segunda linha de resistência foi aberta nos tribunais. Duas tentativas importantes de derrubar a censura falharam. Em 1973, o semanário de oposição de Fernando Gasparian Opinião recebeu uma garantia constitucional contra censura prévia por um Tribunal de Justiça Federal. No entanto, foi derrubada pelo presidente Médici que defendeu a censura prévia como medida permitida pelos 'poderes excepcionais' do Ato Institucional nº 5. No final de 1977, após a censura ter sido retirada da maioria dos jornais, o semanário católico O São Paulo teve uma garantia semelhante negada pelo Supremo Tribunal Federal.

Mesmo com a relativa liberdade de imprensa do final do período Geisel, artigos sobre direitos dos trabalhadores, O trabalho da Comissão de Paz e Justiça para os direitos humanos e os documentos dos bispos brasileiros foram controversos o suficiente para garantir a manutenção de O São Paulo sob censura prévia até 8 de junho de 1978 (REIMÃO, 2011).

A oposição intelectual ao regime montada por jornais como Opinião e O São Paulo também marca o surgimento da imprensa alternativa, a terceira linha de

resistência à censura. Em contraste com grandes jornais como o Jornal do Brasil e o Estado de São Paulo, a imprensa alternativa (também chamada de 'midget' ou 'small press') deu o tom para um novo jornalismo independente no Brasil.

Pasquim foi na frente. Fundado em 1969, no período mais violento da ditadura, foi pioneiro em um novo estilo de reportagem política marcado pela irreverência, humor e ousadia. Suas fotos frequentes de mulheres nuas e seminuas foram consideradas a causa imediata do decreto de 1970 que estabelece a censura prévia. O Pasquim não só sobreviveu ao período de repressão (graças à maior circulação entre os jornais alternativos), como serviu de padrão para uma ampla gama de jornais de pequena circulação que hoje florescem em todo o Brasil (BRAGA, 1991).

Muitas publicações alternativas fecharam por causa das extraordinárias pressões econômicas causadas pela repressão e censura policial, entre eles, os semanários Folha da Semana, Reunião, O PifPaf, Opinião e Amanha, e as revistas Argumento, Debate e Crítica, Ex e Extra Realidade Brasileira. É preciso citar que, outros sobreviveram e muitos outros foram lançados posteriormente. Farflung, muitas vezes de propriedade coletiva, distribuídos manualmente, desprovido de publicidade e apaixonadamente comprometidos com as preocupações locais, esses jornais são acima de tudo exemplos de participação popular na produção de notícias (REVISTA ISTO É, 2005).

Em termos políticos, os seminários alternativos mais importantes foram Opinião e Movimento, fundados respectivamente em 1972 e 1975. O primeiro imitou o Le Monde em seu jornalismo interpretativo e todas as semanas reimprimiu artigos do renomado diário francês e da New York Review of Books (DASSIN, 1979).

Mas, nenhuma quantidade de prestígio estrangeiro poderia poupar o jornal de conflitos internos e problemas financeiros diretamente causados pela censura cada vez mais pesada. As vendas, por exemplo, caíram cerca de dois terços quando a censura prévia foi transferida dos escritórios da Opinião no Rio para Brasília. Das 321 edições da revista, apenas nove foram impressas sem a prévia fiscalização do censor. Com o tempo, isso fez com que o jornal outrora altamente conceituado diminuísse em qualidade. Em 1977, a Opinião optou por encerrar em vez de apresentar sua cópia novamente (VIEIRA, 2011).

O Movimento levou o experimento Opinião dois passos adiante. Primeiro, fez das condições locais e dos eventos nacionais o foco de sua reportagem. Em segundo lugar, era propriedade coletiva de seus escritores, funcionários e outros acionistas.

Dessa forma, as perdas estimadas de cerca de 15 milhões de cruzeiros incorridas ao longo de três anos em decorrência de medidas punitivas de censura poderiam ser mais facilmente sustentadas (REIMÃO, 2011). As vendas e, conseqüentemente, os salários caíram violentamente nesse período. Os acionistas foram chamados a comprar mais ações da empresa, embora as participações não rendessem dividendos. Os leitores também subsidiaram os censores pagando um preço relativamente alto por um jornal que se tornava cada vez mais caro para ser produzido.

As perdas devastadoras sofridas por Opinião e Movimento de leitores, trabalho, dinheiro, palavras, ilustrações, charges, fotografias, artigos, vários números inteiros. E no caso de Opinião, o jornal em si ressaltava as diferenças entre os grandes jornais e revistas e a imprensa alternativa. Pois se este último sofreu pressões econômicas extraordinárias, bem como prévias discriminatórias, censura, os primeiros, como empresas, em geral lucraram durante o período de repressão, embora também estivessem sujeitos a várias práticas de censura (HALLEWELL, 2005).

A censura não apenas impede que os escritores falem livremente, também os força a alterar a natureza e o propósito da literatura. Em um país onde os jornais e revistas não conseguem imprimir todas as notícias que podem ser impressas, onde as emissoras de rádio e TV são fortemente monitoradas e as reuniões políticas são escassas e controladas, a literatura e principalmente a ficção têm que assumir tarefas que normalmente são preenchidas por outros mídia efêmera: dar notícias, dar opiniões, manter o cidadão informado.

### **1.7 Imprensa e censura**

A palavra “imprensa”, como informa Cláudio Mello e Souza, deriva da francesa *presse*, documentada em 1.080 na *Chanson de Roland*, no sentido de ação de comprimir. A palavra francesa, por sua vez, originou-se do latim *pressare*, que significa, espremer (MELLO E SOUZA, 1986).

É importante salientar que o termo “imprensa” tem um sentido muito mais abrangente hoje do que aquele que se adotou a partir da invenção da tipografia por Johannes Gutenberg. O avanço tecnológico dos últimos 100 anos criou novos processos de produção e exteriorização de notícias. Em nossos dias, numa definição muito expandida, a imprensa deve ser entendida como sinônimo de jornalismo, englobando todos os meios de comunicação de massa, ou seja, a imprensa escrita,

radiofônica, televisiva e, agora, a transmitida via informática. O trabalho da imprensa, o trabalho jornalístico, externa-se, portanto, por meio da mídia, do conjunto dos meios de comunicação (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Ainda numa época em que só havia imprensa escrita, Rui Barbosa definiu-a como:

[...] a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga os que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça (BARBOSA, [1923] , s.p.)

Uma importância reconhecida também pelos principais regimes ditatoriais do nosso século: Adolf Hitler, no livro *Mein Kampf*, afirma que:

[...] é especialmente necessário ter-se a imprensa debaixo da mira; porque a sua influência sobre os homens é especialmente forte e penetrante. O Estado não deve se perturbar pelo brilho da chamada liberdade de imprensa e deixar-se levar à falta do seu dever, ficando a nação com os prejuízos. Ele deve, com decisão implacável, assegurar-se desse meio de esclarecimento e colocá-lo a seu serviço e no da nação (HITLER 1925, s.p.)

Benito Mussolini, ele próprio, um ex-jornalista, justificou o controle do Estado sobre a imprensa afirmando que em um regime totalitário, a imprensa é um elemento do regime em questão e configura uma força ao serviço deste regime hitleriano. Eis porque a imprensa italiana é fascista. Também nas ditaduras de esquerda, a ideia de uma imprensa livre era deplorada. Nas palavras de Lenin, “os capitalistas chamam liberdade de imprensa a supressão da censura e a faculdade para todos os partidos editarem jornais conforme lhes convenha. Na realidade, isto não é a liberdade de imprensa, mas a liberdade para a burguesia enganar as massas populares oprimidas e exploradas” (LAFER, 1991, p. 239-242).

A arte de informar, *a arte de apreciação de acontecimentos*, como definiu Alceu de Amoroso Lima (2003), é vista nas sociedades democráticas como um patrimônio de toda a sociedade. O jornalismo é, por exemplo, o único ramo de atividade que conta com proteção especial na Constituição dos Estados Unidos. Essa proteção, assegurada pela Primeira Emenda, é conferida à imprensa não enquanto ramo de negócio, mas por servir ao fim maior de manter a sociedade constantemente informada sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, enfim, tudo o que diga respeito ao interesse

público dentro de uma democracia (CHARRON; BONVILLE, 2016).

A liberdade de imprensa é amparada pelo direito à informação que, por sua vez, está ligado à liberdade de expressão e de opinião. Uma liberdade ao mesmo tempo negativa e positiva, como explica Celso Lafer: “a liberdade negativa de não se ver molestado pelas suas opiniões... a liberdade positiva de expressar publicamente suas ideias” (LAFER, 1991, p. 241).

A liberdade de expressão entendida como direito de se expressar sem constrangimentos, de acordo com padrões estabelecidos pela legislação e pelo respeito aos outros direitos, é a definição mais adequada para esse valor. Na atualidade, o debate sobre esses significados, sobre os comportamentos expressivos e a coexistência da liberdade de expressão com outras liberdades fundamentais e outros interesses sociais têm sido alvo de preocupação de filósofos e juristas, como demonstra Ramond (2016) e também da própria sociedade. A delimitação filosófica e jurídica, cujo denominador comum, segundo Girardi (1999), pode ser definido como o direito de se expressar sem sofrer interferências arbitrárias é insuficiente para delimitar as formas de expressão e os critérios para estabelecer as arbitrariedades.

A imprensa nasce com a invenção da tipografia, mas o jornalismo como forma de transmissão organizada de informações a um número maior de indivíduos remonta, Sob à ótica da arqueologia, até o presente momento, o que inclui a época da Era Cristã. Os romanos afixavam folhas de notícias, denominadas de *acta diurna*, nos locais públicos. E a primeira notícia jornalística é atribuída à uma *acta diurna*, datada do ano 68 d.C, a qual informava sobre uma briga em uma hospedaria de Roma. Jornalismo e sensacionalismo, como conclui Guido Fidélis, nascem, assim, de mãos dadas (FIDÉLIS, 1986).

Com a invenção do tipo móvel por Gutemberg e a impressão do primeiro livro, uma bíblia, abre-se caminho para o desenvolvimento da imprensa. Ainda no século XVI, a República de Veneza imprime uma pequena folha de notícias, comprada por uma gazeta, moeda de menor valor, que acabará por virar sinônimo de jornal (CHARRON; BONVILLE, 2016).

O primeiro jornal de circulação diária surgiu dois séculos depois, na Alemanha, o *Frankfurter Oberpostanants Zeitung*, criado em 1615. Os anos seguintes veem a expansão na criação de jornais diários: o *The Weekly News*, de Londres, em 1621; a *Gazeta de Amsterdam*, em 1623; e o *Gazette de France*, em 1631.

O Brasil foi um dos últimos países a conhecer a tipografia. Na época do Brasil



Colônia, todas as tentativas de se fabricar ou utilizar os tipos móveis foram abortadas pela Coroa portuguesa. A Carta Régia de 8 de junho de 1706 mandava “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem, nem consentissem que imprimissem livros ou papéis avulsos”. Ela foi complementada pela Ordem Régia de 10 de maio de 1747, que afirmava que não era “conveniente que se imprimam papéis no tempo presente [...]” (RAMOS, 1970, p. 27).

Diante da forte pressão da censura colonial, a imprensa brasileira surgiu de uma forma extremamente *sui generis*<sup>7</sup>, com um jornal que, para falar dos assuntos de interesse nacional, estava obrigado a ser escrito e impresso em Londres.

Trata-se do Correio Braziliense ou Armazém Literário, de Hipólito José da Costa, jornal mensal que, desde a primeira edição, em 1808, só teve livre circulação em três dos 14 anos de sua existência. Por outro lado, o primeiro jornal impresso no Brasil, também em 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro, tratava tão somente de assuntos relacionados à Coroa portuguesa e às casas imperiais da Europa, como disso se asseguravam os censores nomeados por Dom João VI para dirigir a Imprensa Régia (SODRÉ, 1999, p. 20).

Como se observa, a imprensa já nasceu acompanhada pela censura prévia, talvez a mais perversa de todas as formas de coibir a liberdade de pensamento e expressão.

Entre janeiro de 1980 e abril de 1981, atentados foram cometidos. Bancas de jornais que vendiam publicações de oposição passaram a ser incendiadas nas grandes cidades brasileiras e como consequência houve redução nas vendas dos jornais, o que levou os donos das bancas de jornais à falência. Do ataque indireto, a imprensa foi atingida frontalmente, em março de 1981, com a explosão e incêndio da sede da Tribuna da Imprensa, no Rio de Janeiro.

O atentado foi precedido, sete meses antes, em agosto de 1980, pelo pior ataque da história da Ordem dos Advogados do Brasil: a carta-bomba endereçada ao presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. Esses ataques, pelos quais ninguém foi punido, ou sequer identificado, marcaram os momentos finais do regime militar (CHIRRON; BONVILLE, 2016).

Nos primeiros anos da ditadura, o censor era uma presença constante nas redações dos principais jornais do país. Com o regime já estabelecido, a censura

---

<sup>7</sup> Representação da ideia de unicidade, em latim significa “de seu próprio gênero” ou “de espécie única”.

tornou-se menos ostensiva, mas continuou presente. Em vez do censor ir às redações para censurar o material noticioso proibido pelo regime militar, o jornal enviava os textos da edição a ser publicada. Feitos os cortes das matérias consideradas prejudiciais ao regime, cabia aos jornalistas preencher os espaços em branco com outras notícias (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Os censores recebiam do governo militar listas com assuntos ou indivíduos banidos de reportagens. Não se podia falar em meningite em plena epidemia, nem dar espaço nos noticiários a árdios defensores dos direitos humanos, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara, num momento em que presos políticos eram torturados ou desapareciam após a prisão (SOUZA, 2009).

No auge da repressão, a revista esportiva *Placar* conseguiu driblar os censores e entrevistar Dom Paulo, já que, oficialmente, o Cardeal Arcebispo de São Paulo falaria apenas sobre futebol e seu time do coração, o Corinthians. Só que a reportagem era sobre violência nos jogos, e foi a oportunidade que os jornalistas deram a Dom Paulo para condenar a violência nos estádios e, indiretamente, torturas realizadas nos porões do regime militar (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Por censura, Fígaro (2016) ajuda a compreender como um “processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa, diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado, e pode se apresentar de diversas formas”(p. 73). A pesquisadora, elenca as três formas em sua percepção: a censura explícita, a censura praticada pela instituição e a autocensura; suas reflexões são pertinentes sobre a forma comum de censura, o silenciar, uma “prescrição para o trabalho do jornalista”. Assim, é afirmado que no ambiente atual em que o jornalista se insere, “a autocensura é geralmente aplicada para evitar demissões, processos judiciais ou por questões financeiras e éticas, principalmente entre os jornalistas” (FÍGARO, 2016, p. 74).

Alguns discursos jornalísticos remetem à alternativa para os controles de veículos comerciais: os meios digitais tornaram-se os espaços de discussão e de livre exercício da profissão. Para Fígaro (2016, p, 74), esta migração dos jornalistas é justificada pela tentativa de “fugir das restrições das empresas tradicionais de comunicação, motivados a buscar atualização tecnológica e por vislumbrarem a possibilidade de gerar informação diferenciada daquela publicada na grande mídia”. Ao compreender a linha de raciocínio da pesquisadora, pode-se dizer que os jornalistas produzem reportagens fora da grande mídia e este fato incomoda, principalmente, donos de canais hegemônicos e até políticos.

A iniciativa originária de Fígaro (2018) a respeito dos centros de investigação em Comunicação e Jornalismo no Brasil, para compreender quem são e como trabalham os sujeitos que optaram ou se viram obrigados a criar arranjos alternativos às corporações de mídia tradicional parte do binômio comunicação e trabalho, compreendendo que o trabalho é uma atividade humana e possui um componente de ineditismo o qual estabelece uma relação dialética com os saberes instituídos e orienta o reconhecimento do indivíduo como ser social.

### **1.8 Censura, violência e repressão**

A violência contra os jornalistas é um fenômeno global. Waisbord (2020) argumenta que os jornalistas que são alvos mais prováveis de ataques se encaixam em categorias específicas definidas por marcadores visíveis como: gênero, raça, etnia, sexualidade e religião. Mulheres que cobrem temas como política, direito, economia, esporte, direitos das mulheres, gênero e feminismo são mais propensas a se tornarem alvo de violência, principalmente nas plataformas digitais (POSETTI et al., 2020).

Do ponto de vista social, a violência contra os jornalistas acaba afrontando o princípio ético do cidadão que tem direito à informação, pois, se as agressões ao jornalismo aumentam, conseqüentemente, a qualidade das informações e o acesso da sociedade a elas diminuem. Quanto à perspectiva individual, a violência, em qualquer âmbito, traz o medo, o que faz com que a pessoa se sinta acuada (MINAYO E ASSIS, 2017).

Soma-se a esse cenário os obstáculos existentes à liberdade de imprensa com ataques de novos atores populares na tentativa de silenciar o jornalismo crítico (PAPADOPOULOU E MANIOU, 2021).

Os tópicos a seguir foram organizados para destacar os principais tipos de ataques contra jornalistas.

- **Assassinato:** ocorre quando o ato violento é levado às últimas conseqüências, vindo a causar a morte do jornalista. Resultado de um atentado com arma de fogo, ou também pode se dar pelo desferimento de quaisquer armas, como por exemplo faca, porrete, barra de ferro e tantos outros considerados armas brancas, as quais possam ser usadas para ferir mortalmente a pessoa.

- **Atentado:** ato cometido com o emprego de quaisquer armas ou não, com o objetivo de ferir ou assustar o jornalista. Pode ser direcionado ao profissional, ao imóvel sede

do jornal ou a casa do profissional e também outros bens dos profissionais, como carro.

- Agressão física: quando o jornalista sofre prejuízo à integridade física praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas (paus, tripé da câmera, pedras, cassetetes), para lhe causar ferimentos ou danificar materiais e dispositivos que esteja utilizando no exercício de suas funções. Alguns casos de agressão física podem resultar em sequelas permanentes.

-Agressão verbal: quando o agressor faz uso da linguagem para ofender e proferir xingamentos contra o jornalista, com o objetivo de desacreditar o profissional e/ou impedir a execução de suas tarefas jornalísticas. Mesmo sem causar danos físicos, este tipo de violência pode provocar consequências de cunho psicológico ao jornalista.

-Intimidação: é uma forma de coação, com efeito de fazer com que outros façam o que alguém quer, através do medo é um ato mais acentuado de agressão verbal, em que são praticados contra o profissional na tentativa de fazê-lo abandonar o exercício da atividade em determinada situação, podendo envolver ou não agressão física. Quando executada em ambientes de tensão pode servir de estímulo para que outros atores ataquem os profissionais de imprensa.

- Hostilização: quando os profissionais do jornalismo são recebidos de forma agressiva, sem a ocorrência de ameaças, intimidação ou agressões verbais diretas, mas em que há manifestação de descontentamento com a presença da imprensa. Pode ser o início de agressões mais graves.

- Ameaça: pode ser cometida de várias maneiras, com presença física da vítima ou de forma mediada, por telefonema, mensagens, postagens nas redes sociais. É uma agressão verbal cometida com intenção clara de prejudicar a vítima, caso não tenha seu pedido atendido que pode ser a exclusão de uma fotografia, parar de publicar reportagens sobre um tema, entre outras.

- Impedimento ao exercício profissional: ocorre por alguém, envolvido ou não em determinada situação, o qual se tem poder instituído para impedir os jornalistas de executar uma atividade, como uma entrevista ou realização de uma transmissão ao vivo.

-Barramento oficial: é o impedimento ao exercício profissional mediante ordens documentadas por comunicado empresarial ou decisão judicial, determinando que a atividade jornalística não seja realizada. Há implicação de ordem hierárquica nestas ocorrências.

- Censura: uma forma de impedir que determinado assunto não seja mais apurado ou

que reportagens sobre determinados assuntos não sejam publicadas. Ao considerar as prerrogativas democráticas vigentes no Brasil, identifica-se que, as censuras ocorrem tanto em âmbito interno, quando as próprias empresas impedem o prosseguimento da abordagem a certos temas; ou podem ser executadas por meio de medidas judiciais para impedir a veiculação de determinados conteúdos. Em casos de censura, há proibição total de publicação dos temas alvo da ação.

- Cerceamento: quando há restrições para execução de tarefas jornalísticas mediante a atuação do Poder Judiciário, das polícias ou por iniciativa de uma empresa. Nestas situações não há proibição total em relação a determinadas abordagens, o que ocorre é uma restrição de uma cobertura jornalística.

- Dano: se dá quando o ataque contra um jornalista danifica um bem (veículo), um dispositivo/equipamento (um telefone celular, por exemplo) e/ou algum objeto que esteja em sua posse (roupa, crachá, máscara facial). Pode ocorrer ou não de forma atrelada a outros tipos de violência.

- Cárcere privado: quando o/a jornalista é mantido fechado em um ambiente caracterizando restrição total de suas liberdades em consequência da execução de tarefas jornalísticas. Por exemplo: situação em que um pastor deixou uma equipe fechada e incomunicável na sala de um ambiente religioso depois que os profissionais tentaram gravar imagens de uma igreja (caso 297/2020).

- Rapto: quando o profissional é retirado de um determinado ambiente (local de trabalho e/ou casa) e levado para outro local em que sofre restrição de liberdades. Pode ser cometido como uma forma de tentar intimidar alguém, com libertação posterior, com ou sem ferimentos, e/ou como forma de buscar a obtenção de algum tipo de 'resgate' (recompensa em troca da liberdade).

- Acidente intencional: quando um profissional sofre um evento inesperado pessoalmente, como por exemplo ser empurrado de um local alto ou ser atropelado, e/ou ao fazer uso de um veículo em meio ao trânsito, como por exemplo, ter o carro de reportagem atingido intencionalmente.

- Ataque virtual: quando a pessoa que comete os atos de violência, tais como agressão, intimidação, difamação, ou ameaça. Fato que o faz por meio de dispositivos tecnológicos de comunicação, por exemplo: vídeo postado em uma plataforma de streaming, comentários ofensivos nas redes sociais, entre outros.

- Assédio: constrangimento persistente que geralmente é permeado por uma relação de poder, superior hierárquico ou fonte proeminente, o qual se dá em ambiente interno

(entre pares) ou externo (na relação com o público e/ou fontes de informação), cujo objetivo é a desmoralização ou afetamento psicológico do profissional, como assédio moral, ou insinuar questões de ordem sexual, como assédio sexual.

- Difamação: quando há tentativa de retirar a credibilidade de uma pessoa mediante a imputação de fatos que desabonem a sua conduta pessoal ou profissional perante a sociedade de maneira a afetar o exercício profissional. Uma das ações empenhadas em linchamentos virtuais. Por exemplo: divulgar vídeo atribuindo a um determinado jornalista a conduta de 'inventar' entrevistados.

- Linchamento virtual: modalidade de ataque contra jornalistas em que o vale-tudo virtual entra em cena. Para abalar a credibilidade daquele que passa a ser atacado, são usados vários recursos, inclusive com fotomontagens e vídeos editados, cujo objetivo é atingir a maior propagabilidade no espaço mais curto de tempo, buscando 'sufocar' a vítima no ambiente digital, por meio da divulgação de informações falsas e agressões verbais, entre outros. Não raras vezes, uma campanha de linchamento virtual pode motivar ataques físicos e diretos contra as vítimas e seus familiares. O frequente uso de recursos, inclusive não humanos, para compartilhar este tipo de conteúdo torna praticamente impossível combatê-lo por meio da divulgação de contestações e matérias verídicas.

- Injúria racial: quando a agressão verbal é adicionada de elementos que apelam para a identificação racial da vítima de maneira pejorativa. Se dá por interações diretas e presenciais ou, ainda, por meio de ataques virtuais.

- Ataque à credibilidade: ocorre quando uma agressão verbal e/ou ataque virtual é realizado de forma genérica e difusa, tendo como principal objetivo afetar a credibilidade do conjunto de profissionais jornalistas.

- Prisão: acontece quando um profissional é privado de suas liberdades em cumprimento a uma sentença judicial (ordem de prisão) ou por abuso de autoridade. Nestas situações, o profissional só poderá ser colocado em liberdade, após cumprir a pena mínima ou depois da intervenção de uma autoridade competente, como a judicial ou policial.

- Detenção: ocorre quando um profissional é detido temporariamente com a intenção de impedir o avanço da execução de uma tarefa jornalística.

- Retenção/destruição de equipamentos ou material: a retenção se verifica quando o profissional tem algum equipamento ou objeto em sua posse subtraído por terceiros, sejam agentes de segurança ou não, temporariamente ou de forma definitiva. A

destruição de equipamentos pode ocorrer por iniciativa direta do agressor ou em consequência de uma agressão física ou atentado. A destruição de material ocorre quando há a inutilização de arquivos, de áudio ou de imagem, coletados pelo jornalista no cumprimento de suas tarefas e que visa a constituição da notícia.

- Ofensa de ordem cultural: quando a agressão verbal é cometida por meio do uso de argumentos que demonstram algum tipo de intolerância (misoginia, machismo, homofobia, gordofobia) com relação à vítima.

A identificação destas formas de violência tornou-se possível graças à análise e reconhecimento dos elementos de contexto relacionados a cada um dos casos de violência registrados nos relatórios de violência da Fenaj, da Abert e Abraji, entre 2018 e 2021. Apresentar as características de cada violência é parte do esforço necessário inclusive ao enfrentamento destas situações.

De acordo com o panorama traçado pela UNESCO, também se reforça que os principais alvos de violência são profissionais que vivem em cidades pequenas e trabalham em veículos de comunicação de abrangência local. Com relação ao tipo de mídia, repetem-se as conclusões do relatório da Article 19.

Ainda com base em levantamento da CPJ, observou-se que em 46% dos casos de violência as vítimas trabalhavam em jornal impresso, 38% em rádio e 19% em TV e 15% na Internet. Quanto à cobertura de temas, a CPJ constatou que os jornalistas mortos no Brasil, desde 1992, cobriam, principalmente, casos de corrupção (62%), crimes (46%), política (31%), entre outros. Dessa forma, o texto da UNESCO reforça:

Guerra é mais difícil de cobrir, mas, na maioria dos casos, os assassinatos de jornalistas não acontecem em situações de conflito armado e sim com histórias locais, em suas próprias cidades, particularmente quando relacionadas à corrupção e outras atividades ilegais como crime organizado e drogas (UNESCO, 2013, s.p.).

Ao considerar uma noção mais contextualizada de como os crimes de violência contra jornalistas no Brasil vem ocorrendo, a sociedade estará também colaborando para a construção de estratégias de enfrentamento a esses crimes. É importante atentar para a possibilidade da apresentação desses casos, sem discussão ou análise, como crimes motivados pela atividade profissional ser parte de uma estratégia discursiva de valorização da profissão, seja utilizada pelos próprios jornalistas ou por empresários da comunicação como atestado da importância da

profissão.

Um outro enfrentamento que a sociedade precisa considerar são os assédios virtuais, entre outros assédios sofridos por mulheres jornalistas, dos chamados grupos minorizados, ou aquele/as que trabalham com questões da pauta da extrema direita são o/as mais afetado/as, e essas práticas acarretam formas de censura popular e coletiva (Waisbord, 2020).

Muitos estudos acadêmicos recentes sobre o ciberassédio e as relações com o público (Lewis, Zamith & Coddington, 2020) inclui jornalistas esportivas (Everbach, 2018; Antunovic, 2019). Tal fenômeno revela que se trata de um movimento transnacional generalizado (Chen et al, 2020). Essas formas de violência que emanam dos públicos e das fontes vêm sendo denunciadas por mulheres jornalistas, a exemplo do documentário recém-lançado na Bélgica, #Sale pute, sobre o assédio on-line de mulheres da mídia. Mas essas denúncias ainda são poucas, ao considerar o número de mulheres jornalistas que, por conta dessas violências, abandonam as redes sociais ou mudam de área de atuação.

Um outro fato recorrente que a imprensa e os jornalistas sofrem, no tange à credibilidade e enquanto violência tácita, é o fato de muitos negarem a ciência. A negação da ciência não é algo recente, na modernidade os avanços da ciência e as reflexões humanistas encontraram resistência das autoridades políticas e principalmente religiosas.

As discussões se asseveram no âmbito político e social e travam uma batalha ente a agnotologia (construção da ignorância) e a epistemologia (construção do conhecimento). De um lado, a sociedade e a tecnologia da internet e das redes sociais de propagação do negacionismo científico e, do outro, as ciências com seus métodos e técnicas utilizadas para validar as descobertas científicas. Contudo, há uma estratégia política de embaralhar essas linhas, de criar dúvidas e ceticismo, quando não se pode mais falsificar a realidade. O grande paradoxo é que para ignorar algo, é preciso conhecê-lo. Quando se conscientiza sobre o não conhecimento de determinado assunto, então empreende-se a busca pela verdade.

Proctor (2008) avalia que existe muito mais ignorância do que conhecimento e que pouco se sabe sobre a ignorância. Meusburger (2018) complementa existem várias formas de ignorância e que isso favorece a propagação de conteúdos mal entendidos, ou mal intencionados.

A ignorância tem afetado a saúde das pessoas em vários lugares no mundo.



Segundo Miguel (2020), o conhecimento, é importante para a tomada de decisões e tem entrado em constante debate principalmente com a questão da pós-verdade. As políticas de pós-verdade representam o oposto a isso. São fundamentalmente atos de negar e destruir informações e conhecimentos contrários às suas visões particulares. Trata-se de estratégias de produção da ignorância, isto é, ações que têm como objetivo confundir o julgamento dos fatos e não acrescentar outras visões. Nesse sentido, tem a ver com projetos autoritários e antidemocráticos, que geram o obscurantismo em detrimento de outras formas de saber e viver. (MIGUEL, 2020).

## CAPÍTULO 2 - JORNALISMO E TRANSFORMAÇÕES

Um dos desafios da pesquisa sobre o jornalismo consiste em destrinchar as relações complexas entre as condições sociais de produção do discurso jornalístico e as características desse discurso, cujos objetos, formas, regras e intenções de comunicação variam no tempo e no espaço.

O Jornalismo passou por diferentes mutações no decorrer de sua história, seja na América do Norte ou fora dela. Charron e Bonville (2016) fazem esse recorte a partir de duas abordagens propositivas que englobam um conjunto de noções, se não recorrentes, ao menos presentes na sociologia do jornalismo ou nas ciências sociais, como sistema, discurso, código, regras, estrutura, paradigma, tipo ideal etc., a abordagem liberal/teleológica, segundo a qual a história do jornalismo se inscreveria em uma longa marcha rumo à liberdade; e a abordagem profissional/cronocentrista, segundo a qual o verdadeiro jornalismo seria aquele que se conhece hoje e que teria surgido no final do século XIX com o movimento de profissionalização dos jornalistas.

Os primeiros jornais que surgem no século XVIII se devem a impressores que recolhem, consignam e difundem em suas gazetas correspondências, anúncios e outras informações que lhes são enviadas (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 28). Nesse jornalismo de transmissão, o impressor age, essencialmente, como um elo entre “fontes” e leitores. Não há uma via de comunicação como um jornal, ou emissora, mas sim, o fato de dirigir-se por conta própria aos leitores. E, geralmente, o faz sob pseudônimo e sob o estatuto de correspondente.

Durante a época citada, nem o gazeteiro e nem o jornalista tem uma verdadeira identidade discursiva, que só será assumida com o jornalismo de opinião, no início do século XIX. Moura (2015) ajuda a compreender esse período a partir da transformação das instituições políticas, principalmente sobre o direito do voto e responsabilidade ministerial, com um desenvolvimento partidário, o gazeteiro, transformado em editor, põe o jornal a serviço das lutas políticas.

Em concordância Charron e Bonville (2016), é notório que o jornalismo de opinião assume a forma de lugar de expressão e de combates políticos, prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial. Tais limites são decorrentes dos recursos tecnológicos disponíveis e o analfabetismo de grande parte da população o impedem de atingir um público mais vasto. O jornal de opinião, financiado em parte por seus leitores e pelo mecenato político e em parte pela

publicidade, permanece uma folha modesta e austera que não alimenta reais focos comerciais.

Nas últimas décadas do século XIX, as trocas comerciais se intensificaram graças à melhoria das condições de transporte e da industrialização da produção de bens e consumo corrente. Com a produção em massa, surgem práticas de comercialização fundadas na marca comercial e no uso intensivo da publicidade. O afluxo da publicidade cria novas “oportunidades de negócios” como afirmam Charron e Bonville (2016, p. 29), o jornal pode se tornar efetivamente um comércio mais lucrativo.

Historicamente, a mudança do jornal de opinião para o de informação (1880-1910) conduziu ao desenvolvimento de práticas como a da redação massiva de notícias e ao incremento de gêneros como o da reportagem. Tais práticas e gêneros, são explicados por Moura (2015), para servir de modelo à produção de jornais durante a maior parte do século XX. Nas palavras do autor: “quando uma definição de jornalismo tende a se tornar dominante, ela não elimina imediatamente outras concepções menores ou reprimidas da prática discursiva” (MOURA, 2015, p. 29).

As críticas evoluem, portanto, por meio de um processo pelo qual os remetentes chegam a desenvolver um sistema estruturado de relações (CHARRON; BONVILLE, 2016). No entanto, a configuração desse sistema não é estável, notadamente, porque o interesse pela mudança não se apresenta necessariamente ao mesmo tempo nem da mesma maneira pelos diferentes autores, até mesmo em meio a uma mesma categoria de atores.

Assim, o jornalismo de informação se generalizou até se tornar a forma dominante de jornalismo a partir dos anos de 1920 (CHARRON; BONVILLE, 2016). Em complemento, Moura (2015) afirma que aquilo que é chamado de “novo jornalismo”, designa especialmente a implantação do trabalho de repórter, dando origem a um debate entre seus partidários e seus detratores e utiliza Marzolf (1992) para concluir o seu pensamento:

Os defensores da velha cultura viram seu domínio sobre a mente pública esvair-se, sendo substituído pelo vulgar novo jornalismo. O ideal da uma imprensa como pilar da cultura e modelador de opinião pública estava ameaçado, porque um público criado a base de trivialidades pode perder sua habilidade em concentrar ou se interessar por um debate sério e por uma cultura edificante (MARZOLF, 1992, p. 9).

A expressão “novo jornalismo” é retomada nos anos de 1960 para definir uma

forma específica de reportagem que coloca em evidência o ponto de vista da fonte, contornando os métodos habituais de coleta de informações (EMERY, 1992). Antes inovador, o “novo jornalismo” passa então a ser o defensor da ortodoxia do trabalho jornalístico. A evolução da expressão em questão ilustra que a mudança não é somente fruto de desenvolvimentos técnicos, mas que depende também do sentido que os indivíduos lhe conferem.

A partir das décadas de 1970 e 1980 (embora fatores de mudança tenham ocorrido em décadas anteriores), o jornalismo entra novamente em uma fase de transformação. A prática jornalística se sujeita cada vez menos ao modelo de jornalismo de informação e se aproxima do que se conhece por jornalismo de comunicação (CHARRON; BONVILLE, 2016). De acordo com os autores, os empresários da mídia e investidores, buscaram novos mercados e foram estimulados pelas inovações técnicas e pelo movimento de desregulamentação e de liberalização dos mercados, favoreceram a multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação.

O mercado de mídia é caracterizado, doravante, por uma grande diversificação e por uma superabundância de oferta. A imprensa escrita cotidiana e as grandes redes de televisão (TV), que dominavam a indústria da mídia, veem suas parcelas de mercado esfacelar-se em proveito de uma nova mídia, mais especializada, mais inovadora e que respeita menos as normas estabelecidas. A digitalização e a miniaturização dos equipamentos, o desenvolvimento das telecomunicações e, mais recentemente, a implantação rápida da internet são técnicas cujo uso tende a colocar em questão as normas e as práticas usuais de produção, difusão e consumo da informação e que colocam produtores e consumidores de informação em um ambiente midiático em plena mutação.

Eis o caminho que tomou Michel Mathien (2001, p. 105-135) que, não tendo compreendido o caráter de tipo ideal da noção de “jornalismo de comunicação” e compreendendo a noção de “comunicação” à promoção, “propaganda” e à “manipulação” e outros rótulos do mesmo gênero busca, na realidade do jornalismo europeu, elementos de observação para mostrar que essa realidade não se conforma ao tipo ideal. Evidentemente, ele os encontra, por isso o autor conclui que:

A importação do conceito de jornalismo de comunicação com tudo o que o acompanha – o modelo concorrencial e relativista em termos de informação – não poderia ser satisfatório (sic) no plano do conhecimento sociológico e cultural da profissão [jornalística] que, apesar de todos os esforços para defini-la e lhe dar contorno (...) nunca foi uniforme e monocromática (MATHIEN, 2001,

p. 111).

Além disso, estimando que a “coerência de um conjunto não é jamais perfeito, todo o sistema tem suas contradições e a *fortiori* uma organização muito integrada – o que a profissão jornalística não é e jamais foi – não funciona nunca segundo um só princípio” (MATHIEN, 2001, p. 113). O autor se dedica a nos lembrar o que já se sabe, ou seja, que a realidade do jornalismo contemporâneo é mais complexa, com mais nuances, mais ambivalências, do que sugere o conceito, ou ponto de vista de qualquer leitor, isto é, uma vez entendido como uma descrição do real, senão uma abordagem “estereotipada”, marcada por “ingenuidade”, “discutível no plano epistemológico por sua incompletude”, e “fundada em uma “teorização generalizadora” e “reduzora”, até mesmo “normativa” (MATHIEN, 2001, p. 126-111).

A propósito do conceito de jornalismo de comunicação, não há que se perguntar se as características selecionadas para a construção do conceito (subjatividade da enunciação, apelo à intersubjetividade, acentuação da função fática, mistura de gêneros, etc) permitem produzir uma descrição perfeitamente fiel e exaustiva do jornalismo tal como se pratica hoje.

A resposta a essa questão é conhecida? Pelo contrário, no âmbito de uma problemática de pesquisa sobre as mutações paradigmáticas do jornalismo, é necessário se perguntar se os traços escolhidos para a construção do tipo ideal de “jornalismo de comunicação”, traços que correspondem a aspectos das práticas jornalísticas que são, não representativos, mas típicos do jornalismo contemporâneo, destacando o que é fundamental e essencialmente diferente no jornalismo contemporâneo em oposição a outras formas anteriores de jornalismo.

## **2.1 A emersão da problemática da violência**

Relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) referentes aos anos de 2019 a 2021, apresentam dados acerca da violência acometida aos veículos de comunicação e a jornalistas. O levantamento destaca que no ano de 2018, três radialistas foram mortos após sofrerem ameaças pela divulgação de denúncias de corrupção e irregularidades envolvendo autoridades públicas e políticos de suas cidades. Os ataques à liberdade de imprensa foram evidenciados em 2019, 2020 e 2021, em razão

da postura frequente do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, á frente do governo civil que, em ações estratégicas, tenta desacreditar os veículos de comunicação e os jornalistas.

As novas edições dos relatórios, da Fenaj e da Abert, publicadas em janeiro de 2022 evidenciam que 2021 foi o ano com o estabelecimento de um novo recorde no registro de agressões diretas aos profissionais e ataques à categoria e a veículos de comunicação. Foram 430 ocorrências, superando o ano anterior, até então o ano mais violento para os jornalistas brasileiros, desde o começo da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa feitos pela Fenaj, iniciada na década de 1990.

Nos últimos dois anos, o relatório da Fenaj apresenta crescimento de 106,24% de episódios de violência contra jornalistas e veículos de comunicação. Os números mantêm o Brasil como um país bastante hostil aos jornalistas e, por consequência, sem total liberdade de imprensa. O relatório da Abert, de 2021, aponta que o Brasil entrou, pela primeira vez em 20 anos, na “zona vermelha” do Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa, da organização internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF), caindo da posição 107º para a 111º. A Abert também aponta um aumento de 21,69% no número de profissionais e veículos de comunicação que sofreram algum tipo de ataque em 2021 envolvendo, pelo menos, 230 profissionais em 145 casos de agressões físicas, ameaças, intimidações e ofensas.

Outro relatório que monitora ataques contra a imprensa é da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji que, desde 2013, apresenta panorama focado nas especificidades do contexto brasileiro. Na edição de 2021, a associação coletou informações sobre os casos, que são todos públicos, os quais ocorreram nas redes sociais ou tiveram repercussão na internet.

Os dados do relatório da Abraji apontam mais casos que os registrados no relatório da Fenaj, no ano de 2021, acerca de ataques vitimando jornalistas, meios de comunicação ou a imprensa em geral. Em 69% dos casos, o ataque foi provocado por um agente público. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sozinho, atacou a imprensa 89 vezes no último ano, o que representa 19,6% dos ataques. Se somado aos ataques de seus ministros de Estado, políticos aliados, assessores e apoiadores, o número chega a 271 – 60% dos casos totais registrados no ano.

Destarte, a estratégia conforme adotado aqui significa instrumentos para atingir os objetivos, os fins políticos, tanto na guerra como na paz. O uso de estratégias de desinformação e o discurso oficial do chefe do Executivo, com a tentativa de legitimar

cada vez mais a crítica a jornalistas e veículos de comunicação estimulam a desconfiança com o jornalismo, uma forma de repressão. Esta desconfiança se materializa em discursos de ódio, campanhas de difamação e processos judiciais abusivos, que são diretamente promovidos por meio de estratégias muitas vezes camufladas como atos políticos ou incentivados por autoridades públicas das mais altas esferas do Estado. Michel De Certeau chama de estratégia o cálculo ou manipulação das relações de forças:

[...] que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (CERTEAU, 1998, p. 99)

O fato de haver falta de confiança nas instituições – o que não se liga necessariamente com a falta de pensamento crítico em relação às mesmas – promove uma maior desvalorização acerca das informações por elas produzidas ou disseminadas. Os indivíduos apoiadores do chefe do Executivo tendem a considerar como verídico o teor discursivo realizado por ele. O que pode acontecer, também, com instituições jornalísticas, potencializando assim que as informações e notícias oficiais não detenham tanta legitimidade pública como deveriam ter, o que resulta numa menor distinção entre o que se revela menos ou mais verídico.

Segundo o Relatório Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, da Fenaj, o número de casos de ataques a veículos de comunicação e a jornalistas em 2019 chegou a 208, um aumento de 54,07% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 135 ocorrências. Em um ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro, sozinho, foi o responsável por 121 casos (58,17% do total) de ataques. Foram 114 ofensivas genéricas e generalizadas, além de sete casos de agressões diretas a jornalistas.

Nas redes sociais, as postagens no Twitter, Facebook e Instagram, apresentam expressões depreciativas, com hostilidades e pejorativas dirigidas à imprensa profissional e aos jornalistas e continuaram sem trégua nos períodos apurados pelos três relatórios consultados. Segundo a Abert (2021), a imprensa profissional sofreu cerca de 4.000 ataques virtuais por dia, ou quase três agressões por minuto.

De acordo com os registros da Abert, os ataques de Bolsonaro foram feitos em divulgações oficiais da Presidência da República (discursos e entrevistas do presidente,

transcritos no *site* do Palácio do Planalto) ou no Twitter oficial de Bolsonaro. Foram 245 casos, nos anos de 2020 e 2021 denunciados pela Fenaj em divulgação específica, além de 112 casos de agressões verbais a jornalistas feitas em entrevistas/conversas que não foram reproduzidas no site do Palácio do Planalto somando, individualmente, 418 ataques à liberdade de imprensa proferidos por Bolsonaro, seus ministros de Estado, políticos aliados, assessores e apoiadores.

As tentativas de redução da credibilidade da imprensa constituíram-se na principal ameaça à liberdade de imprensa no Brasil. Essa categoria de violência não consta nos relatórios anteriores das instituições pesquisadas e foi criada em razão da institucionalização dos ataques, por meio do governo Bolsonaro, aos veículos de comunicação e a jornalistas.

Em uma manifestação realizada na Praça dos Três Poderes, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 2020, jornalistas foram hostilizados e agredidos por militantes políticos apoiadores de Bolsonaro<sup>8</sup>. O repórter fotográfico Orlando Brito (Figuras 3 e 4), de 70 anos, profissional veterano e premiado no jornalismo foi empurrado por manifestantes. Com 54 anos de profissão e experiência em diversos veículos do país, registrou alguns dos mais importantes episódios da política brasileira, inclusive o período da ditadura militar. Em nota a Abraji evidencia a preocupação de jornalistas ao exercerem a profissão com as credenciais<sup>9</sup>

Figuras 3 e 4 – Repórter fotográfico Orlando Brito em manifestação no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa antes de ser atacado por apoiadores de Bolsonaro



Fonte – Metrópole

Segundo Emmanuel Colombié, diretor geral para América Latina da organização

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/jornalistas-sao-agredidos-com-chutes-e-murros-emato-pro-bolsonaro-video>>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://abraji.org.br/agressoes-a-jornalistas-sao-resultado-da-postura-de-bolsonaro.>> Acesso em 02 de outubro de 2020.



internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF), algumas novas tendências diretamente relacionadas com o contexto atual influenciaram na deterioração das condições para o livre exercício do jornalismo

A proliferação de estratégias de desinformação e um discurso público cada vez mais orientado pela crítica à imprensa alavancam a desconfiança para com o jornalismo e os jornalistas. Em 2019, essa desconfiança se materializou sistematicamente em discurso de ódio, campanhas de difamação ou processos judiciais abusivos que têm por efeito estimular a autocensura (ABERT, 2019).

O Relatório da Fenaj apresenta dois casos de injúria racial acometidos a jornalistas de TV, o caso que repercutiu foi da apresentadora da Rede Globo, Maria Júlia Coutinho, ao ser criticada por um colega de profissão que contabilizou os erros da apresentadora na estreia na bancada do telejornal. A atitude foi considerada por outros jornalistas como racismo, visto que nunca houve crítica semelhante aos apresentadores brancos. Outro caso que ganhou notoriedade na mídia foi com um repórter de esportes, vítima de racismo nas dependências de um estádio, durante a cobertura de uma partida de futebol onde recebeu ofensas racistas, como "macaco" e "negro safado".

As agressões físicas que totalizaram 33 ocorrências em 2018, sendo o tipo de violência mais comum naquele ano, foi uma das categorias em que houve diminuição, em comparação aos 15 casos que vitimaram 20 profissionais em 2019. No Relatório da Fenaj, os dados disponíveis evidenciam o total de 94 casos de agressões registrados em nível nacional, conforme apresentados em gráfico de casos de violência contra jornalistas em 2019.

**Gráfico 1 - casos de violência contra jornalistas em 2019**



Gráfico 1 – Casos de violência contra jornalistas em 2019

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e

liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2019.

Em relação aos 20 casos de jornalistas agredidos verbalmente, em 2019, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, foi responsável por cinco agressões diretas em pronunciamentos oficiais da Presidência da República. Dos apontados na estatística, 15 casos têm como principais autores os políticos e pessoas ligadas a eles.

Em 2020, de acordo com o relatório da Fenaj (2020), o ano foi mais violento para os jornalistas brasileiros, desde o início da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa feitas pela Federação, iniciada na década de 1990 (Gráfico 2).

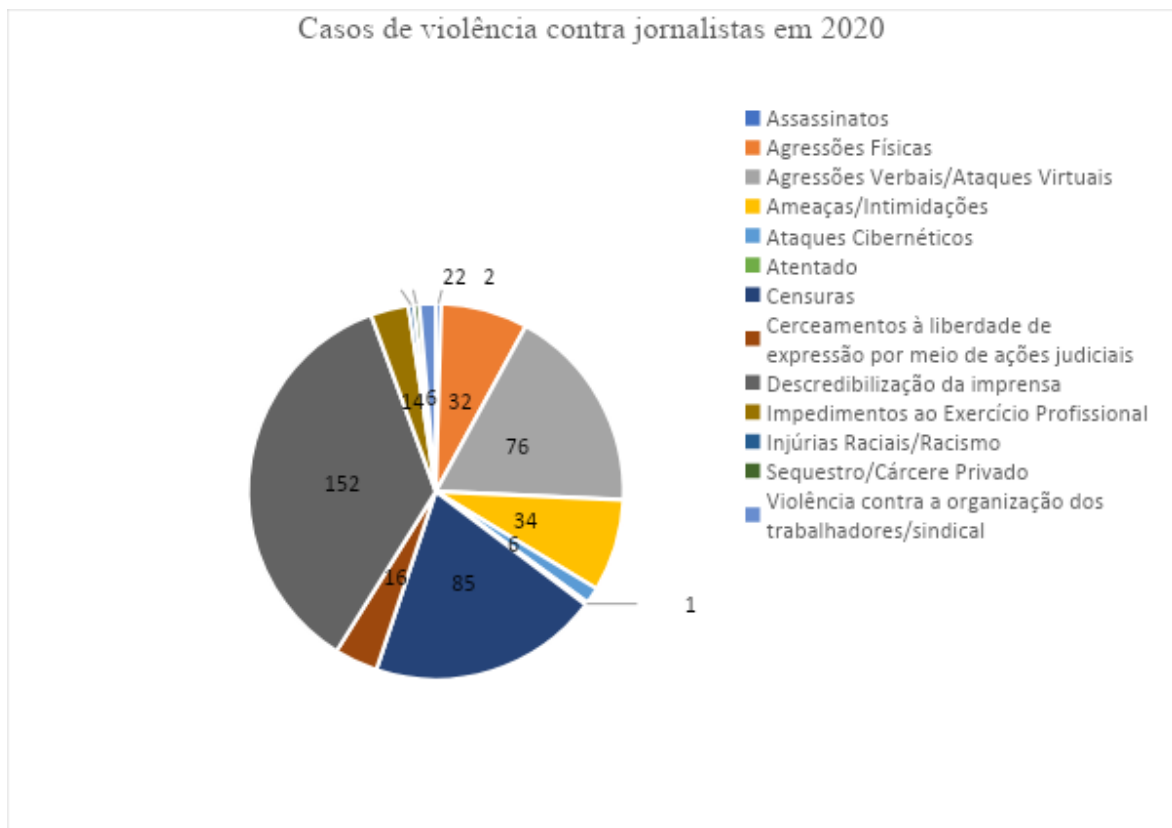


Gráfico 2 – Casos de violência contra jornalistas em 2020

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2020.

Foram 428 casos de violência, 105,77% a mais que o alarmante número de 208 ocorrências, registradas em 2019. A descredibilização da imprensa foi, portanto, a violência mais frequente. Dos 428 casos, 152 (35,31%) foram de discursos que buscavam desqualificar a informação jornalística. Afirmarções como “a mídia mente o tempo todo”, “a mídia é uma fábrica de fake news”, “vocês são lixo” e “Tv Funerária”, referindo-se à empresas jornalísticas e a jornalistas foram repetidas reiteradas vezes,

a maioria pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em 2021, segundo o relatório da Fenaj, foi estabelecido um novo recorde no registro de agressões diretas aos profissionais e ataques à categoria e a veículos de comunicação. Foram 430 ocorrências. O aumento de casos em 2021 revela, entretanto, a manutenção da violência em nível muito elevado por dois anos consecutivos.

A constância da violência contra jornalistas de um ano para outro está diretamente associada a fatores de sistemática ação para desacreditar a imprensa por meio de apoiadores do governo Bolsonaro contra veículos de comunicação, o que se pode analisar como repressão. A censura e a desacreditização da imprensa foram os ataques mais frequentes. (Gráfico 3)



Gráfico 3 – Casos de violência contra jornalistas em 2021

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2021.

A região Centro-oeste do país registra a maioria dos casos (11), com maior concentração em Brasília (DF), seguidos de quatro na região Sudeste, quatro no Nordeste e um caso no Sul. Os ataques foram proferidos por ouvintes e telespectadores a apresentadores e repórteres. Além de palavras depreciativas, de baixo calão, com intuito de desacreditar os profissionais, alguns xingamentos tiveram

caráter homofóbico.

As eleições presidenciais de 2018 mostraram um cenário de polarização política e o uso indiscriminado e deliberado de estratégia eleitoral manipulativa. A partir do primeiro ano de governo, Bolsonaro e seus apoiadores proferiram uma série de ataques e ameaças a jornalistas e veículos de comunicação.

O gráfico a seguir destaca todos os casos registrados por região em 2019, de violência contra veículos de comunicação e jornalistas.

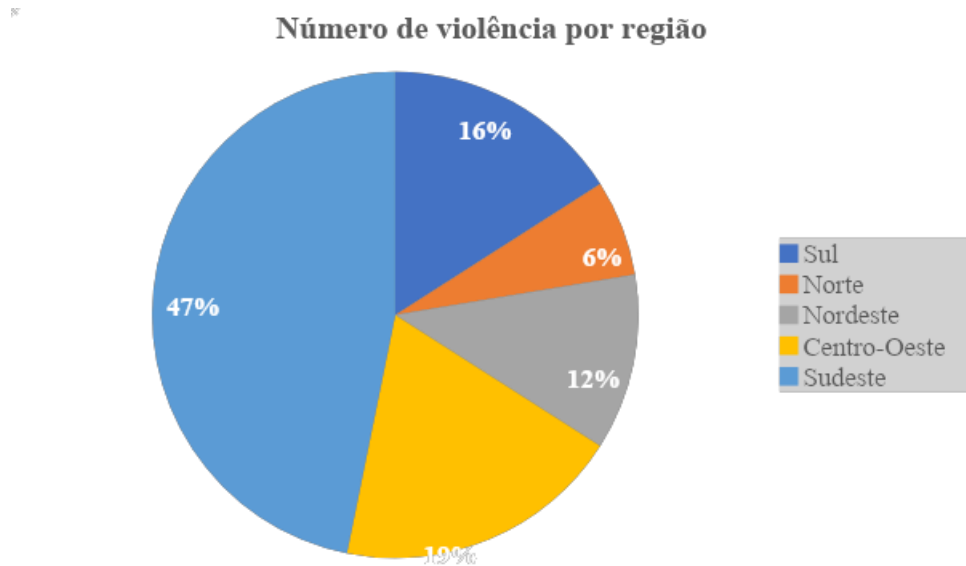


Gráfico 4 – Número de violência por região em 2019

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2019.

A região que apresentou maior número de violência foi a Sudeste, com 44 casos, representando 47% dos números. Em seguida, a região Centro-Oeste com 18 casos (19%).

Em 2020, notou-se um panorama diferente do número de violência por região, conforme o gráfico 4 exibe.

**Número de violência por região**

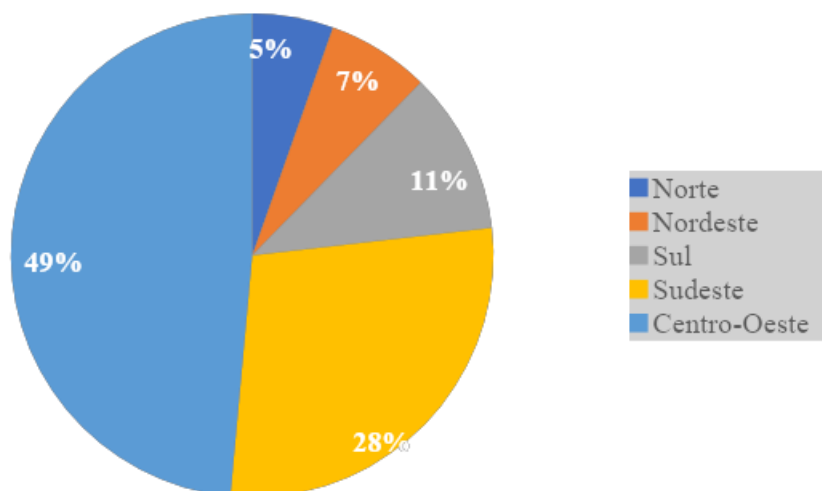


Gráfico 5 – Número de violência por região em 2020

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2020.

O Centro-Oeste foi a região brasileira com maior número de atentados à liberdade de imprensa nos anos de 2020 e 2021. O Sudeste, que durante anos foi a campeã em números de casos de violência contra jornalistas, manteve-se como a segunda região mais violenta para o exercício da profissão, mesma posição ocupada em 2020. Foram 113 ocorrências nos dois anos apurados.

Em números, o Centro-Oeste registrou, em 2020 e 2021, 299 casos de violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa.

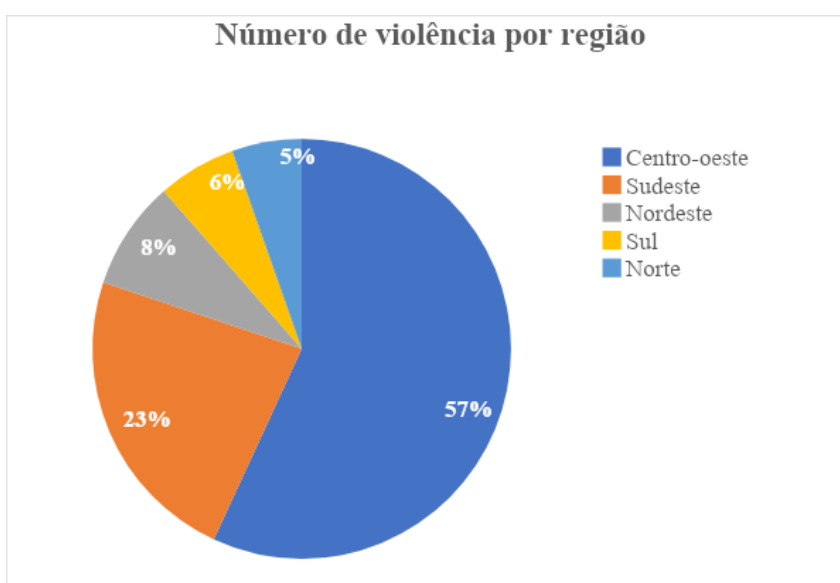


Gráfico 6 – Número de violência por região em 2021

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2021.

Os relatórios, ainda, identificaram os casos por gênero, onde os jornalistas do sexo masculino são maioria entre as vítimas de violência em decorrência do exercício profissional. Este mapeamento registra desde a década de 1990 que a violência contra homens é superior. Em 2019, o total de vítimas alcançou 59 jornalistas do sexo masculino, ou seja, 49,16% do total.

Entre as mulheres, 26 (21,67%) foram vítimas de algum tipo de agressão. A jornalista Luiza Bodenmüller foi atacada no Twitter, no dia 26 de setembro de 2020, quando dois parlamentares compartilharam em suas redes sociais um post atacando o veículo de comunicação onde a jornalista atua<sup>10</sup>. As publicações foram repercutidas pelos apoiadores dos parlamentares, ampliando a dimensão dos ataques.

No Relatório da Fenaj, em 35 ocorrências (29,17%) os profissionais não foram identificados ou a violência foi contra equipes, em que os nomes dos jornalistas não foram divulgados, o que não permitiu a classificação por gênero

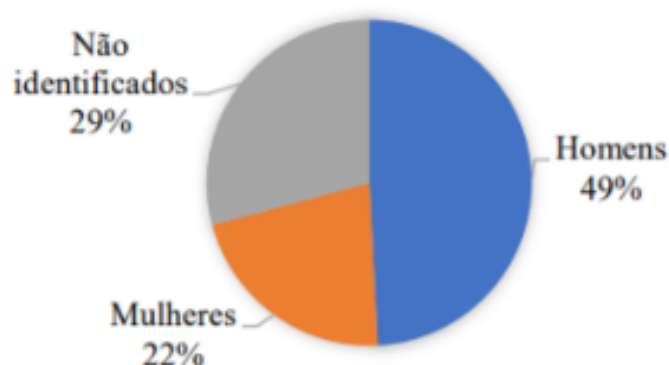


Gráfico 7 – Número de violência por gênero em 2019

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2019.

Em 2020, o relatório Fenaj informa que os jornalistas do sexo masculino são maioria entre as vítimas de violência em decorrência do exercício profissional.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataques-on-line-contra-jornalista-de-aosfatos>>. Acessado em 02 de outubro de 2020

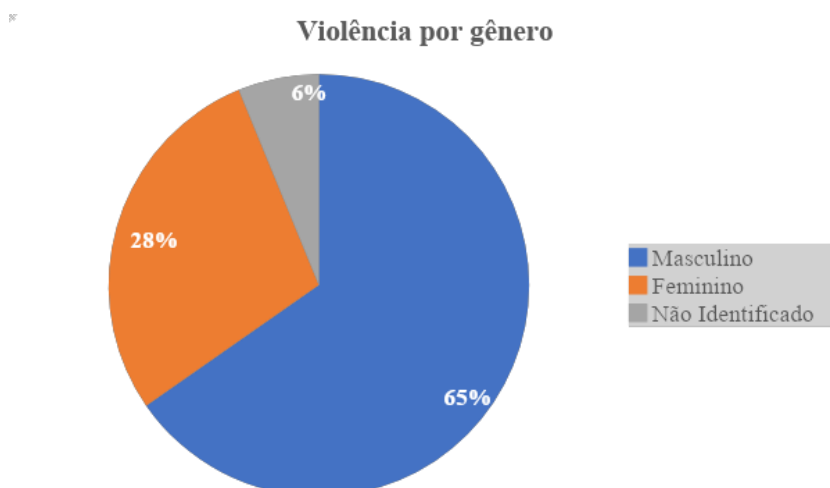


Gráfico 8 – Número de violência por gênero em 2020

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2020.

Conforme, a Fenaj (2020), a prevalência de violência do sexo masculino, foi registrada desde o início da série histórica dos levantamentos de casos da Fenaj, na década de 1990, foi mais uma vez mantida em 2020. Do total de jornalistas agredidos, censurados, ameaçados ou intimidados 147 eram do sexo masculino, o que corresponde a 65,34% do total. Entre as mulheres, 64 (28,44%) foram vítimas de algum tipo de agressão. Em 14 casos (6,22%) os profissionais não foram identificados ou a violência foi contra equipes, em que os nomes dos jornalistas não foram divulgados, o que não permitiu a classificação por gênero. Já em 2021, apesar de a categoria ser majoritariamente constituída por mulheres e serem vítimas de ataques com viés de gênero, totaliza-se 128 jornalistas do sexo masculino agredidos (55,89%).

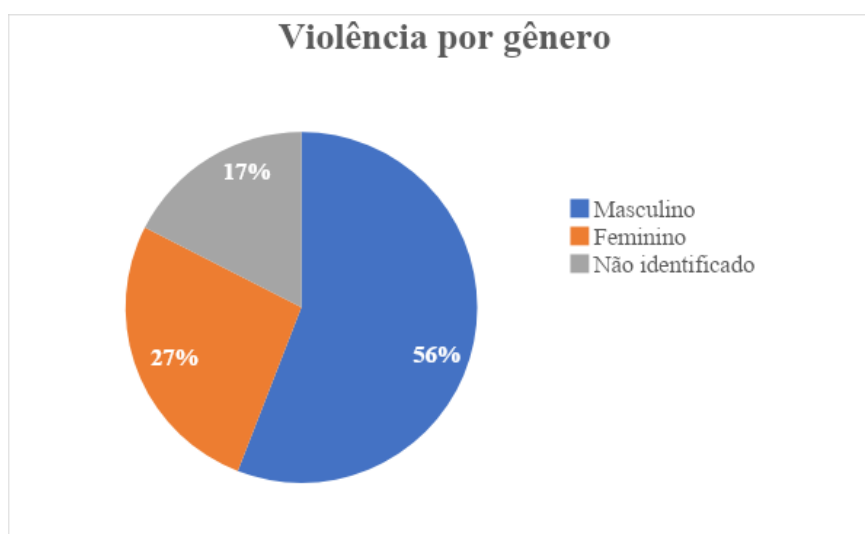


Gráfico 9 – Número de violência por gênero em 2021

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2021.

## 2.2 Violência de gênero: casos que vitimaram jornalistas mulheres

A tentativa de desacreditar as jornalistas e o veículo de comunicação agressores incluíram uma série de publicações ofensivas misóginas, obscenas e de cunho preconceituoso. Segundo a Abraji, no relatório “Violência de gênero contra jornalistas, dados sobre os ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021”, aponta que o espaço mais utilizado para ataques a jornalistas e veículos de comunicação são as redes sociais com campanhas odiosas orquestradas, inclusive por parlamentares. O relatório considera mais grave quando autoridades reproduzem alegações difamatórias, que buscam fragilizar e intimidar jornalistas mulheres.

A Abraji identificou quais mulheres jornalistas sofreram mais ataques em 2021. O relatório destaca a apresentadora Daniela Lima, da emissora de tv CNN Brasil, que foi alvo de 8 ataques acerca de assuntos distintos. A apresentadora, em uma situação, foi alvo de ataques, inclusive de parlamentares como: Carlos Bolsonaro e Carlos Jordy, do jornalista Sérgio Camargo e do líder religioso Silas Malafaia. Ela foi atacada diversas vezes nas redes sociais com comentários tentando desacreditar.

As jornalistas Juliana Dal Piva e Patrícia Campos Mello sofreram 5 ataques cada uma. Amanda Klein sofreu 4 e Vera Magalhães, 3. Esses casos de ataques continuados se enquadram no padrão identificado por algumas pesquisas, que mostram que a violência contra mulheres jornalistas pode oscilar entre ataques de grande escala e ameaças extremas (Posetti, 2021).

Figuras 5, 6 e 7 – Jornalistas atacadas nas redes sociais. Daniela Lima, Juliana Dal Piva e Patrícia Campos Mello





Fonte: <<https://www.facebook.com/UOLNoticias/videos/oyama>>

Figuras 8 e 9 – Jornalistas atacas nas redes sociais. Amanda Klein e Vera Magalhães



Fonte: <<https://www.facebook.com/UOLNoticias/videos/oyama>>

### 2.3 Ataque às emissoras de televisão

Em 2019, os casos de censura explícita voltaram a acontecer. Ao todo, foram dez registros em nível nacional, a maioria ocorreu na região Sudeste. Pelo menos 16 profissionais de veículos diversos foram impedidos de continuar suas coberturas, além de cinco ocorrências de coibição à liberdade de imprensa por ações judiciais.

Em janeiro de 2020 foi editado o Decreto 9.960/2019 e foi editada a implementação da Lei de Acesso a Informações Públicas de forma a habilitar mais agentes públicos a classificar documentos no mais alto grau de sigilo, de caráter ultrassecreto com validade de até 50 anos. Houve uma derrota no Congresso Nacional após pressão da sociedade civil. O Decreto foi revogado, no entanto, a propensão ao sigilo se mantém na presidência.

O governo passou a interferir diretamente na produção jornalística, impondo censura a temas, como por exemplo a proibição de se referir ao regime militar no Brasil como ditadura, além de unificar a TV Brasil com a TV NBr.

Os ataques à TV Globo aumentaram proporcionalmente à curva ascendente de audiência da emissora durante a cobertura da pandemia causada pelo novo coronavírus em 2020<sup>11</sup>. O movimento AntiGlobo se fortaleceu nas redes sociais com críticas e manifestações usando a hashtag<sup>12</sup> #GloboLixo. O discurso dos manifestantes parece ser derivado do presidente Jair Bolsonaro, que considera TV Globo sua

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://observatoriodatv.uol.com.br/audiencia-da-tv/cobertura-especial-sobre-ocoronavirus-eleva-audiencia-da-globo-nesta-terca-feira>> Acessado em 02 de outubro de 2020.

<sup>12</sup> É um termo associado a tópicos, estes que podem ser pesquisados em redes sociais, inserindo o símbolo do “jogo da velha” (#) antes da palavra, frase ou expressão. A hashtag permite que todas as publicações em redes sociais que usem uma mesma hashtag possam ser facilmente encontradas.

"inimiga" na mídia<sup>13</sup>. Os protestos contra a emissora não acontecem apenas na internet. Há quem se manifeste diante das câmeras da emissora.

Durante uma reportagem da TV Globo ao vivo no dia 10 de abril de 2020, o repórter Renato Petters foi atacado quando fazia uma cobertura jornalística pelo telejornal SP1, de notícias regionais paulista (Figura 10). Uma mulher invadiu a transmissão e tirou o microfone da mão do profissional, em seguida ela gritou "A Globo é um lixo. O Bolsonaro tem razão". A transmissão foi interrompida. No estúdio, o apresentador César Tralli se desculpou pelo ocorrido. Em uma outra edição do telejornal SPTV, do dia 14 de abril de 2020, a repórter Mariana Aldana mostrava a aglomeração em frente a uma agência da Caixa Econômica Federal, na capital paulista quando um grupo de homens gritou "Globo lixo". (Figura 11)

Figura 10 e 11 – Repórteres atacados por apoiadores de Bolsonaro



Fontes: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/renato-peters-diz-nao-se-abalar-apos-ser-atacado-aovivo-na-globo/><sup>14</sup>

<https://audienciacarioca.com.br/2020/04/14/de-novo-reporter-da-globo-volta-a-ser-atacada-em-entradaao-vivo/><sup>15</sup>

Outros casos noticiados sobre ataques a repórteres de TV envolvem a jornalista Clarissa Oliveira, da Band, em duas ocasiões distintas em que a profissional foi agredida publicamente. A primeira ocorreu em uma manifestação no dia 15 de março de 2020 quando se preparava para entrar ao vivo e foi ofendida por um grupo. A segunda agressão ocorreu em frente ao Palácio do Planalto, no dia 17 de maio de 2020, atingida com uma 'bandeirada' na cabeça, além de agressões verbais sendo chamada de 'jornalista lixo'. (Figura 12)

<sup>13</sup> Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-corta-60-da-verba-publicitaria-da-globoe-tcu-identifica-falta-de-criterio/>. Acesso em 1º de outubro de 2020.

<sup>14</sup> Acesso em 1º de Outubro de 2020

<sup>15</sup> Acesso em 1º de outubro de 2020

Figura 12 – Clarissa Oliveira



Fonte: <https://br.noticias.yahoo.com/reporter-band-agredida-apoiadora-bolsonaro-ato-brasilia195647195.html><sup>16</sup>

Dos jornalistas que foram vítimas de agressões diretas, em 2019, 35 (28,23%) trabalham em televisão. Assim como os repórteres de rádio, os de TV foram os mais atacados no exercício da profissão por dois anos consecutivos. As agressões físicas variaram entre socos, tapas, chutes e pontapés. Mas houve situações em que os profissionais foram atingidos por pedras, bombas e tiros de bala de borracha, em algumas coberturas jornalísticas. As agressões verbais acompanharam as físicas, com xingamentos e insultos, como representados no gráfico que relaciona a violência por tipo de mídia.

Violência por tipo de mídia

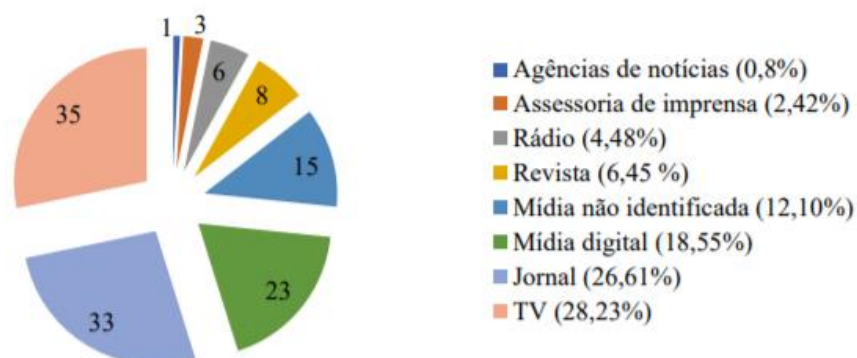


Gráfico 10 - Violência por tipo de mídia em 2019

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2019

Em 2020, os jornalistas de TV foram os mais atingidos pelas agressões diretas aos profissionais da categoria, em 2020 (Gráfico 11).

<sup>16</sup> Acesso em 1º de outubro de 2020

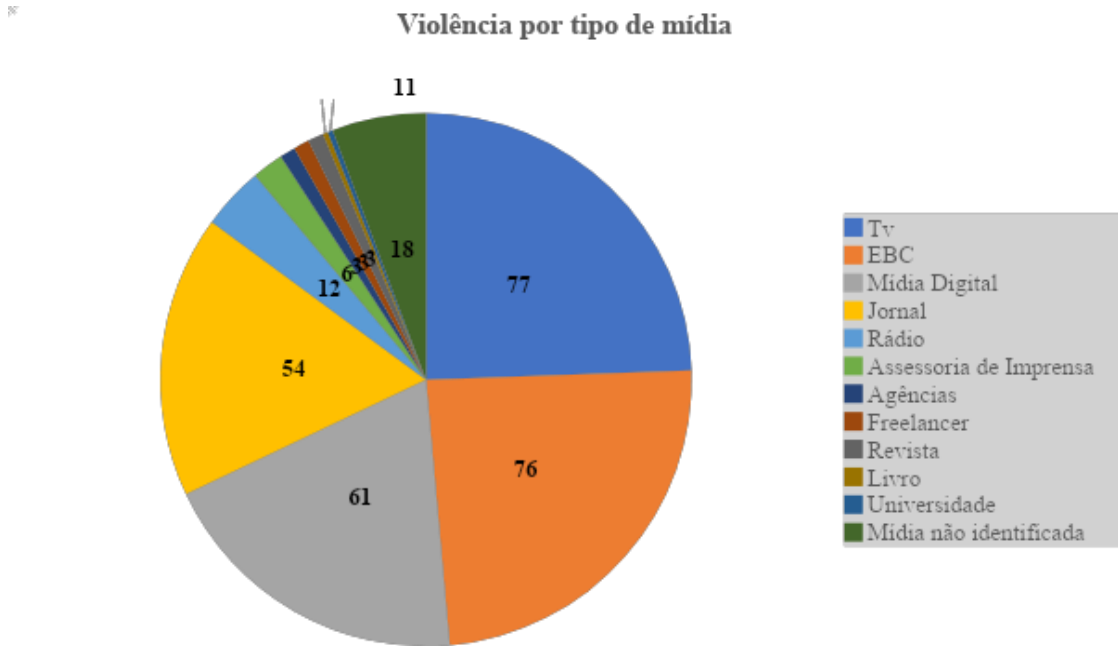


Gráfico 11 - Violência por tipo de mídia em 2020

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2020.

Do total de vítimas, os jornalistas televisivos representaram 24,44% dos 77 casos apresentados no gráfico acima. A segunda posição foi ocupada pelos jornalistas que trabalham na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), identificada separadamente por aglutinar vários veículos de comunicação (TV, rádio, site e agência de notícias). Foram registrados 76 casos que vitimaram os trabalhadores da EBC, representando 24,13%. Em terceiro lugar, estão os jornalistas que trabalham em portais, sites e blogs (mídia digital). Foram registrados em 2020, 61 casos de agressão, representando 19,37%.

Os profissionais que atuam na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), identificada separadamente pelo relatório da Fenaj, por reunir diversos veículos de comunicação (TV, rádio, site e agência de notícias), foram os mais atacados pelo cerceamento à liberdade de imprensa, no ano de 2021. A EBC ficou no topo das mídias mais atacadas com 37,40% do total. A televisão, que vinha ocupando a primeira posição nos anos anteriores, ficou em segundo lugar.

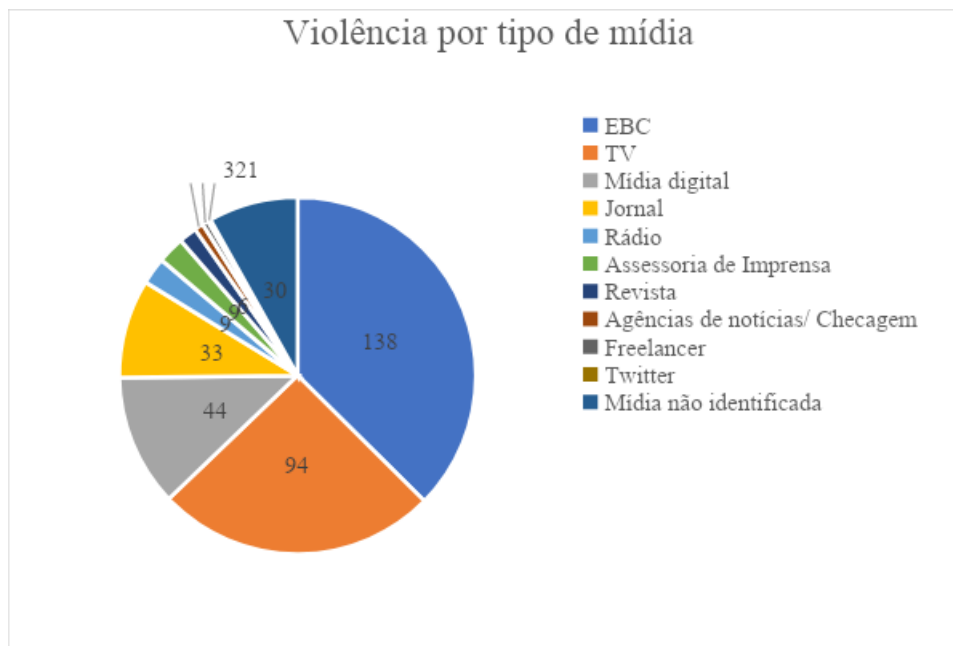


Gráfico 12 - Violência por tipo de mídia em 2021

Fonte: Tabulado pela autora a partir dos dados coletados do relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Fenaj 2021.

Os jornalistas de TV, conforme Paternostro (1999, p. 72) são os profissionais mais visados por trabalharem assinando e expondo a própria identidade durante o exercício da profissão. Isto porque atuam diariamente com a responsabilidade do “casamento” entre áudio e imagem no cumprimento das pautas, duas das principais características do veículo TV. Não há como fazer matéria para televisão, sem compreender os fundamentos das técnicas de redação jornalística, entre elas a construção de um texto escrito para ser falado. Bem como outras produções audiovisuais para internet. Desse modo, o jornalista de TV dependendo da linha editorial e desdobramento das pautas, corre riscos de vida relacionados à segurança. Outro aspecto a ser analisado refere-se ao prejuízo material, quando os equipamentos dos profissionais são danificados por agressores.

De acordo com Rogério Christofolletti (2018, p. 4),

o jornalismo é uma atividade de alta exposição. Para obter informações necessárias para seus relatos cotidianos, jornalistas transitam por zonas e situações de confronto, lidam com personagens perigosos e ficam sujeitos a condições insalubres, exaustivas e estressantes. Jornalistas exploram a lógica adversarial de pessoas e grupos poderosos e, muitas vezes, ficam na linha tiro que as separa. A exposição pública e o contato com ameaças diversas tornam a profissão tão fascinante quanto arriscada.

Em contexto político-eleitoral, no ano de 2018, a Abraji registrou 150 casos de violações contra jornalistas. A organização sindical analisou os casos em dois eixos

principais. O primeiro com exposição de informações pessoais e/ou imagens de jornalistas, associadas à desinformação com discursos estratégicos, a fim de distorcer os fatos para confundir o público. O segundo estimulando a prática de assédio direcionada a jornalistas e veículos de comunicação – com a intenção de provocar, ofender e causar a redução da credibilidade do jornalismo.

Durante uma cobertura de manifestação em Curitiba, o repórter cinematográfico Robson Silva, da afiliada da TV Record (RICTV), se preparava para fazer uma transmissão ao vivo quando foi atacado por um homem com bandeira do Brasil, a fim de agredi-lo e derrubar o equipamento. (Figura 13)

Figura 13 – A agressão ao cinegrafista foi registrada



Fonte: <https://ricmais.com.br/noticias/cinegrafista-ric-record-tv-agredido-manifestante-sede-pf/><sup>17</sup>

Em ataque a veículo de comunicação, o presidente Jair Bolsonaro, no segundo semestre de 2019, ameaçou cancelar a concessão de radiodifusão da TV Globo, embora o mandato de renovação de concessões de radiodifusão no Brasil não seja do Executivo federal, e sim do Congresso Nacional. Este ato, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público é considerado um atentado à liberdade de imprensa.<sup>18</sup>

## 2.4 Impunidade em casos de violência contra jornalistas e veículos de comunicação

A partir do Relatório Liberdade de Imprensa no Brasil, publicado em novembro de 2019, pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, a conselheira Patrícia Blanco (2019) contextualiza que a Constituição assegura a todo brasileiro o

<sup>17</sup> Acesso em 1º de outubro de 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: < <https://www.cncmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12112-cnmp-celebracao-liberdade-deimprensa>>. Acessado em 2 de outubro de 2020.

## direito à liberdade de se expressar

de acordo com a sua vontade, pensamentos e convicções, sem ser agredido ou rejeitado, nem vítima de perseguição. Isso significa que a todos é concedido o direito de participar ativamente do pluralismo de ideias para o bom funcionamento da democracia e do pleno exercício da soberania social. Em um ambiente sadio de desenvolvimento e progresso, é impossível incorporar o conceito de controle da informação ou de censura. Se há controle, há esvaziamento da liberdade. O exercício da crítica termina em si mesmo, caracterizando-se pela não comunicação e pela não circulação da informação (CONGRESSO NACIONAL, 2019).

Ironicamente, agressões incentivadas pelo comportamento e discurso do presidente Jair Bolsonaro, assim como os ataques aos meios de comunicação, as teorias conspiratórias e comportamento ofensivo fomentam um clima de hostilidade e perseguição à imprensa, servem de exemplo e estímulo ao comportamento criminoso de seus apoiadores. A descredibilização do trabalho dos jornalistas foi um dos maiores registros apresentados em 2020, desde a década de 1990, pela Fenaj, e o Presidente Jair Bolsonaro aparece no relatório como um dos principais agressores: 152 casos (35,31% do total de agressões).

Os militantes favoráveis ao governo foram às ruas com objetivo de intimidar os profissionais de imprensa, quando o próprio governo federal definiu o jornalismo como atividade essencial durante a pandemia.

A violência contra profissionais do jornalismo, um problema grave presente no mundo inteiro, é uma delas. Mesmo em regimes democráticos, onde as liberdades de expressão e de imprensa são garantidas, há ocorrências de diversos tipos de agressões contra jornalistas e outros profissionais da comunicação, incluindo homicídios (CONGRESSO NACIONAL, 2019).

O estudo “Violência Contra Comunicadores no Brasil” realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e publicado em abril de 2019 mapeou 64 casos de comunicadores assassinados no país entre 1995 e 2018, dos quais 43 desde 2010.

Casos como o do fotojornalista Sérgio Silva, que perdeu a visão do olho esquerdo em 2013, atingido por uma bala de borracha disparada por um policial militar, teve pedidos de indenização negados e foi revitimizado pelo Judiciário em três ocasiões. Desde então, a justiça julga o ocorrido responsabilizando o próprio fotógrafo, que teria "se colocado em situação de risco" e na "linha de tiro" ao atuar na cobertura de uma manifestação. O processo judicial passou por outras instâncias até ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, para um novo julgamento.

Em 2020, o Brasil ocupa a 107ª posição entre 180 países na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa, elaborado anualmente pela organização Repórteres sem Fronteiras (RSF) 16 e se destaca na nona posição entre os países no Índice Global de Impunidade em casos de assassinatos de jornalistas, de acordo com o relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) 17, publicado em novembro de 2019.

Em tentativa de cercear a liberdade de imprensa do jornal, O Diário da Encosta da Serra, o município de Nova Petrópolis (RS) requisitou em liminar ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que o veículo de comunicação não publicasse novas matérias, após publicações de reportagens que apontavam irregularidades em licitações e superfaturamento de orçamentos. Investigações foram levantadas e a prefeitura reagiu com o pedido de censura prévia.

## **2.5 Panorama Atual da Violência contra Jornalistas**

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2021), monitora violações à liberdade de imprensa e no ano de 2021, registrou um aumento de alertas no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2020. De acordo com a Associação, no período entre janeiro a março deste ano, foram identificados ataques a meios de comunicação, jornalistas, comunicadores e imprensa de modo geral contra 53% no primeiro trimestre do ano de 2020.

O crescimento de 38% reforça a escalada de violência contra comunicadores no país, fato já apontado em outros monitoramentos de organizações da sociedade civil. A Abraji prevê que estes números sejam superados até a conclusão do relatório deste ano. Além disso, os discursos estigmatizantes, em que autoridades públicas descredibilizam a imprensa publicamente, seguem como o indicador mais comum nos ataques à imprensa no país.

Em 31 de Outubro de 2021, jornalistas brasileiros foram violentados em Roma. De acordo com a Fenaj (2021), pelo menos três jornalistas foram agredidos fisicamente, enquanto faziam a cobertura de uma atividade do Presidente Jair Bolsonaro na capital italiana. As agressões foram cometidas por agentes de segurança do presidente, mas também pode ter ocorrido uma agressão por parte de policiais italianos. Houve comportamento hostil do Chefe do Estado com um jornalista.

Na ocasião, os jornalistas acompanharam a participação do presidente na cúpula



do G20. Ao final dos trabalhos, Jair Bolsonaro saiu em passeio na região da embaixada brasileira. O repórter Leonardo Monteiro, do G1, abordou o presidente, o qual iniciou os ataques, dizendo: “É a Globo? Você não tem vergonha na cara?”, a pergunta foi repetida, diante da tentativa do repórter de seguir com a entrevista. Os seguranças, começaram então, a empurrar o repórter e o repórter chegou a dizer ao presidente, mas este ignorou a reclamação<sup>19</sup>.

Outros jornalistas como Jamil Chade (UOL), Ana Estela de Sousa Pinto (Folha de São Paulo), Lucas Ferraz (O Globo) e Matheus Magenta (BBC) também realizavam a cobertura da passagem do Chefe de Estado pela capital italiana. O repórter Jamil Chade filmou a violência contra os colegas para tentar identificar o agressor, mas o segurança o empurrou, o agarrou pelo braço para torcê-lo, e levou o celular. Instantes depois, o segurança jogou o aparelho num canto da rua. Mais cedo, seguranças e policiais italianos já haviam agido com truculência com a repórter Ana Estela de Sousa Pinto, dentro da embaixada brasileira em Roma. Um agente que não quis se identificar empurrou a jornalista e disse que ela deveria se afastar do local, o qual é público. Depois, ela foi empurrada outras três vezes. E antes mesmo de Bolsonaro chegar à embaixada, uma assistente da Globo que esperava para gravar imagens do presidente foi intimidada e denunciada como “infiltrada” por apoiadores dele. Um jornalista da BBC a socorreu e ela se afastou dos manifestantes.

O Jornal Correio Braziliense, além de confirmar as agressões relatadas pela Globo, acrescentou que “com a confusão, o passeio do presidente durou pouco, e menos de dez minutos depois, Bolsonaro voltou à embaixada. Os jornalistas estavam com credenciais e identificações claras no momento das agressões. O mesmo tratamento não se estendeu aos apoiadores, que puderam acompanhar de perto o presidente durante a sua breve caminhada.

É sabido que a censura e a repressão aos meios de imprensa são instrumentos de preferência dos governos autoritários. Por meio do cerceamento de ideias e da limitação do dissenso, os autocratas pretendem monopolizar o mercado de ideias e fazer prevalecer a noção de que seu governo é imune a críticas.

Não por acaso, a CF de 1988, que representou a cisão com o regime autoritário, assegura a todos o direito fundamental à liberdade de expressão, com base no art.5º,

---

<sup>19</sup> Notícia G1: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/31/bolsonaro-hostiliza-repoteres-em-roma-e-seguranca-agride-jornalistas.ghtml?fbclid=IwAR2gKNLwoPnQTmfW6ltOfuYKgYE5g8TagbPi3I27AuWaERUpGIRS4c8OrpA>

incisos IV e IX, e de forma especial preceitua a liberdade de imprensa no art. 220. Além do texto da Carta Magna, a liberdade de imprensa e de expressão estão delineadas em diversos documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, incluindo: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), o Pacto Internacional de direitos Civis e Políticos de 1966 e a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.

Nos casos apresentados, há oposição do que se espera da autoridade máxima da República, que ao invés de proteger e estimular o trabalho jornalístico, prefere dele escarnecer ou agredir os seus profissionais, visando cercear a sua atuação. Bordieu (1997, p. 102) afirma que o campo jornalístico “impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria”. Em concordância, Mônica Fort (2007) complementa que a realidade é reconstruída e readaptada ao sistema de produção, tornando-se representação. Logo, pode-se dizer, que as representações pelas quais o jornalismo e os meios de comunicação em geral perpassam, são considerados responsáveis por aquilo que se acredita da realidade.

## **2.6 Repressão: violência do público**

Como se não bastasse o profundo impacto causado pela revolução digital no trabalho do jornalista (KREIN, 2018) e um preocupante aumento da violência da contra estes profissionais (RIOS E BRONOSKY, 2020), advinda da radicalização no clima político do país a partir do período de investigação dos relatórios das entidades da categoria.

Paralela às transformações da prática jornalística há também a intensificação da violência por parte de grupos políticos contra a categoria. Segundo Rios e Bronosky (2020) a multiplicação de atos violentos contra os jornalistas, sendo a internet, por meio das redes sociais, instrumento de fomento para a prática de tais atos. Relacionados a essa violência estariam: o cenário de radicalização política; o ingresso de novos atores entre aqueles que se sentem autorizados a atacar física e verbalmente jornalistas; e as contribuições do forte contexto de midiaticização (proliferação das informações entre as mídias). Deste modo, à insegurança quanto ao futuro do jornalismo, trazida pela revolução digital, soma-se a insegurança do próprio exercício da profissão.

O jornalista, de certa forma, sempre precisou lidar com algum risco (RIOS E

BRONOSKY, 2020), por exemplo, ao atuar na linha investigativa ou em cobertura de conflitos armados. Mas, se antes a preocupação esteve relacionada à investigados ou envolvidos de alguma forma no processo de construção da notícia, o simples fato de ser jornalista, ou trabalhar em determinada empresa do setor, tem afligido profissionais.

Trata-se, então, de uma violência política. A literatura acerca dessa temática é bastante escassa e o aumento desses ataques se intensificaram nos últimos anos, causando riscos à prática profissional na tentativa de desacreditar o jornalismo. Percebe-se que o universo do trabalho jornalístico vai se configurando e reconfigurando em meio às transformações da sociedade e da política. Novos fatores impactam a carreira jornalística, intensificando sua vulnerabilidade a violência (PITHAN, VACLAVIK E OLTRAMARI, 2020).

A discussão sobre o crescimento da violência contra jornalistas ainda é recente. Entre os fatores associados a essa violência, Rios e Bronosky (2020), conforme mostrado, apontaram a radicalização dos atos agressivos; a polarização política, o ingresso de novos atores nesses ataques e a midiaticização, que permite a propagação desses atos violentos. Esta tese acrescenta outro fator, a impunidade. Além de se sentirem autorizados, ao verem representantes de instituições e agentes públicos praticarem tais atos, indivíduos se sentem também encorajados quando percebem a impunidade diante da violência praticada.

A onda de ataques violentos se apresentou como um fator de impacto na carreira dos jornalistas. A internet se tornou espaço para atos de violência e propagação de supostas razões que validam tais ataques. Os profissionais relatam violência, agressões e ofensas por meio das plataformas digitais. A literatura indicou alguns fatores para este cenário de violência, e esta tese avança ao acrescentar mais um fator: a impunidade. Sendo assim, esses atos de violência ferem a Constituição em duas vertentes: no direito ao trabalho e no direito ao acesso à informação. Ao impedir o trabalho do jornalista, nega-se à população o acesso à informação que por ele seria prestada. Em uma análise mais profunda, pode-se dizer que é um ataque à democracia, já que a informação é fundamental para o exercício da cidadania.

Avança também ao ampliar o debate acerca das transformações já decorrentes do movimento político. Contribui, ainda, ao contemplar a violência como fator que intensifica a crise no trabalho do jornalista, também raro na literatura. Dentro disso, avança ao incluir a impunidade como razão para essa violência.

## **CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Estado da arte**

#### **3.1.1 Teses e Dissertações**

Com os descritores violência, agressões, ataques, jornalistas e imprensa, foram encontrados 10 estudos publicados, nos últimos 10 anos, na área de Comunicação e Informação nas plataformas Capes e SBPJor. Na Capes, entretanto, apenas 6 tiveram relação com o tema desta tese.

De um modo geral, os estudos sobre violência e jornalismo se concentram em áreas onde há mais programas – Região Sudeste (13 publicações), seguida pela Região Sul (1 publicação), Norte (1 Publicação) e Nordeste (1 Publicação). A predominância do jornalismo como objeto de investigação apontada neste levantamento, reforça a tendência histórica de destaque da área. Mais de um quinto das teses e dissertações brasileiras de Comunicação tematizam o Jornalismo desde os anos 1970 (PONTES E ALMEIDA, 2017).

#### **3.1.2 Anais do evento SBPJor**

Nos anais da SBPJor, os artigos estavam disponíveis online com leitura do texto integral a partir de 2016, sendo que em 2021 foi publicado apenas 1 sobre a temática investigada nesta tese. Nos demais anos, nenhuma pesquisa foi identificada com essa temática no acervo.

Com o título “Violência Contra Jornalistas No Canal De Jair Bolsonaro No Youtube: análise dos 100 primeiros dias de pandemia de covid-19 no Brasil”, Janara Nicoletti e Ana Marta M. Flores relatam um estudo híbrido com análise de conteúdo e métodos digitais cujo recorte temporal abrange os 100 primeiros dias de crise – de 26 de fevereiro a 4 de junho de 2020.




Conforme os apontamentos das autoras, 257 vídeos disponíveis se direcionaram à imprensa que foi citada em 36% do conteúdo do Canal do Youtube de Jair Bolsonaro. Destes, 40% representaram críticas, 28% ataques verbais e 26% descredibilização.

Os tons tem relação à imprensa, em sua maioria proferidos pelo Chefe Executivo, foram classificados pelas autoras em dez categorias, a saber: oito delas foram negativas, uma neutra e uma positiva. Crítica (40%), ataques verbais (28%) e descredibilização (26%), foram os que lideraram o ranking de menções à imprensa. No

que diz respeito à ameaça (1%), agressão física (1%), descaso (5%), assédio (5%), elogio (5%) e Neutro (8%) foram identificadas em menor número. Não houve nenhum vídeo com preconceito explícito identificado.

O Quadro 4 traz os casos ilustrativos do tom mais frequente na fala de Jair Bolsonaro no YouTube:

Quadro 3 - Os casos ilustrativos do tom mais frequente na fala de Jair Bolsonaro no Youtube

Tom	Citação	Título do Vídeo	Frame
Crítica	6'35"   "Obviamente temos um momento, uma crise, uma pequena crise, né? A meu entender é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo"	Presidente Bolsonaro discursa na Conferência Internacional em Miami	
Ataque Verbal	3'46"   "Manchete da Folha de São Paulo de hoje: "Novo Presidente da PF assume e acata pedido de Bolsonaro". Que imprensa canalha: Folha de São Paulo! (...) Então uma manchete canalha, mentirosa, e vocês da mídia, grande parte, tenham vergonha na cara! A grande parte só publica patifaria!"	Presidente Bolsonaro Traz Verdades no Alvorada (05/05/2020) 9.AM	
Descrédibilização	41'24"   "A imprensa inventou o Gabinete do Ódio, muitos idiotas acreditaram, tem idiota que acredita até hoje. Pra que eu quero um Gabinete do Ódio? Me apresente uma matéria ofensiva a quem quer que seja e que tenha ajudado o governo que fosse mentira!"	Live Semanal com Presidente Jair Bolsonaro – 04/06/2020	

Fonte: Adaptado de Nicoletti e Marta (2021)

Para além do que é propriamente enunciado pelo Chefe Executivo, o discurso crítico à imprensa visto nos vídeos apresenta-se consistente. Em exemplo, na cidade de Sobradinho no Distrito Federal, Bolsonaro disse "A imprensa diz que está nas ruas porque precisa trabalhar, mas e o povo?"; "Liberdade de expressão só vale para a 'grande' imprensa e a esquerda"; "mostre esse vídeo para aqueles que estão anestesiados pela mídia, pelo politicamente correto..."; "Não assisto à Globo"; "Qual o limite da Globo?"; "É disto que a mídia deveria estar falando, mas os amigos do vírus não descansam"; "Globo tenta jogar Dr. Nelson Teich contra o Presidente Bolsonaro e

recebe merecida lição” (NICOLLETI; FLORES, 2021, p. 20).

Em todas essas menções à imprensa, percebe-se no título e o tom do argumento utilizado no conteúdo, marcado principalmente pela forma como estão escritos. Assim, o que se pode inferir logicamente é que, de fato, Jair Bolsonaro faz referência à imprensa de maneira criticamente direta, sendo possível a identificação de sua narrativa consistente e regularmente reiterada em seus discursos.

### **3.1.3 Periódicos qualificados**

Na busca em periódicos foi encontrada apenas 1 publicação de 2012 acerca da violência contra jornalistas encabeçados por políticos. O artigo de Cristiane Brum Bernardes, intitulado “Parlamentares × jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados”, compreende as relações entre parlamentares e jornalistas, visando as consequências desse relacionamento na produção de informações sobre o Parlamento e no funcionamento de veículos legislativos da Câmara de Deputados.

Foram entrevistados 43 profissionais da Secretaria de Comunicação da Câmara (SECOM), sendo 11 da imprensa escrita (Agência e Jornal da Câmara), 14 da Rádio Câmara, 15 da TV Câmara e três gestores que não trabalham diretamente em nenhum dos veículos. E também foram ouvidos 37 parlamentares.

Em todos os depoimentos, percebe-se o uso de categorias comuns aos jornalistas e à definição profissional do jornalismo: objetividade, imparcialidade, profissionalização, isenção, transparência etc. Parece haver, portanto, uma incorporação das categorias de representação jornalística do mundo entre os atores políticos: os “fatos” são valorizados também entre os parlamentares, mais do que, aparentemente, as versões desses acontecimentos (BERNARDES, 2013 p. 678).

Há neste periódico elaborado por Bernardes, uma certa descredibilização da atividade jornalística com relação ao levantamento das matérias em que a área de comunicação da Câmara faz são parecidas com os que existem nos jornais, havendo portanto, a necessidade de aprofundamento da notícia, além das questões de enfoque positivo em relação às ações da própria Casa, ou seja, os jornalistas deveriam mostrar que a Casa trabalha e o país entende que deputado não trabalha.

Os conflitos entre jornalistas e parlamentares representam o embate entre dois campos que funcionam com critérios diferenciados, exatamente porque utilizam

diferentes formas de capital social em sua organização, conforme Bourdieu (2005). Como ressalta Darras (2005, p. 166), jornalistas e políticos são “parceiros-rivais”, ou seja, “compartilham os mesmos valores, mas não estão situados no mesmo nível”.

### 3.1.4 Revista da Famecos

Na revista Famecos, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade dos Meios de Comunicação, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) foi encontrada apenas uma publicação de 2018 intitulada “Jornalistas expostos e vulneráveis: ataques digitais como modalidade de risco profissional”, produzido por Rogério Christofolletti. O autor analisa 80 relatórios sobre agressões a jornalistas e ataques à liberdade de imprensa de nove organizações não-governamentais. Os documentos são reconhecidos pela categoria e indústria, permitindo a formação de políticas para o setor e o aperfeiçoamento do mercado.

Em situações práticas que potencialmente afetam rotinas jornalísticas, os ataques são percebidos por Christofolletti, como exposto no Quadro 5:

Quadro 4 - Tipos de ataques digitais

Tipos de ataques digitais
Escutas telefônicas sem autorização na redação ou local de trabalho
Escutas telefônicas sem autorização na casa do jornalista ou em seu celular
Instalação não autorizada de câmeras ou microfones na redação/local de trabalho
Instalação não autorizada de câmeras ou microfones na casa do jornalista
Ameaça por ligações e mensagens
Violação ou interceptação de e-mail funcional ou pessoal do jornalista
Violação ou interceptação de mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, Instagram)
Coleta de dados e histórico de navegação
Instalação e ativação de vírus, malware ou código malicioso para coleta ou destruição de arquivos
Furto de senhas por meio de phishing ou pharming
Monitoramento de navegação em tempo real
Violação e invasão de sistemas nas redações
Furto ou extravio de arquivos ou informações
Quebra de criptografia de mensagens ou arquivos
Ameaças em redes sociais
Violação de contas pessoais na internet
Ameaças por e-mail
Descuidos de manutenção ou não atualização de antivírus ou sistemas de segurança digital

Fonte: Adaptado de Christofolletti (2018)

Embora o risco não seja quantificável, os riscos digitais apresentados no quadro anterior resultam em ações passíveis de identificação, registro, tipificação e

contabilidade. Os ataques podem ser entendidos como agressões ou violações no ciberespaço ou na interação digital que coloquem em perigo o acesso, a integridade e a privacidade de informações, fontes e autores dos produtos jornalísticos.

Esses ataques motivados por monitoramento, extravios, degradação, deterioração, inutilização, destruição ou divulgação sem autorização dos trechos de informação, identidades, localidades e outros dados, podem contribuir para os riscos físicos ou danos morais e materiais.

### **3.2 Violência contra jornalistas e veículos de comunicação**

A primeira publicação para análise ocorreu em 2014, elaborado por Seane Alves Melo com o título “Atentados à liberdade de expressão? Uma análise dos casos de violência contra jornalistas no Brasil”. Neste artigo, a autora discute os casos de violência contra jornalistas apresentados em notícias e relatórios como atentado à liberdade de expressão. Também foram analisadas questões relacionadas à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

Com base no levantamento realizado pela a autora, os casos de violência contra jornalistas ocorriam nos jornais impressos (46%), 38% na rádio e 19% na TV e 15% na Internet. Destes casos, foi constatado que os jornalistas cobriam, principalmente, casos de corrupção (62%), crimes (46%) e política (31%).

A fim de entender melhor como a violência contra jornalistas deve ser problematizada na sua apresentação como atentado à liberdade de expressão, Melo (2014) se ampara na discussão da cobertura realizada pela mídia e o comportamento de jornalistas mortos devido a sua atividade profissional. Assim, desde a morte de Tim Lopes, em 2002, o risco que o jornalista deve correr na cobertura de uma reportagem é colocado em questão. Em 2012, o cinegrafista da TV Bandeirantes e da TV Brasil Gelson Domingos da Silva, em 06 de novembro de 2011, atingido por um tiro de fuzil enquanto fazia a cobertura de uma operação do Batalhão de Operações Policiais (BOPE) para combater o tráfico de drogas na Favela dos Antares, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, renovou as discussões nesse sentido.

Com base nesse e em outros casos, Clarinha Glock (2012), jornalista brasileira responsável pelo projeto Impunidade da Sociedade Interamericana de Prensa, procurou distinguir dois tipos de atuação profissional: comportamento de risco e atitude de risco. Para ela, as duas atuações podem ser resumidas da seguinte maneira:



O jornalismo de risco poderia ser dividido, então, em duas linhas: comportamento de risco quando um repórter avança em uma área de conflito sem equipamentos de proteção ou treinamento para obter a melhor história, é ameaçado, ou insiste com sua reportagem sem tomar precauções; e atitude de risco, quando o repórter (ou radialista, ou editor - aquele que faz o papel de comunicador) toma partido, usa o meio de comunicação para ganhar prestígio ou vantagens, ou atua de forma pouco ética (GLOCK, 2012, s.p.)

A partir dessas definições, o célebre caso do jornalista Tim Lopes, assim como o de Gelson da Silva poderiam ser descritos como casos decorrentes de comportamentos de risco. Mais recorrente, no entanto, o assassinato de jornalistas em decorrência de atitudes de risco é muito menos discutido, pois perpassa, geralmente, questões éticas relacionadas à atuação profissional.

É bastante comum, tanto em grandes cidades quanto em pequenas, que os comunicadores atuem em mais de um veículo. Isso pode ser retratado na dissertação de Aquiles Lopes de Oliveira de 2020, intitulada “Boca Fechada: Comunicadores executados no Brasil por conta do exercício profissional”. Nesta produção, estudam-se as execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais de comunicadores do Brasil em virtude do exercício da profissão, registrados 64 casos de execuções de profissionais da imprensa ocorridos no país entre 1995 e 2018.

A maior parte dos comunicadores executados, conforme a pesquisa de Aquiles (2020), era formada por radialistas, os quais representavam 50% do total, sendo 32 vítimas. Em segundo lugar estão os profissionais do jornal impresso, foram 15 assassinatos (23%). Oito blogueiros foram mortos, somando 13%. Esses três profissionais juntos atingem a marca de 55 notificações, ou seja, 86% do total de casos do país em duas décadas.

Tratando-se de região, a Nordeste é considerada por Oliveira (2020) a mais violenta e insegura do país para comunicadores, somando 45% dos assassinatos ocorridos no período de pesquisa do autor, chegando a 29 casos. A região sudeste, a mais populosa do Brasil, vem em segundo, com 31% das ocorrências (20 casos). Entretanto, o Estado do Rio de Janeiro é o mais letal, onde ocorreram 13 assassinatos no período de estudo. O Centro-Oeste, acumula 14% das vítimas (9 casos), o Norte com 8% (5 casos) e a Região Sul com 2% (1 caso).

Uma característica marcante nos casos de execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais no Brasil: a presença de mandantes e, conseqüentemente, de pistoleiros contratados. Os registros mostram que 60, dos 64 homicídios de comunicadores no país resultaram de emboscadas realizadas por matadores contratados. São 93% das

mortes com esse cenário de execução. Na maior parte dos casos os mandantes são atores políticos ou agentes públicos, ligados a estruturas importantes regionalmente (OLIVEIRA, 2020).

Outra publicação que retrata a violência contra jornalistas é a de Aline de Oliveira Rios (2017) intitulada como “Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade”. Nesta publicação a autora problematiza a violência contra jornalistas, considerando a interface jornalismo-sociedade, buscando uma discussão centrada na fruição do direito à informação e a relevância deste para a vida pública.

Dentre os casos analisados, Rios (2017) identificou 114 casos validados em 30 situações as quais houveram agressões físicas contra jornalistas e mais 23 em que houve violência física acrescida de danos materiais, como por exemplo, destruição de equipamento e/ou quebra de vidros do carro de reportagem. Em pelo menos 112 casos, houve acúmulo de violência física e de um ou mais formas de violência simbólica, apontando um certo caráter híbrido dessas manifestações.

Como meios empregados para a produção de violência, a autora observou que em 16 situações os jornalistas se tornaram alvos de agressão exclusivamente física; 15 sofreram somente agressões verbais; e em 12 situações houve acúmulo de agressão física e verbal. Em 16 casos, as agressões e os ataques foram efetivados por meio de dispositivos eletrônicos e redes sociais.

Das situações de violência e agressão, a forma de ataque contra os jornalistas foi a hostilização, dada quando a violência situa-se no limite entre uma ameaça e uma agressão física propriamente dita (RIOS, 2017). Pedras e ovos também foram objetos arremessados contra jornalistas e nestes casos, as ações violentas partem normalmente de “pessoas comuns”, ou seja, de não políticos, policiais ou agentes de segurança.

Esses perigos no exercício da profissão são geralmente abordados através de dois prismas: por um lado, por meio de reflexões sobre a segurança do/as jornalistas em certas áreas territoriais (para o mundo árabe, por exemplo, ver Hard, 2019), no estudo das medidas de avaliação dos riscos (Torsner, 2017) ou na forma de ensinar as regras de segurança às/aos jovens jornalistas em formação; por outro lado, por meio da denúncia pública da violência contra jornalistas e de operações de solidariedade coletiva internacional que, tal como o projeto Forbidden Stories, insistem em continuar as investigações de jornalistas mortos/as no campo e que, assim, são silenciado.

Em Florence Le Cam (2021), no título “Violências públicas contra jornalistas e

meios de comunicação”, é visto que esse conjunto de violência abordado pelos outros autores já descritos nesta seção, se ampliam nos últimos anos e circula online. Em alguns países, a primeira manifestação dessas violências é a vigilância dos/ as jornalistas por parte das autoridades. Mas o fenômeno é mais amplo, envolvendo um deslocamento das ameaças físicas aos/às jornalistas no campo para ameaças on-line, tais como o hackeamento de seus computadores, sua geolocalização ou a revelação pública de alguns de seus dados pessoais.

As mulheres jornalistas, dos chamados grupos minorizados, ou aqueles/as que trabalham com questões da pauta da extrema direita são os/as mais afetados/as, e essas práticas acarretam formas de censura popular e coletiva (Posetti & Storm, 2018). Muitos estudos acadêmicos recentes sobre o ciberassédio e as relações com o público (Lewis, Zamith & Coddington, 2020), incluindo as jornalistas esportivas (Everbach, 2018; Antunovic, 2019), revelam que se trata de um movimento transnacional generalizado (Chen et al, 2020). Essas formas de violência que emanam dos públicos e das fontes vêm sendo denunciadas por mulheres jornalistas.

O presente número sobre as violências públicas contra jornalistas e contra a mídia não busca focar nas condições diárias de trabalho, mas questionar o sentido dessas violências. Ainda que se considerem e sejam considerados/as centrais para a manutenção da democracia e para o vínculo entre as notícias e o que o público sabe e percebe delas, as/os jornalistas vêm sendo alvo de críticas há muito tempo.

Todas as formas de polarização política acarretam o aumento das ações violentas contra a mídia, como sinal de protesto; os/as jornalistas tornam-se alvos designados, adversários (às vezes de todas as naturezas). A esse contexto político de permissividade da somam-se os contextos econômicos de vulnerabilidade de muitos grupos sociais e uma representação amplamente compartilhada quanto a um estado de incertezas, riscos e ameaças (ambientais e outros).

Nesse contexto, a prática jornalística está sujeita à violência porque o mundo da mídia não apenas a revela (às vezes excessivamente), mas também a produz. A invisibilidade de certas temáticas, de certas pessoas, a escolha de palavras e expressões para qualificar fatos ou realidades, o hibridismo das formas de jornalismo e os status jornalísticos contribuem para uma produção da violência por parte da mídia. Ela seleciona, exclui e às vezes maltrata. Para se pensar as violências públicas contra a mídia e o/as jornalistas, é preciso apreender a relação dialética entre vítima e carrasco. Nesse sentido, se o jornalismo é violentado, ele contribui para provocar

violência, mas também para afastar ou refrear certas formas de violência. Esta edição temática da revista é uma modesta tentativa de explorar algumas dessas pistas.

### **3.3 Ataques à imprensa – Relatórios Nacionais e Internacionais**

Com efeito, em muitos lugares da região, os assassinatos e agressões graves a jornalistas continuam sendo particularmente preocupantes e não parecem existir medidas suficientes e adequadas para enfrentar de modo decisivo a dívida de justiça para com as vítimas. Do mesmo modo, fenômenos como o aumento de grupos altamente violentos de criminalidade organizada (que não só amedrontam a população, mas também, inclusive, têm a capacidade de atemorizar e infiltrar-se entre as próprias autoridades) têm ameaçado de maneira bastante preocupante o exercício do jornalismo.

Nesse sentido, se por um lado a imprensa se converteu em um fator fundamental para a luta contra a corrupção e o abuso de autoridade, por outro, a violência contra os jornalistas têm aumentado de forma perceptível.

Para retratar os ataques à imprensa, os relatórios nacionais e internacionais fizeram parte desta seção com o intuito de demonstrar informações oficiais sobre todos os episódios de violência praticados contra jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores no exercício de suas funções ou em razão delas no Brasil.

Maria José Braga é a presidente da Fenaj, esta que constitui o maior número de informações acerca da violência contra os jornalistas no Brasil. A partir do relatório da Fenaj (2022) é que esta seção é construída. O relatório de 2021 da Fenaj sobre violência contra esses profissionais e liberdade de imprensa registrou um trágico recorde com 430 casos.

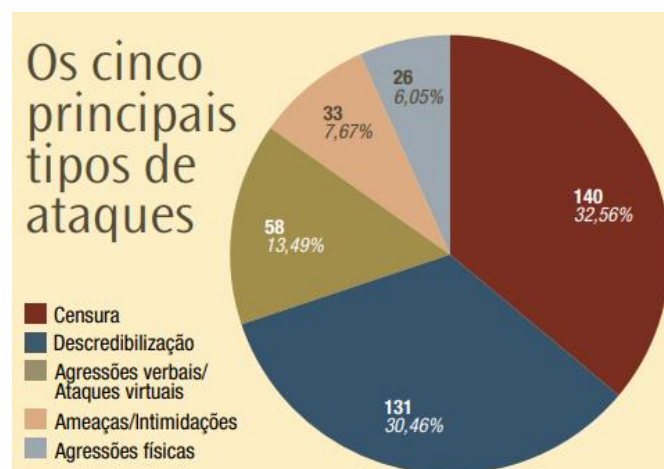
Documentos como os relatórios da Fenaj denunciam as muitas agressões, mas também ajudam a medir a temperatura para o exercício profissional no país. Não é difícil perceber que o ambiente vem se deteriorando muito rapidamente desde o impeachment de Dilma Rousseff, a hesitante gestão de Michel Temer e o violento governo Jair Bolsonaro. Segundo levantamento da Federação, o presidente da República foi o principal agressor dos jornalistas em 2021, respondendo por mais de um terço dos ataques na forma de ofensas verbais ou falas para deslegitimar a imprensa. Nos dois anos anteriores, ele já havia também se destacado negativamente com humilhações, xingamentos, gritos e descomposturas em situações públicas com

jornalistas.

A perseguição aos profissionais de imprensa se institucionalizou no Brasil de Bolsonaro: houve mais agressões nos três anos de seu governo do que as acumuladas em quase uma década, entre 2010 e 2018. Foram 1.066 ataques entre 2019 e 2021 contra 1.024 nos nove anos anteriores (FENAJ, 2022).

O gráfico mostra os principais tipos de ataque à imprensa, elaborado pelo Dossiê de Violência contra Jornalistas da Fenaj em parceria com a Abraji (2022)

Gráfico 13 – Principais tipos de ataque à imprensa



Fonte: Fenaj, 2022.

A imprensa está sob ataque pelo simples fato de os jornalistas quererem silenciar o agressor. O bom jornalismo incomoda, principalmente aos poderosos, e apresenta à sociedade aquilo que, para muitos, deveria ficar escondido. Os casos mostram que a maioria dos ataques se deu por meio da censura ou da descredibilização dos profissionais. Somadas, as duas categorias totalizam 63,02%. A credibilidade é o maior patrimônio do jornalismo. Ele existe justamente porque a sociedade lhe dá legitimidade. Sem a crença de que a realidade construída pela imprensa é a mais próxima possível dos fatos, não há mais razão para a existência do jornalismo. E quem ataca os jornalistas sabe disso perfeitamente.

A descredibilização é um instrumento largamente utilizado por políticos e alguns de seus seguidores mais exaltados, e é um *modus operandi* da extrema-direita mundial. Exatamente por isso é uma estratégia bastante utilizada pelo Presidente Jair Bolsonaro, seu entorno e subordinados, além de militantes do bolsonarismo. Afinal, quem agride os jornalistas é o próprio Chefe-Executivo, essa informação não é genérica, mas uma

constatação baseada no relatório da Fenaj.

Três dos principais perfis listados como principais agressores do jornalismo brasileiro fazem parte do bolsonarismo: o próprio Bolsonaro, os dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nomeados pela Presidência da República, e quatro manifestantes identificados como apoiadores do presidente, estão no topo do ranking dos agressores que juntos constituem 71,68% dos registros.

Observados os relatórios da Fenaj dos últimos anos, chama atenção a quantidade de casos em que os agredidos são equipes de televisão ou fotografia. Nos casos coletados em 2021, em quase metade há, entre os agredidos, cinegrafistas, fotojornalistas ou repórteres de TV. A exposição pública dos profissionais que têm sua imagem no vídeo e a presença dos equipamentos transformam esses jornalistas alvo das pessoas denunciadas nas reportagens.

Dessa forma, a Fenaj (2022) traçou um perfil de quem trabalha em situações de maior risco, como repórteres cinematográficos e de televisão, que são os mais expostos e vulneráveis. Esses casos também merecem destaque porque costumam ser agressões fisicamente violentas, como socos, pontapés e empurrões. E, em muitas das situações, os profissionais são expulsos do local onde estão trabalhando, em um claro cerceamento da liberdade de imprensa.

A situação ainda é mais agravante para as jornalistas mulheres. Nos casos que envolvem as jornalistas, a misoginia é um traço marcante. Isso motivou a Abraji a preparar um relatório sobre esses ataques. Os dados são alarmantes: foram 119 ataques de gênero coletados em 2021, praticamente um a cada três dias, e, como nos casos gerais de violência contra jornalistas, esses números são subnotificados.

Em novembro de 2020, uma repórter foi cercada e agredida por populares numa praia de Florianópolis apenas por mostrar o descumprimento de normas sanitárias exigidas durante a pandemia de Covid-19 (Figura 14).

Figura 14 – Equipe da NSC TV é agredida em Florianópolis durante reportagem



Fonte: G1.com

Em junho de 2021, o presidente da República se negou a responder à pergunta de outra jornalista em Guaratinguetá e, aos berros, mandou que ela calasse a boca (Figura 15).

Figura 15 – Bolsonaro insulta repórter e a manda “calar a boca”



Fonte: Jornal DW, 2021

Em fevereiro deste ano (2022), uma equipe de televisão foi impedida de cobrir os protestos de policiais e agentes de segurança em Belo Horizonte (Figura 16).

Figura 16 – Repórter da Globo é expulso de manifestação de policiais em MG



Fonte: Abraji, 2022.

Em todas essas situações, trabalhadores do jornalismo foram impedidos de exercer a sua profissão e sofreram ataques físicos, ofensas ou ameaças. Além disso, seus relatos ficaram incompletos e o público deixou de saber mais dos fatos que estavam sendo cobertos. Nesses casos e em tantos outros, a violência, a força bruta e os interesses particulares vencerá, impondo silêncio e impedindo que informações de

interesse público viessem à tona de forma completa e para todos. Esta é a parte mais visível dos danos causados pela violência contra jornalistas: se deixa de saber alguma coisa importante.

Não é nada confortável a situação do Brasil na vitrine internacional da liberdade de expressão. O país ocupa a 94ª posição entre 161 países no Relatório Global 2020, produzido pela Artigo 19. O maior país da região fica no mesmo patamar de nações com liberdades restritas. Em uma década, foi a maior queda de pontuação no estudo. No ranking dos Repórteres Sem Fronteiras, o Brasil está no 111º lugar, pior classificação desde o início do acompanhamento em 2013. Parte considerável deste resultado está atrelada à chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto. Em julho do ano passado, o presidente da República passou a figurar entre os predadores mundiais da liberdade de imprensa. A lista dos Repórteres Sem Fronteiras tem 37 chefes de Estado e de governo que sistematicamente reprimem, censuram, prendem jornalistas e incitam a violência contra eles.

Em julho de 2021, um levantamento de 13 organizações latino-americanas mostrou que os alertas contra violações à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e ao acesso à informação cresceram 222% no Brasil de 2019 para 2020.

Em 7 de setembro de 2021, os jornalistas Luiz Henrique Almeida e Lázaro dos Santos Wanderley Filho, respectivamente repórter e repórter cinematográfico da Band Amazonas, foram agredidos por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, durante manifestação pública realizada na praia de Ponta Negra, na capital amazonense (Figura 17).

Figura 17 – Repórteres amazonenses agredidos por apoiadores de Bolsonaro



Fonte: Band Amazonas / Fenaj.



As agressões começaram com xingamentos, passando a arremesso de latas de cervejas nos jornalistas e golpes com o mastro de uma bandeira. A ação foi presenciada por membros da Polícia Militar do Amazonas que não intercederam para fazer cessar as agressões.

A cena acima está registrada no relatório Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, da Fenaj, lançado em 27 de janeiro de 2022, com dados que consolidam uma escalada que, não obstante a dificuldade de obtenção do registro das ocorrências, já ultrapassa as quatro centenas de casos de violência das mais diversas espécies. É um quadro de violência cada vez mais acentuado, notadamente nos últimos cinco anos

### **3.4 Realidades de Repórteres Agredidos**

“Isso é um direito de resposta ao cretino, vagabundo, canalha desse fake criminoso, chamado... isso nem deveria ter nome, chamado Ed Wilson” Esta é a frase que abre um áudio de mais de 17 minutos gravado por Magnólia de Oliveira. Ao lado do francês François-Xavier Pelletier, Magnólia foi denunciada em uma reportagem por violação de sítios arqueológicos em comunidades quilombolas do município de Bacuri, no litoral do Maranhão. Sem qualquer formação em arqueologia, o casal fez escavações ilegais, retirou e transportou vários objetos de antigas fazendas do período colonial, atualmente localizadas nos territórios quilombolas.

O jornalista responsável foi o independente e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Ed Wilson Araújo. A reportagem de Ed Wilson Araújo teve repercussão nacional e lhe rendeu o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Maranhão (MPMA). No entanto, este destaque trouxe consigo muito ódio. Após a denúncia, o jornalista passou a ser alvo de uma campanha difamatória iniciada nas mídias digitais e impulsionada por um site apócrifo destinado a publicar mentiras sobre o trabalho do jornalista.

A onda de ataques afetou não apenas Araújo, mas também sua esposa, Marizélia Ribeiro, que esteve junto do marido durante a produção das reportagens. A virulência a das mensagens e a onda de calúnias fragilizaram o jornalista:

“Fiquei especialmente afetado com a busca no Google. Quando eu digitava

meu nome para fazer alguma pesquisa apareciam os textos do site apócrifo. Aí fiquei cogitando... se algum aluno meu fizer uma busca interessado em uma publicação jornalística ou acadêmica, pode acabar sendo direcionado para os textos agressivos” (Ed Wilson Araújo).

As agressões fragilizam os jornalistas e, em muitos casos, os fazem temer pela sua segurança e pela segurança de suas famílias. As agressões têm nomes, têm rostos. “Existe uma contraposição entre uma violência que é cotidiana e outra que é pontual. Essa violência que entra na rotina acaba não sendo denunciada”, comenta a consultora jurídica da Abraji, Letícia Kleim.

O jornalista Leandro Demori sente essa insegurança diariamente. Desde que assumiu o cargo de editor-executivo do The Intercept Brasil, e principalmente após a série de reportagens conhecida como Vaza-Jato, em que foram expostos os bastidores da operação Lava-Jato, Demori tornou-se um alvo. À época, convivendo com o perigo constantemente, ele passou a andar acompanhado de seguranças. Isso não impediu que, em um momento de lazer em família, fosse intimidado na frente da esposa e do filho, inclusive com uma ameaça velada ao menino.

“Esses casos afetam nossa família. Essa violência tem o potencial de reduzir a vida útil da carreira do jornalista, afeta as relações familiares, o que a gente pensa para o futuro, o que queremos para os nossos filhos”. (Leandro Demori)

Na tese de Cristiane Oliveira Reimberg, de 2015, intitulado “o exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho”, há relatos de jornalistas que sofreram algum tipo de violência, dentre eles está o de Lúcio Flávio Pinto, agredido em 2005, quando estava almoçando, com Ronaldo Maiorama, um dos donos do Jornal Liberal do Pará. De acordo com o jornalista “Ele veio por trás e me deu um murro, por sorte eu virei um pouquinho, bateu raspando, aí deu um chute, eu caí, e os dois seguranças, que eram policiais militares, partiram pra cima de mim me chutando”. O fato ainda abala Lúcio que após um silêncio continua:

“Essa experiência que é a mais próxima da morte, no sentido da agressão, ela mostra o seguinte, quão valiosa é a vida e quão sem valor ela se tornou. Então você tem na pele um retrato da impunidade, do mal que a impunidade faz, porque eu me senti impotente. O cara pegou, me agrediu, foi embora, fiz o boletim de ocorrência, foi para Justiça e no final ele foi condenado a pagar 50 salários mínimos de cestas básicas para uma instituição, uma das quais era apoiada pela família dele. Então se ele pensava que ia me intimidar, hoje eu tenho a plena convicção que eu não tenho medo de nada que possa me

ameaçar, nada. Eu cumpro a minha função e eu cumpro automaticamente, não pensando em heroísmo, em nada, simplesmente no jornalismo”.

A fala de Lúcio deixa claro o envolvimento que ele tem com a profissão e o compromisso que tem em fazer um jornalismo combativo. Parte da ansiedade que sente é devido às ameaças latentes: “Ando de ônibus normalmente. Ando na rua. Então exposto. Os guarda-costas que me agrediram um dia vão querer acertar as contas. Eu não limpo as minhas coisas, mas eu estou atento”. Para ele, os jornalistas que estão na grande imprensa têm a figura institucional da empresa que ele não tem.

Outro caso foi o de Audálio Dantas que vivenciou várias situações de risco e violência “uma vez eu me vi morto porque era uma grande manifestação..., isso antes do golpe militar nos anos 1960, e eu fui cobrir”. Ao ouvir o barulho de tiros, perguntou a um policial o que estava acontecendo. O policial respondeu que nada, podia ficar despreocupado, era tiro de festim. As lojas fecharam, e Audálio ficou em frente a uma porta de aço, mas acabou saindo por causa de um movimento qualquer. “Logo que saí, tombaram duas ou três pessoas naquele lugar, podia ser eu, eu considerei esse fato, mas continuei fazendo a cobertura porque aí é a exigência profissional”.

Os riscos também podem ter um caráter de aventura, o que Audálio chama de “momentos de ousadia ou irresponsabilidade”, que o repórter precisa ter, muitas vezes, na busca da matéria. “Eu tenho vários momentos desses, e um deles foi fazer uma matéria sobre garimpo no Alto Rio Jari na Amazônia”. A região ficava quase na fronteira com as Guianas, tinha uma grande cachoeira e um longo trecho de corredeiras. “A subida foi um sofrimento muito grande porque a gente veio num barco de motor de popa desde Macapá. Subiu um pedaço do Amazonas, um pedaço do rio Jarí, tudo isso é muito fascinante pro repórter, pra mim, e nada paga esses momentos”.

Já a ameaça de violência pode vir da luta pela liberdade, foi isso que viveu Audálio Dantas quando assumiu a presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo em 1975. Ele recorda que naquela época a “violência era a regra e atingia indiscriminadamente qualquer pessoa que se opusesse ao regime militar”. A ida ao sindicato foi com o compromisso de “uma gestão de luta contra o regime militar”. Em julho, dois meses após tomar posse, chegou a ser chamado para falar com o comandante do segundo exército.

A maior pressão e ameaça de violência que Ricardo Kotscho sofreu remete ao período da ditadura militar logo após ter feito uma matéria sobre a morte do operário Manoel Fiel Filho. “Ele apareceu morto na cela e falaram que foi suicídio”. O jornalista

conseguiu levantar todos os detalhes do caso, e a matéria teve que sair assinada por exigência do diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Neto. Um jornalista que cobria a área militar avisou Kotscho: “Os homens estão putos com você, acho melhor você dá um tempo”. À época, ele recebeu um convite para ser correspondente do Jornal do Brasil na Europa. Para ele, “quando existe uma violência contra um jornalista, ou contra um veículo, é na verdade uma violência contra a sociedade. Nós representamos a sociedade. Nós estamos em lugares onde as pessoas não podem ir para contar o que aconteceu”.

Os depoimentos mostraram que o risco de ser submetido a uma violência faz parte do fazer jornalístico e o envolvimento dos profissionais com o jornalismo faz com que os riscos sejam naturalizados para se fazer a cobertura. O medo existe, mas o dever do jornalismo é maior do que ele, assim como o prazer de sentir que se cumpriu o papel de jornalista.

### **3.5 Principais prejuízos causados aos jornalistas**

Segundo informe da Unesco, no período de 2015 a 2020, centenas de jornalistas em todo o mundo que tentaram cobrir protestos foram perseguidos, espancados, intimidados, presos, colocados sob vigilância, sequestrados e tiveram seus equipamentos danificados. Outros foram mantidos incomunicáveis, humilhados, sufocados e alvejados, tanto com munições letais como não letais. Desde 2015, pelo menos 10 jornalistas foram mortos durante a cobertura de protestos, de acordo com a Unesco, cuja diretora-geral denunciou seus assassinatos.

No informe da Unesco, "Segurança de Jornalista Cobrindo Protestos", publicado em 2020, a maioria dos ataques foi cometido por forças policiais e de segurança. O uso de munição não letal pela polícia, incluindo balas de borracha e de pimenta, feriu dezenas de jornalistas, deixando alguns cegos de um olho. A introdução em alguns países de novos projéteis, como as granadas-luz e os projéteis expansíveis, projetados para disparos menores ou para espalhar estilhaços com o impacto, causou ferimentos em muitos jornalistas. Dezenas de outros ficaram feridos, e muitos gravemente, por disparos de armas de fogo de policiais. A polícia também prendeu, espancou e, em alguns casos, humilhou jornalistas, forçando-os, por exemplo, a tirar a camisa e deitar no chão, enquanto eram espancados e ouviam perguntas humilhantes.

Autoridades governamentais censuraram ou fecharam canais de notícias na

mídia impressa, de radiodifusão e online, ou bloquearam sites na internet, assim como o envio de mensagens por celular. Manifestantes também fecharam temporariamente meios de comunicação, ocupando instalações para utilizar suas antenas para transmissões de rádio, tirando-as do ar. Autoridades determinaram que dispositivos de rastreamento fossem colocados nos computadores dos jornalistas, enquanto outras os submeteram a vigilância física ou eletrônica, ou ambas.

Entre as principais consequências para a atividade jornalística listadas a partir deste estudo são: 1) as manifestações de violência contra jornalistas impedem o exercício profissional; 2) quando não resultam em impedimento da atividade, os ataques contra jornalistas acabam por afetar a qualidade da oferta noticiosa; 3) cenários de acirramento comprometem o livre exercício da atividade e a fruição do direito à informação pelos cidadãos; 4) prejuízo no acesso às informações credíveis acaba por afetar também a consolidação do projeto democrático.

Ataques contra jornalistas se configuram como impedimento ao exercício da atividade toda vez que o profissional acaba por não conseguir cumprir plenamente a pauta (indicação prévia sobre o acontecimento a ser reportado) ou tem a conclusão da cobertura jornalística inviabilizada por atos de violência.

Em relação ao item 2, se um jornalista não consegue acompanhar uma manifestação ou evento, ou ainda se não consegue concluir a apuração de determinadas informações devido a atos violentos, é plausível que deixe de ter acesso a dados relevantes para a constituição da notícia, podendo incorrer em imprecisão e/ou distorção dos fatos.

Além de tornar a prática jornalística mais perigosa –sobretudo quando os profissionais, por força da atividade, precisam se confrontar com os fatos – a violência contra jornalistas afeta o direito à informação, tanto sob a perspectiva de quem busca as informações, quanto pelo âmbito de quem acaba por ter acesso a notícias incompletas ou com prejuízo de apuração.

Por fim, se o jornalismo experimenta dificuldades de apuração dos fatos, riscos na busca por fontes e na execução de coberturas e ainda, perigo quando do acompanhamento testemunhal do cotidiano e na transmissão de relatos noticiosos, se torna evidente que não se vislumbram as condições mínimas para o exercício livre e seguro da atividade.

Assim, quanto mais frequentes venham a se tornar as manifestações de violência contra jornalistas, mais o jornalismo terá sua atuação limitada por fatores de

ordem operativa. E se os jornalistas não conseguem trabalhar com a necessária autonomia para questionar ‘quem e o que deve ser questionado’, para revelar aquilo que forças dominantes querem que permaneça escondido ou ainda, para oferecer interpretações críticas sobre os fatos, qual será a possibilidade de que as pessoas disponham das informações necessárias para a tomada de decisões? Este é um questionamento pertinente e que deveria balizar as iniciativas, legais ou práticas, para que se promova a segurança da atividade jornalística. Se considerarmos o sentido público e ético da atividade (KARAM, 2009), é inegável que a mesma não encontra condições de ser substituída por atores que não comungam dos mesmos compromissos e valores profissionais. Ou seja, uma sociedade democrática não pode prescindir do jornalismo exercido com vistas à credibilidade e à legitimidade.

### **3.6 Grupo focal**

O convite aos possíveis membros do grupo focal foi enviado por e-mail (conforme Apêndice I desta tese) duas semanas antes da data prevista para a realização da reunião, contendo a data, link e horário da reunião e um breve roteiro das atividades a serem desenvolvidas, conforme sugere Lyra (2012).

Doze especialistas convidados responderam confirmando a presença. Considerando os perfis definidos para o grupo focal, a pesquisadora solicitou previamente aos participantes uma breve descrição das suas atuações como profissionais ou pesquisadores da área de comunicação, com suas atuações como profissionais ou pesquisadores da comunicação. As qualificações dos participantes estão descritas a seguir:

Participante 1 – jornalista, especialista em gestão de pessoas pela Universidade Gama Filho, mestre em Ciências da Comunicação pelo programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro dos grupos Comunicação e Política e Consumo e Culturas Digitais da Universidade Federal de Santa Maria.

Participante 2 – jornalista, revisora e assessora de imprensa, repórter contribuidora do World Report Grupo CNN, repórter do Correio Brasiliense, graduação em Letras pelo Centro Universitário de Brasília. Especialização em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestra em Literatura

Brasileira e Escrita Criativa pela UniAndrade.

Participante 3 – graduação em jornalismo, atuou como repórter e apresentadora de TV, escritora e especialista em paisagismo pela Unesp. Mestranda em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba.

Participante 4 – jornalista, especialista em Gestão de Políticas Públicas e Sistema único de Saúde (SUS) membro da Federação Nacional do Jornalistas (Fenaj), atuou como repórter e editor de jornais impressos. Atuou como coordenador de departamento de comunicação de órgão público municipal.

Participante 5 – Graduada em Comunicação Social, especialista em Teoria e Pesquisa em Comunicação Social, mestre em Linguística Aplicada, doutora em Processos Socioculturais na Amazônia, membro do Programa LigAção – Comunicação, Meio Ambiente e Cidadania na Amazônia. Integra o corpo docente do programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Membro dos grupos de pesquisas Hermenêutica Comunicativa: Estudos da Mídia na Amazônia – UFPA; Complexidade e Culturas – Ufam.

Participante 6 – Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela PUC-PR, especialização em Administração em Marketing pela Fundação de Estudos Sociais (Fesp). Cursos de extensão e livres em Filosofia Contemporânea, roteiro, falácias lógicas e revisão de texto. Ouvinte na disciplina de mestrado em Metafísica pela UERJ. Empreendedora e diretora de agência de comunicação integrada.

Participante 7 – jornalista, relações-públicas e publicitário, especialista em Assessoria de Comunicação e Mídias Digitais. Atuou como assessor de imprensa na Secretaria Municipal, assessoria parlamentar na Assembleia Legislativa.

Participante 8 – Jornalista nascido na cidade de Santa Marta, na Colômbia, colunista do Diário El Informador, da Colômbia, e repórter especial da Nueva Rádio Internacional, afiliada da Rádio Caracol da Colômbia, na cidade de Nova Iorque. Editor de imagens e produtor de televisão. Professor universitário, residente no Brasil. Mestre em Ciências da Comunicação.

Participante 9 – graduação em Comunicação Social – jornalismo, especialista em Publicidade, Propaganda e Marketing, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Atuou como assessor de comunicação no Ministério Público Federal. Professor de graduação e pós-graduação.

Participante 10 – jornalista de tv afiliada ao SBT, repórter de jornal impresso com

atuação nas editorias de política e economia, correspondente em Brasília, assessor de comunicação parlamentar.

Participante 11 – jornalista, assessora de comunicação, mestranda em Comunicação pela Fundação Universitária Iberoamericana, na Universidade Europea del Atlántico (ESP).

Participante 12 – graduação em Comunicação Social – Jornalismo. Especialista em Administração Pública com metodologia de Docência no Ensino Superior pela Faculdade Educacional Araucária (Facear). Especialista em Gestão de Pessoas no Serviço Público pela Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná (Faesp). Coordenadora e professora de cursos de jornalismo, marketing e publicidade e propaganda. Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Parecerista/revisora dos periódicos Reunir - Revista de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Revista de Economia e Gestão da Pontifícia Universidade Católica (PUCMinas).

Como resultado da análise das qualificações e experiências dos possíveis membros do grupo focal, foi sintetizado no Quadro 5.

Quadro 5: Relação dos especialistas candidatos com os perfis definidos para participação no grupo focal.

	Perfil 1: Ser profissional com experiência em veículos de comunicação e assessoria de imprensa	Perfil 2: Ser profissional e/ou pesquisador da área de comunicação
Participante 1	x	X
Participante 2	x	X
Participante 3	x	
Participante 4	x	
Participante 5	x	X
Participante 6	x	
Participante 7	x	
Participante 8	x	X
Participante 9	x	X
Participante 10	x	X
Participante 11	x	X
Participante 12	x	X

Fonte: elaborado pela autora



A regra para participação no grupo focal era que o profissional de comunicação estivesse apto em pelo menos um dos perfis. O Quadro 6 demonstra que todos os candidatos correspondem ao perfil 1 ou ao perfil 2, demonstrando uma homogeneidade do grupo em relação ao perfil 2, e uma heterogeneidade em relação ao perfil 1.

Foi observado também nos especialistas a formação acadêmica. O Quadro 6 demonstra que o grupo possui titulação compatível com as necessidades apontadas na pesquisa realizada.

Quadro 6: Formação Acadêmica dos membros do grupo focal.

	Titulação	Área do Conhecimento
Participante 1	Doutorado	Comunicação
Participante 2	Mestrado	Literatura Brasileira
Participante 3	Especialização	Paisagismo
Participante 4	Especialização	Gestão Pública
Participante 5	Doutorado	Comunicação
Participante 6	Especialização	Administração e Marketing
Participante 7	Especialização	Comunicação
Participante 8	Mestrado	Comunicação
Participante 9	Graduação	Comunicação
Participante 10	Mestrado	Comunicação
Participante 11	Especialização	Comunicação
Participante 12	Doutorado	Gestão Urbana

Fonte: Elaborado pela autora

O roteiro adotado para a reunião do Grupo Focal foi o seguinte: formado por 12 profissionais da comunicação, e uma mediadora, a pesquisadora desta tese. Primeiramente, a mediadora apresentou uma introdução sobre os objetivos da pesquisa e fez uma breve apresentação de 10 minutos. A mediadora então iniciou a leitura das questões para os participantes discutirem livremente e cada um colocou seu ponto de vista.

Em seguida, o grupo focal começou com o primeiro questionamento sobre até que ponto o jornalismo pode ser considerado uma atividade de risco. O participante 4 considera que o jornalismo não é uma atividade de risco, mas vê a crescente violência contra os profissionais da comunicação nos últimos quatro anos, conforme dados apresentados por entidades de classes. O participante 5 considera o jornalismo uma atividade de risco desde sempre, partindo do princípio que cabe ao jornalista durante seu exercício de trabalho descobrir aquilo que está interno, ele começa a mexer com uma série de interesses.

O participante 9 apresentou relatos pessoais, por ser repórter investigativo,

quando precisa coletar informações sobre ocorrências policiais precisa adentrar em ambiente hostil e perigoso onde, comumente, ocorre violência, isso expõe tanto o repórter como o cinegrafista. O participante 9 ainda relatou que quando há viaturas de polícia a segurança é mínima, mas quando a equipe de reportagem por exemplo dá continuidade aos fatos, com vários desdobramentos, ficam expostos e vulneráveis e muitas vezes são até ameaçados por pessoas acusadas de crimes. O participante 5 configura três conceitos em um grande conceito que é de violência. Com mais de 30 anos de atividade, já foi espancado pela polícia inclusive com um tipo de cacetete especial para não deixar marcas, mas causar dor, foi reprimido ao fazer cobertura de reintegração de posse, censurado, vigiado no momento em que o país saía de uma ditadura e caminhava para uma redemocratização. Atuou em redação onde o número de mulheres era pequeno, e o entendimento, inclusive de colegas jornalistas e chefes de comunicação, além de políticos que, em muitos momentos foram violentos e muitas vezes queriam resolver situações profissionais envolvendo relacionamento sexual. Desqualificando a atividade jornalística. O participante 3 apresentou relato pessoas de ter sofrido assédio, principalmente por parte de políticos, com recorrentes convites para jantares, além de sofrer pressão para estar em um determinado evento. O participante 4 trouxe manifestação pessoal das ameaças pessoais que sofreu, algumas de morte, quando atuou como repórter de jornal impresso em editoria de polícia, publicando sobre políticos, integrantes do poder judiciário, policiais civis e militares. Após as ameaças, foi para uma outra editoria, decisão do veículo de comunicação e atuava para preservar a integridade física.

A pesquisa teve contribuição de um participante de outro país, apresentando relato de também violência contra profissionais do jornalismo, na Colômbia. Independente do país quem sempre sofre é a sociedade civil, e o jornalismo fica ao lado da sociedade, a partir das experiências do participante 8, considera que os conflitos políticos, entre direita e esquerda, tornam o jornalismo uma profissão de risco. O participante 8 observa hoje no Brasil o que a Colômbia vive há 60 anos.

Quando perguntados sobre violência psicológica, os participantes apresentaram relatos diversos. O participante 8 relatou sua atuação em editoria de polícia e a vivência no cotidiano de crimes recebendo discursos agressivos de que o jornalismo é vendido. O participante 9 disse já ter sofrido violência psicológica por políticos do alto escalão pelo fato de não ter se agrado com uma reportagem. O participante 5 relata que em todos os níveis editoriais de um veículo de comunicação a violência psicológica está

presente, mesmo quando não era denominada. Ela perpassa, sem colocar nenhum tipo de preconceito, mas até os colunistas sociais que atuam com espaços mais brandos, leves, sempre foram violentados para não divulgar fotos, por exemplo, de determinadas figuras. Além de não poder repetir fotos que outros colunistas já haviam publicado na mesma festa. O participante 5, afirmou que os jornalistas e o jornalismo não são uma ilha, são trabalhadores e fazem parte da sociedade.

O participante 3 observa que a exposição do jornalista, na própria sociedade, sofreu mudanças. Antes a sociedade acompanhava o trabalho do jornalismo pela tv, no rádio ou por meio do jornal impresso. O profissional ficou muito exposto já que a maioria tem, pelo menos, uma página nas redes sociais. O participante 3 apresentou relatos de outros profissionais do jornalismo precisarem encerrar suas contas nas redes sociais, na tentativa de ficar menos vulneráveis. Para o participante 3, a rede social amplificou a violência, a intolerância.

O participante 6 trouxe uma questão que pouco se trata com fiscalização da comunicação: pessoas que não passaram pela faculdade de jornalismo, não estudaram o Código de Ética e estão atuando em TV, patrocinados por empresários com interesses políticos.

O participante 3 acrescenta à discussão o modelo de trabalho praticado atualmente, de partidarização e polarização a ponto de ridicularizar o jornalismo e o jornalista que publica algo que vai de contra ao que o espectador pensa. O participante 2 observa que falta entendimento das pessoas sobre a importância do jornalismo e o papel ético do jornalista com a sociedade. O jornalista é intitulado a todo momento como mídia golpista, ou levantam depreciações aos veículos de comunicação.

Com relatos de violência virtual, o participante 5 apresentou suas experiências de agressão nas redes sociais advindas de um grupo de direita radical a partir da publicação de um artigo. O jornalismo, assim como várias outras profissões no mundo, enfrenta uma crise profunda, na sua dor, buscando saídas. O participante 5 analisa a atuação do mercado profissional do jornalismo que, por um lado, contribui para que a credibilidade seja minorizada quando os profissionais aceitam cumprir papéis que não eram do ofício matriz. Ao mesmo tempo, para o participante 5, o jornalismo está em processo de reposicionamento. A sociedade nessa profusão de plataformas, de pessoas que utilizam em nome de interesses escusos, promoção da violência, com falta de respeito a constituição, embora tenham tido êxitos, não estão conseguindo avanços no que diz respeito ao enfrentamento de reposicionamento dessa profissão com o

desafio de fazer com que a sociedade entenda o exercício do jornalismo como liberdade democrática.

Sobre a violência física nas ruas, durante o exercício da profissão, novos atores são estimulados a praticarem ataques à imprensa, as respostas dos entrevistados foram homogêneas. Na totalidade, concordam com a estimulação dos atores a praticarem atos violentos contra jornalistas durante o exercício da profissão, principalmente em coberturas de manifestações políticas. O participante 9 apresentou como referência conceito da psicologia na explicação do efeito manada, quando acontece diante de uma ação coordenada de poucos indivíduos que se espalham para as massas. Para o participante 11 em todas as situações onde há violência nas ruas, o jornalista é alvo potencial e preferencial. Ao atacar o jornalista em exercício, novos autores se sentem motivados e justificados ao fazerem também, invariavelmente, como temos observado em especial nos últimos anos no Brasil, onde a agressão à jornalistas se transformou em uma rotina que já era observada em vários níveis de poder e se estabeleceu na presidência da República. Para o participante 12 os agressores já têm propensão a violência, são estimulados por algum líder político que inicia os ataques e por isso legítima a progressão dos ataques dos demais populares.

Questionados sobre sentimento de segurança e conforto para exercer a liberdade de imprensa, os participantes divergiram enquanto os assuntos pautados para as reportagens. Os participantes 7, 9 e 11 apresentaram respostas homogêneas, concordando que não se sentem seguros, tão menos confortáveis no exercício da liberdade de imprensa, pois sentem que a categoria é alvo preferencial de inúmeros tipos de violência e o contexto atual sugere mudanças, ainda muito difíceis de alcançar. O participante 1 relatou não se sentir seguro e, no período das eleições e, em especial, nas manifestações, era extremamente perigoso.

Para o participante 9 a segurança e o conforto para o exercício da profissão são intermediários. Isso porque todos os atores envolvidos na veiculação dos materiais, geralmente, deixam o repórter livre para fazer a apuração dos fatos. O desconforto vem quando o material, sendo ele cumprindo a função da imprensa que é questionar os fatos com senso crítico, precisa passar pela análise de várias mãos e esferas antes da aprovação, só por conter personagens importantes no jogo político.

Ao grupo focal foi levantado o tema de descredibilização do jornalismo durante o exercício da profissão. As respostas foram unânimes. Todos os entrevistados alegaram terem recebido ataques verbais durante atividade profissional, partindo de

diversos atores, de populares a políticos, na tentativa de desabonar o jornalismo e o profissional. O participante 3 observou que nos últimos quatro anos tem presenciado colegas jornalistas sendo atacados sistematicamente por pessoas influenciadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de reflexões e análises teórico-metodológicas, durante o processo da pesquisa, estudo sobre períodos de repressão, agressões físicas e morais a imprensa por meio da história, análise documental e referências bibliográficas, inclusive no aprofundamento do método estado da arte, foi possível analisar de maneira holística e cientificamente os ciclos de repressão desde o Estado Novo em 1937 com caráter ditatorial, até outra fase da pesquisa fazendo uma comparação aos tipos de violência na Ditadura Militar como cassação de direitos políticos de opositores ao regime, repressão aos movimentos sociais e manifestações políticas de oposição, censura aos meios de comunicação e aos artistas entre músicos, atores e artistas plásticos.

Quando a tese investiga a terceirização da repressão como fenômeno extramidiático, no período de 2018 a 2022, é possível observar características semelhantes de censura tanto na época do Estado Novo como da Ditadura Militar. A censura dos livros de ficção que não foi feita sem o apoio de setores da população, sedentos por maior controle de expressões e condutas que não condiziam com os códigos da moral e com a ideologia dominante na época.

No entanto, a análise sobre as inquietações indagadas pela autora no que compreende ao objeto de estudo, baseia-se na terceirização da repressão, agressões físicas e morais sofridas por jornalistas brasileiros no período de 2018 a 2022. Com a passagem do ator que não se contenta mais em apenas consumir e interagir com a grande imprensa, e com a facilidade das redes sociais na internet passa a agredir fisicamente e moralmente o jornalista e veículos de comunicação.

Em ampla documentação da Fenaj, Abrajil e Abert a investigação apresenta após organização e sistematização realizada pela autora, inclusive com anexos, pareceres de jornalistas brasileiros ofendidos, agredidos e violentados no exercício da profissão. A publicação desse material, aliada à contextualização histórica desenvolvida pela pesquisadora com todo o embasamento do Estado da Arte, contribuíram para o avanço da pesquisa.

Comparar e classificar a teia de relações desses atores na web e o conteúdo das postagens, enquanto análise documental, contribuem para interpretar aspectos como a trajetória desses atores e as suas motivações. Com o acesso à internet e às redes sociais em todo mundo, novos campos de estudo passam a fazer parte do jornalismo. Destarte, a importância de avanços na ciência sobre estudos relacionados a essas

mudanças na comunicação, investigando atores que vêm crescendo em termos de volume e ocupando paulatinamente mais espaço na internet como fonte de informação da sociedade. Mesmo superada a repressão estatal dos militares, o debate sobre a censura persiste em aflorar, como um elo enraizado social que continua a trazer à tona os sintomas e consequências, exigindo análise e resolução.

O ponto de partida sobre o aspecto da terceirização da repressão no recorte da investigação pesquisa a emergência e consolidação de outros perigos relacionados ao descontrole da desinformação digital que culmina na descredibilização do trabalho dos jornalistas. O que compromete a liberdade do exercício da profissão e a segurança de organizações e jornalistas. Conforme relatórios da Abert, Abraji e Fenaj que registram formas de cerceamento, violações a jornalistas e ataques à liberdade de imprensa de organizações em casos crescentes de violência desde perseguições, injúria racial, agressões físicas, verbais, ameaças, intimidações até assassinatos.

O corpus da tese monitora e investiga sobretudo os ataques e censura explícita no cenário político e social polarizado, inflamados por discursos antimídia que são propagados por atores políticos e apoiadores de grupos adversários partidários, incluindo o ex- presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Os números são claros ao mostrar que 68,9% das agressões partiram do ex- chefe de estado e de seus filhos com cargos políticos e de agentes estatais. Isso gerou uma política de descredibilização e violência contra a imprensa e seus profissionais.

Para fundamentar a tese, usou-se o conceito de agnotologia, que é o estudo da propagação intencional da ignorância para fins políticos e comerciais, retrata manobras políticas e culturais praticadas por pessoas e grupos poderosos, por meio da manipulação de informações. Além disso, quando evidenciado no contexto da terceirização da repressão, em formato digital de polarização com agressões físicas e morais repercutidas nas redes sociais, e baseado em discursos de ódio e difamação, seja por indivíduos raivosos ou milícias digitais. Nesse sentido, propaga-se de maneira globalizada um ambiente tóxico nas relações sociais e políticas, a ponto da toxicidade se propagar no cotidiano de relacionamentos domésticos em família, de amizade, repercutindo no mercado de trabalho, nas relações empresariais e veículos de comunicação.

Os percursos metodológicos da pesquisa foram conduzidos essencialmente por análise de documentos e realização de grupo focal em profundidade com jornalistas que atuam no Brasil. As respostas obtidas apontam para o jornalismo como atividade de risco, que pode afetar a integridade física, a saúde mental e a convivência social.

Ao considerar as etapas da pesquisa e do testemunho de cada jornalista também como cidadão, é essencial citar que a pesquisa é um serviço público e agrega valor às responsabilidades do jornalismo nas questões democráticas.

Ao longo da realização do grupo focal, a pesquisadora elaborou questões pertinentes à investigação da tese e a maioria dos participantes desenvolveu a fala elucidando sobre o risco maior que os jornalistas sofrem ao se deslocarem para externas fazendo coberturas onde os fatos ocorrem, como é o caso de editorias de polícia e política. O ato de testemunhar se constitui em um princípio orientador da prática investigativa. Assim, a autora entende, que em pesquisas futuras pode ser pertinente estudar o caso de grupos de jornalistas, que de forma frequente se desloca para a cobertura presencial dos fatos.

Contudo, em 2020, segundo o Relatório Anual de Violações à Liberdade de Expressão da Abert, a violência contra jornalistas cresceu 167,85% em relação a 2019. Já em 2021 foi registrado um aumento de 21,69% em relação ao ano anterior, o que significa 145 casos de violência não letal envolvendo pelo menos 230 profissionais da imprensa e veículos de comunicação brasileiros. Os números da violência contra jornalistas no Brasil são dados suficientes para afirmarmos que há, no Brasil, um cenário de insegurança para o exercício da profissão. Para as entidades de classe e organizações de defesa da liberdade de imprensa, como Fenaj, Abert e Abraj, essa ascensão da cultura de repressão, censura e violência é efeito do crescimento dos movimentos de extrema-direita.

Os jornalistas são agredidos no exercício da função no cumprimento do seu papel de levar informações de interesse público para a sociedade e não por infringir leis. Justifica-se, principalmente, porque políticos (ou pessoas ligadas a eles) são os principais agressores, incitando uma violência desferida por parte de grupos da sociedade.

Os métodos aplicados na pesquisa desde o estado da arte, documentação analisada, comparada, tabulada, leituras e estudos bibliográficos até a realização do grupo focal sedimentam um terreno fértil para análises sobre as agressões físicas e morais a jornalistas e veículos de comunicação, a abrangência e flexibilidade de seus



critérios, e a discussão da desinformação nas redes sociais.

Ao abordar a pluralidade como um dos pilares na relação entre o jornalismo e democracia, é possível compreender que a liberdade de informar e de oferecer conteúdo capaz de orientar o público de forma coerente é imprescindível para a atividade jornalística de excelência.

O problema da pesquisa foi resolvido no sentido de apresentar elementos fundamentadores para a urgente discussão e busca de alternativas sobre os riscos e ameaças à prática do jornalismo. Com a terceirização da repressão, agressões físicas e morais a jornalistas brasileiros propagadas na internet, a pesquisa revela mecanismos de freios e contrapesos da democracia, como por exemplo, em um recorte diferenciado, do qual pessoas se apegam com mais força às identidades grupais, não necessariamente religião, raça ou gênero.

A sociedade brasileira ao longo das décadas, classifica ações em códigos binários, dividindo o mundo em bem e mal, sagrado e profano, patriota ou não patriota, certo e errado, gente de família e imorais, éticos e corruptos. Os termos não são neutros, e a subjetividade está implícita em tudo que é complexo. Reduzir a complexidade de assuntos tão importantes e históricos da nossa conjuntura política, econômica e social é no mínimo irresponsabilidade comunicacional.

Quanto às principais inquietações da pesquisadora ao longo do processo da tese como: onde a repressão se revela? E como os ataques a jornalistas brasileiros e veículos de comunicação acontecem? O resultado da pesquisa comprova a necessidade das organizações de monitoramento reavaliarem métodos para reunir informações sobre essas violências profissionais, de maneira a permitir leituras mais complexas e profundas das ameaças que rondam as redações e além disso como avançar do campo teórico para as possíveis soluções em relação ao aumento das agressões físicas e morais a jornalistas.

A limitação no processo de investigação que pode ser mencionada está relacionada aos fragmentos dos ataques a jornalistas e veículos brasileiros na internet que dificultam o entendimento e o fortalecimento de uma consciência jornalística dos riscos digitais envolvidos na prática da profissão. Um outro aspecto, que pode ser futuramente investigado, trata de indícios que apontam para o fato de que órgãos de Estado e grandes organizações de tecnologia estão monitorando as produções eletrônicas de jornalistas em diferentes partes do mundo sem permissão ou conhecimento judicial.

Em contraponto, os conflitos editoriais que envolveram profissionais da comunicação na representação midiática de fatos que marcaram o país nos levam a considerar que a presença de um conselho com representatividade civil seria relevante para contribuir em debates acerca da linha editorial a ser adotada por noticiários em veículos de comunicação, ao mesmo tempo que exerceria um papel fundamental no enfrentamento e combate a constrangimentos profissionais e violência contra jornalistas.

A autora, após todas as etapas, da pesquisa considera que as disposições para o agir ativamente na prática jornalística não são, entre esses cidadãos que atacam, independente da motivação, simples ações relacionadas a desejos e preferências. Querer explicar, com precisão, todas as motivações internas que fazem com que os atores, de uma maneira geral, cometem agressões físicas e morais a jornalistas brasileiros, poderia ser entendida como uma pretensão desmedida. Isso porque os dados levantados são registros que não se esgotam nesta tese.

Outros pesquisadores podem partir desta tese e ir além. Certamente, existem mais desdobramentos a serem considerados, tanto quanto diferentes tendências a ações que levam, em última instância, o indivíduo a ser criador e propagador de informações em rede sem os critérios de apuração das notícias. Tudo, no entanto, dependerá do olhar de quem está investigando as etapas da pesquisa, os contextos e as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. **Violações à liberdade de expressão. relatório anual, 2021**. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/pdf/ABERTRELATORIOANUAL2021.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ALVES, RUBEM. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <[http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/pda/filosofia\\_da\\_ciencia\\_rubem\\_alves.pdf](http://www.moretti.agrarias.ufpr.br/pda/filosofia_da_ciencia_rubem_alves.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARES, G., Villen et al., **Memória e desinformação: os ataques da extrema-direita às universidades brasileiras**. Relações Internacionais, v.73, p. 53-66, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Violações à Liberdade de Expressão**. Relatório Anual. Brasília, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Violações à Liberdade de Expressão**. Relatório Anual. Brasília, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil**. Relatório Anual. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Violência de gênero contra jornalistas – dados sobre os ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021**. Relatório. Brasília, 2021.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)**. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (tese de doutorado). Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09052023-153848/publico/1994\\_MariaAparecidaDeAquino.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09052023-153848/publico/1994_MariaAparecidaDeAquino.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil –1900-2000**. RJ: Mauad X, 2007. p.262.

BERNARDES. **Parlamentares x jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados**, dez. 2013. Rio de Janeiro; Doutora em ciência política (Iesp/Uerj); docente e pesquisadora do mestrado em ciência política do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/PMLBrtwx7gcNpGkdxMS9GPM/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 out. 2022.

BLANCO, Patrícia. **Relatório Liberdade de Imprensa no Brasil**. Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. nov. 2019. Disponível em: <[https://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro\\_Comissao\\_ebook.pdf](https://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro_Comissao_ebook.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2022.

BOCCANERA, Sílio. **Jogo Duplo**. ed. 4. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1997.

BOGARDUS, E.S. (1926). **The group interview**. *Journa of Applied Sociology*, 10, 372-382. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228553795\\_Grupos\\_focais\\_como\\_tecnica\\_de\\_investigacao\\_qualitativa\\_desafios\\_metodologicos](https://www.researchgate.net/publication/228553795_Grupos_focais_como_tecnica_de_investigacao_qualitativa_desafios_metodologicos)>. Acesso em: 5 out. 2022.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field**. In: BESON, R. and NEVEU, E. *Bourdieu and the Journalistic Field*. Malden, MA: Polity Press, 2005a.

CAMÕES, Luís De. **Obra completa**. Ed. 2. Lisboa. Editora Nova Aguilar; 1 jan. 2002. p.1032.

CAPELATO, M. H. R. **A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica**. *História (São Paulo)*, 22(2), 35–58. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000200003>. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/RgyL6zvrRKjNPt5Z36rFnYJ/?lang=pt#>>. Acesso em: 24 out. 2022.

CARNEIRO, J. M. T.; CAVALCANTI, M. A. F. D.; SILVA, J. F. **Porter revisitado: análise crítica da tipologia estratégica do mestre**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, n. 3, p. 7-30, 1997.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <[https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51242-15072018-114301.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51242-15072018-114301.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074149.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONGRESSO NACIONAL. Conselho de Comunicação Social. **Relatório Liberdade de Imprensa**. Brasília, 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Violência contra Comunicadores no Brasil: um retrato da apuração nos últimos 20 anos**. Relatório. Brasília, 2019.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil : Arquivo Miroel Silveira**. São Paulo: EDUSP. 2006. Disponível em: <<https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000786047>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação educacional e políticas públicas**: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Revista do Serviço Público, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/bCWckwnwwrvF8Pb9kDjtDgy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

CHARRON, Jean. BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TORRES, Ricardo T. **Jornalistas expostos e vulneráveis: ataques digitais como modalidade de risco profissional**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

DARRAS, Eric. **Media consecration of the political order**. In: BENSON, R.; NEVEU, E. Bourdieu and the journalistic field Cambridge: Polity Press, 2005, p. 156-173.

DASSIN, Joan. **“Press censorship and the military State in Brazil”**. In: Jane Leftwich Curry & Joan R. Dassin (eds.), Press control around the world. New York: Praeger. pp. 149-186. 1982. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/mZZdVmwfB5fPYBNfpTFwmJC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

DASSIN, Joan. **The Brazilian Press and the Politics of Abertura**. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, v. 26, n. 3, p. 385-414, 1984. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7538/5403>>. Acesso em: 4 out. 2022.

ECYCLE. **“Agnotologia E a Produção Da Ignorância.”**, 25 Sept. 2020, [www.ecycle.com.br/agnotologia/](http://www.ecycle.com.br/agnotologia/). Acesso em: 21 Jun. 2021.

EMERY, R. E. **Family conflicts and their developmental implications: A conceptual analysis of meanings for the structure of relationships**. In C. U. Shantz & W. W. Hartup (Eds.), *Conflict in child and adolescent development* (pp. 270–298). Cambridge University Press. 1992. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1993-97065-010>> Acesso em: 10 out. 2022.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **A violência contra jornalistas e ataques à Liberdade de Imprensa no Brasil**. Relatório 2019. Brasília, 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **A violência contra jornalistas e ataques à Liberdade de Imprensa no Brasil**. Relatório 2021. Brasília, 2022.

FENAJ. **A imprensa do Brasil** – de D. João a FHC. Brasília, 1998.

FERN, EF. **Pesquisa avançada em grupos focais**. Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412990028>, 2001. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2001-01734-000>>. Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/ferreira-n.-s.-a.-as-pesquisas-denominadas-201cestado-da-arte201d.-educacao-sociedade-v.-23-n.-79-p.-257-272-2002/view>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

FIDÉLIS, Guido. **Jornalismo, a Grande Arma da Liberdade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1986.

FÍGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias**. Relatório final do Projeto de Pesquisa FAPESP. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIGARO, R.; NONATO, C. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**. *Líbero*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. 2016.

FORT, M. C.; OLIVEIRA, Luís Ronaldo Vaca Alvarez de . **Medo e horror na cobertura jornalística dos ataques do PCC em São Paulo**. *Logos* (Rio de Janeiro. Online), v. 26, p. 133-145, 2007. Disponível em: <[http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/11\\_MONICA\\_FORT.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/11_MONICA_FORT.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2022.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/unisantos\\_seer,+cap5+\(3\).pdf](file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/unisantos_seer,+cap5+(3).pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

GIRARDI, D. M. **A importância da terceirização nas organizações**. *Revista de Ciências da Administração*, v. 1, n. 1, p. 23-31, 1999.

GONDIM, Sonia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Universidade Federal da Bahia, Paidéia (Ribeirão Preto), 2003, 12. 149-161. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228553795\\_Grupos\\_focais\\_como\\_tecnica\\_de\\_investigacao\\_qualitativa\\_desafios\\_metodologicos](https://www.researchgate.net/publication/228553795_Grupos_focais_como_tecnica_de_investigacao_qualitativa_desafios_metodologicos)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GLOCK, Clarinha. **Mortes de jornalistas no Brasil impõem discussão sobre coberturas e riscos**. Publicado em: 09 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.impunidad.com/noticia.php?id=805&idioma=br>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2005. p.809.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf (Minha Luta)**. Clássicos Editora, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - **raízes do Brasil**. Templo Cultural Delfos, setembro/2011. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2011/09/sergio-buarque-de-holanda-interprete-do.html>>. Acessado em: 13 out. 2022.

JUNG, Cleusa. ZAMIN, Angela. RICHTER, Taiz. **“Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”:** crianças-soldados como fontes testemunhais no jornalismo internacional. Verso e Reverso, vol. 32, n. 79, janeiro-abril 2018, p.1-11. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/profile/Cleusa-Jung/publication/324710458\\_Voce\\_e\\_a\\_primeira\\_pessoa\\_para\\_quem\\_eu\\_conto\\_isso\\_crianças-soldados\\_como\\_fontes\\_testemunhais\\_no\\_jornalismo\\_internacional/links/5e7e530f92851caef4a56bfa/Voce-e-a-primeira-pessoa-para-quem-eu-conto-isso-crianças-soldados-como-fontes-testemunhais-no-jornalismo-internacional.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cleusa-Jung/publication/324710458_Voce_e_a_primeira_pessoa_para_quem_eu_conto_isso_crianças-soldados_como_fontes_testemunhais_no_jornalismo_internacional/links/5e7e530f92851caef4a56bfa/Voce-e-a-primeira-pessoa-para-quem-eu-conto-isso-crianças-soldados-como-fontes-testemunhais-no-jornalismo-internacional.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

KARAM, José Castilhos. **Jornalismo e ética no século XXI**. In: Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 13, n.13, Jan/Dez, 2009.

KIPNIS, Bernardo. **Elementos de pesquisa e a prática do pesquisador**. São Paulo: Moderna, Brasília, DF: Editora UNB, 2005. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8638/1/2011\\_GiulianoVianaDeAlkmin.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8638/1/2011_GiulianoVianaDeAlkmin.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2022.

KHÉDE, Sônia Salomão. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo: Editora Ática, 1990. Disponível em: <<file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/8809-Texto%20do%20Artigo-26318-1-10-20081215.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo Social, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/489>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos, um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

LAZARFELD, P.F. (1972). **Qualitative analysis: Historical and critical essays**. Boston: Allyn & Bacon. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228553795\\_Grupos\\_focais\\_como\\_tecnica\\_de\\_investigacao\\_qualitativa\\_desafios\\_metodologicos](https://www.researchgate.net/publication/228553795_Grupos_focais_como_tecnica_de_investigacao_qualitativa_desafios_metodologicos)>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LE CAM, F., Pereira, FH, & Ruellan, D. (2021). **Violências públicas contra jornalistas**

**e meios de comunicação:** Introdução. On Journalism, About Journalism, Sobre Jornalismo, 10 (1), 10–13. <<https://doi.org/10.25200/SLJ.v10.n1.2021.430>>. Disponível em: <<https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/430>>. Acesso em: 21 out. 2022.

LEWIS, Seth & Zamith, Rodrigo & Coddington, Mark. (2020). **Online Harassment and Its Implications for the Journalist–Audience Relationship**. Digital Journalism. 8. 1047-1067. 10.1080/21670811.2020.1811743. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/346809272\\_Online\\_Harassment\\_and\\_Its\\_Implications\\_for\\_the\\_Journalist-Audience\\_Relationship](https://www.researchgate.net/publication/346809272_Online_Harassment_and_Its_Implications_for_the_Journalist-Audience_Relationship)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LIMA, Alceu Amoroso. **Cartas do pai: de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2003.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2010, p.169-192. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/123456789/10690/Pesquisa%20qualitativa%20e%20quantitativa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

LYRA, M. R. **A contribuição da Arquitetura da Informação para o Gerenciamento de Serviços de TI** - Maurício Rocha Lyra, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. **Garimpos e garimpeiros em Patrocínio Paulista**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/19809070-Material-e-metodos-marconi-e-lakatos-2009-conceituam.html>>. Acesso em: 5 out. 2022.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. **A censura no Brasil do século XVI ao século XIX**. *Estudos Linguísticos*, v. 35, p. 235, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/QQ8ZSt>. Acesso em: 19 out. 2022.

MARTINS, P S. **Estudo da Relevância de Práticas de Inovação: Um comparativo Universidade-Empresa**. 2011. 163 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

MARZOLF, M. **Civilizing voices: American press criticism 1880-1950**. New York: Longman, 1992.

MATHIEN, M. **Les journalistes et le système médiatique**. Paris: Hachette, 2001.

MATTOS, S. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/35618-Texto%20do%20artigo-41914-1-10-20120731%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/35618-Texto%20do%20artigo-41914-1-10-20120731%20(1).pdf)>. Acesso em: 27 out. 2022.



MATTOS, S., org. **Comunicação plural [online]**. Salvador: EDUFBA, 2007. Saladeaula series, nº4. 167 p. ISBN 978-85-232-0894-3. Available from SciELO Books. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/387/pdf/mattos-9788523208943.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2022.

MELLO E SOUZA, Cláudio. **Impressões do Brasil** – A imprensa brasileira através dos tempos de rádio, jornal e TV. Rio de Janeiro: Praxis, 1986.

MIGUEL, J. C.H. (2020b). **Coronavírus, Bolsonarismo e Produção da Ignorância**. Boletim ANPOCS, Ciências Sociais e Coronavírus.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de. (org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

MORGAN, D. L., & Krueger, R. A. (1993). **When to Use Focus Groups and Why**. In: **D. L. Morgan (Ed.), Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art** (pp. 3-9). Newsbury Park, CA: Sage Publications. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4135/9781483349008.n1>>. Acesso em: 19 out. 2022.

MOURA, Clóvis. **Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder**. Revista Princípios, ed. 19, Fonte: Fundação Grubois. nov. 1990. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/1990/11/atritos.htm>>. Acesso em: 10 set. 2022.

MOURA, Dione Oliveira. **Mudanças e permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

NICOLLETI, Janara. Flores, Ana Marta M. **Violência contra Jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube**: Análise dos 100 primeiros dias de pandemia de covid-19 no Brasil. p. 20. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2021. Disponível em: <[https://www.academia.edu/78692341/Viol%C3%Aancia\\_contra\\_jornalistas\\_no\\_canal\\_de\\_Jair\\_Bolsonaro\\_no\\_Youtube\\_an%C3%A1lise\\_dos\\_100\\_primeiros\\_dias\\_de\\_pandemia\\_de\\_covid\\_19\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/78692341/Viol%C3%Aancia_contra_jornalistas_no_canal_de_Jair_Bolsonaro_no_Youtube_an%C3%A1lise_dos_100_primeiros_dias_de_pandemia_de_covid_19_no_Brasil)>. Acesso em: 22 nov. 2022.

NOVAES, Joana de Vilhena; VILHENA, Junia de; MEDEIROS, Sergio. **A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade**. Rev. Mal-Estar Subj. [online]. 2005, vol.5, n.1, pp. 109-144. ISSN 1518-6148. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1518-61482005000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-61482005000100006)>. Acesso em: 24 nov 2022.

OLIVEIRA, Aquiles L. D. BOCA FECHADA: **Comunicadores executados no Brasil por conta do exercício profissional**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Fundamentos de Direitos Humanos. p.104. Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41640/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Aquiles%20Lopes%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PAPADOPOULOU, Lambrini; MANIOU, Theodora A. **'Lockdown' on digital journalism?** mapping threats to press freedom during the covid-19 pandemic crisis. *Digital Journalism*, [s. l.], v. 9, n. 9, p. 1344-1366, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2021.1945472>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PATERNOSTRO, V. I. **O texto na tv: Manual de Telejornalismo**. 5ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, Sylvio. **A Primeira Reportagem**, ed. Ática. ed.1. 1983. Disponível em: <[https://shopee.com.br/A-Primeira-Reportagem-de-Sylvio-Pereira-pela-%C3%A1tica-\(1983\)-i.508885958.10425647039](https://shopee.com.br/A-Primeira-Reportagem-de-Sylvio-Pereira-pela-%C3%A1tica-(1983)-i.508885958.10425647039)>. Acesso em: 15 out. 2022.

PITHAN, Liana Haygert; VACLAVIK, MARCIA CRISTIANE; OLTRAMARI, Andrea Poletto. **Vulnerable careers: analysis of media layoffs as a turning point for journalists**. *Cadernos EBAPE*. BR, v. 18, n. 1, p. 158-171, 2020.

PONTES, Felipe Simão. ALMEIDA, Gabriela C. C. D. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 14 Nº 2. Julho a Dezembro de 2017 - ISSN 1984-6924. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Simao-Pontes/publication/329133176\\_A\\_pesquisa\\_academica\\_sobre\\_jornalismo\\_na\\_pos-graduacao\\_brasileira\\_dados\\_sobre\\_as\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_publicadas\\_nos\\_programas\\_de\\_Comunicacao\\_e\\_Jornalismo\\_1972-2015/links/5f9477a992851c14bce55638/A-pesquisa-academica-sobre-jornalismo-na-pos-graduacao-brasileira-dados-sobre-as-teses-e-dissertacoes-publicadas-nos-programas-de-Comunicacao-e-Jornalismo-1972-2015.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Simao-Pontes/publication/329133176_A_pesquisa_academica_sobre_jornalismo_na_pos-graduacao_brasileira_dados_sobre_as_teses_e_dissertacoes_publicadas_nos_programas_de_Comunicacao_e_Jornalismo_1972-2015/links/5f9477a992851c14bce55638/A-pesquisa-academica-sobre-jornalismo-na-pos-graduacao-brasileira-dados-sobre-as-teses-e-dissertacoes-publicadas-nos-programas-de-Comunicacao-e-Jornalismo-1972-2015.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2022.

POSETTI, Julie; ABOULEZ, Nermine; BONTCHEVA, Kalina; HARRISON, Jackie; WAISBORD, Silvio. **Online violence against women journalists: a global snapshot of incidence and impacts**. Unesco. p. 15. 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136>. Acesso em: 14 out. 2022.

POSETTI, J et al. **The Chilling: Global trends in online violence against women journalists**. UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377223>. Acesso em: 18 out. 2022.

POSETTI, Julie e STORM, Hanna. **Violence against women journalists—Online and offline**. Setting the gender agenda for communication policy: New proposals from the global alliance on media and gender. 2018. Disponível em: <[https://scholar.google.ca/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=th&user=k8uYZJsAAAAJ&citation\\_for\\_view=k8uYZJsAAAAJ:NaGI4SEjCO4C](https://scholar.google.ca/citations?view_op=view_citation&hl=th&user=k8uYZJsAAAAJ&citation_for_view=k8uYZJsAAAAJ:NaGI4SEjCO4C)>. Acesso em: 20 out. 2022.

POWELL, RA e Single, HM. **Focus Groups**. *International Journal for Quality in Health Care*, 8, 499-504. 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/intqhc/8.5.499>>. Acesso em: 13 out. 2022.

PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa. **Agnology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford University Press Stanford, California, 2008.

PROCTOR, Robert N. **No Times for Heroes**. *The Sciences*. v. 35. Issue 2. p. 20-24. march-april, 1995. Disponível em: <<https://nyaspubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/j.2326-1951.1995.tb03180.x>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 6. ed. São Paulo: L. Martins, 1970.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. p. 376. São Paulo. 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26062015-161358/publico/CristianeOliveiraReimberg.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

REVISTA ISTO É. **Como administrar melhor o seu tempo**. São Paulo, nº 1850, agosto de 2005.00

REVISTA VISÃO. **A revolução aos dez anos**, Rio de Janeiro, v. 44, nº 5, p.30-37, março, 1974.

RIOS, Aline; BRONOSKY, Marcelo. **Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade**. *Mosaico*, v. 11, n. 17, p. 86-103, 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. *Diálogos Educacionais*, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>>. Acesso em: 18 nov. 2022

SÁ, C.M.D. **A Função Educativa dos Espetáculos Teatrais na Corte e na Província Mineira**. (Século XX). Ata do XXIV simpósio nacional de História da Associação Nacional de História. S,1: ANPUH. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7002/1/2010NayaradaSilvaVieira.pdf>> Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Aracy Lopes da. **Dois séculos e meio de história xavante**. *História dos índios no Brasil*. p. 357-378. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/hist:p357-378>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, Patápio. **Brasil Memória das Artes**. Disco do projeto Almirante. 1984. Disponível em: <https://portais.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/discos-projeto-almirante/patapio-silva-1984/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SKIDMORE, Thomas. **A culpa é dele**. Jornal Folha de S. Paulo, Artes do Conhecimento, 2003. Disponível em: <<https://fernandoconceicao.com/2016/06/15/thomas-skidmore-a-culpa-e-dele/>> . Acesso em: 13 nov. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 20.

SOUZA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Educação em Revista. v.25. n.03, p.123-140, dez. 2009.

STEIN, Edith. **A construção do ser pessoa**. editora: ideias e letras. ed.1ª. p. 120. 2016. Disponível em: <<https://www.travessa.com.br/edith-stein-a-construcao-do-ser-pessoa-humana-1-ed-2016/artigo/df12e361-6365-472f-8d4a-0a9dbdc01ddb>>. Acesso em: 10 out. 2022.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EdiPUCRS. p. 269, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/39yxfvzpvq6GwKNTjfhfgzk/?format=pdf&lang=pt.>> Acesso em: 17 nov. 2022.

TAKANO J, et al. Livro: **A Revista** - Nº 7 - Takano Editora - 2002. Disponível em: <https://www.sebomosaico.com.br/produtos/livro-a-revista-n-7-takano-editora-2002/>. Acesso em: 23 out. 2022.

TORSNER, Sara. **Medindo a segurança do jornalismo. desafios metodológicos**. artigo. abril, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/344671059\\_Measuring\\_journalism\\_safety\\_Methodological\\_challenges](https://www.researchgate.net/publication/344671059_Measuring_journalism_safety_Methodological_challenges)>. Acesso em: 14 nov. 2022.

UNESCO. **Safety of journalists covering protests. Issue brief in the UNESCO series: World Trends in Freedom of Expression and Media Development**. 2020.

URTEAGA, José Maria. **Dicionário de direito canônico**. Editora Edições Loyola, 1993.

VEIGA, L. & Gondim, S.M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, pp. 1-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/gMFTTts3KJSyjkZXBQV6VjM/abstract/?lang=pt.>> Acesso em: 19 nov. 2022.

VENTURA, Z. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bak/a/dkhYCNcGmFWV8Vr3sk65Trs/?lang=pt.>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 11ª edição. Atlas: São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K226698.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K226698.pdf)><[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K226698.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K226698.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2022.

VIEIRA, Rosângela Souza. **O Papel das tecnologias da O Papel das tecnologias da informação e comunicação informação e comunicação na educação a distância:** um estudo sobre a percepção de educação a distância do professor/tutor. Formoso-Ba: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), v. 10, 2011, pp.66-72. Disponível em: <file:///C:/Users/juan%20antonio%20martine/Downloads/4399-Texto%20do%20artigo-17581-1-10-20131202.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão:** implicações conceituais e metodológicas. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2022.

WAISBORD, Silvio. **Mob censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism.** Digital Journalism, [s. l.], v. 8, p. 1030-1046, 24 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1818111>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2020.1818111>>. Acesso em: 02 out. 2022.

**ANEXO A**

**Ranking – Liberdade de Imprensa no mundo – 2021**

Fonte: Abert



## Anexo B - Matéria jornalística apresentando dados de conteúdo ofensivo contra jornalistas, proferido por Jair Bolsonaro

 **Brasil de Fato**

INÍCIO > POLÍTICA

DIREITOS

### Entidades realizam ato em defesa do jornalismo e da democracia contra ataques bolsonaristas

Ato organizado por 15 entidades rechaça agressões de Bolsonaro e seguidores contra jornalistas, especialmente mulheres

Nicolau Soares  
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 26 de Setembro de 2022 às 06:20



Bolsonaro foi responsável por 147 ataques contra jornalistas em 2021 - Foto: Reprodução Facebook

No primeiro mês de campanha eleitoral no Brasil, foram registrados 2.865.845 postagens com conteúdo ofensivo contra jornalistas no Brasil. A agressividade tem alvos preferenciais: 88% das postagens foram dirigidas a mulheres jornalistas. Os dados são da organização Repórteres Sem Fronteiras, em parceria com o Laboratório de Estudos Sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).


## ANEXO C - Matéria jornalística sobre lançamento da edição do ano de 2021 do relatório de monitoramento de ataques à jornalista no Brasil




# ABRAJI


Notícias

Lançamento do relatório de 2021





MONITORAMENTO DE

### ATAQUES A JORNALISTAS NO BRASIL

Abraji registra **453 ataques** contra a imprensa em 2021, um aumento de 23,4% em relação ao ano anterior.

**07.04**

2022

17:00

Abraji

Liberdade de expressão

Acesso à informação

## Abraji lança primeira edição de relatório sobre ataques contra jornalistas no Brasil

Para marcar este 7 de abril, Dia do Jornalista, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) lança a primeira edição do [relatório de monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil](#), focado em 2021. O documento, que apresenta dados e análises gerais sobre episódios de violência contra jornalistas, comunicadores e meios de comunicação no país, é produto de um acompanhamento anual de restrições à liberdade de imprensa feito pela Abraji há nove anos. Desde 2019, o monitoramento passou a integrar a rede latino-americana [Voces Del Sur](#), ganhando ajustes metodológicos e alcance continental, sendo publicado anualmente no [Relatório Sombra](#) regional.

Lançado em uma data importante para a imprensa brasileira, o relatório mostra que há pouco a ser celebrado: somente em 2021, foram registrados 453 ataques contra comunicadores e meios de comunicação. Em 69% dos casos, a agressão foi provocada por agentes estatais. O presidente Jair Bolsonaro (PL), sozinho, atacou a imprensa 89 vezes no último ano, ou seja, sozinho representa 19,64% do total de ataques. Somando isso aos ataques de seus ministros, assessores e filhos com mandatos eletivos, chega-se a 55% dos ataques totais. Quando apoiadores e manifestantes em eventos favoráveis ao presidente são incluídos na soma, o número chega a 271 – 60% dos registros totais.

Além de denunciar a participação de agentes políticos no quadro de violações à liberdade de imprensa, o relatório revela a plura desse cenário ao longo dos anos. Entre 2020 e 2021, por exemplo, os casos de agressão aumentaram 23,4%. De 2019 até os dias de hoje, esse aumento chega a 248,5%.

Assim como nos anos anteriores, os discursos estigmatizantes, que são agressões verbais que buscam desmoralizar o trabalho jornalístico, foram identificados como a principal forma de ataque, presentes em 74,6% dos alertas de 2021. Com frequência, essas agressões ganham contornos de violência sistemática nas redes sociais, iniciadas por figuras políticas e perpetradas por internautas. Não à toa, 62,5% dos casos tiveram origem ou repercussão na Internet.

Notícias

→ [Liberdade de imprensa](#)

→ [Acesso à informação](#)

→ [Estatuto](#)


→ [Notas](#)

→ [Câmbio](#)


→ [Economia](#)



## ANEXO D - Capa do relatório "Segurança de Jornalista Cobrindo Protestos"



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



# Safety of Journalists Covering Protests

Preserving Freedom of the Press  
During Times of Turmoil

issue brief in the UNESCO series:  
World Trends in Freedom  
of Expression and Media  
Development

**Key trends:**

- Harassment, arrests and physical violence against journalists, mostly by government security forces and sometimes by protestors, have risen in recent years.
- Press freedom and freedom of expression has been impacted in many countries by these attacks.
- A range of attacks have been identified by UNESCO in 65 countries since 2015 for this report.
- At least ten journalists have been killed since 2015 while covering protests, according to [UNESCO's Observatory of Killed Journalists](#).
- Tactics used against journalists have violated international laws and norms that have been long agreed upon under the umbrella of multilateral institutions.

CI-2020/WTR/3

## ANEXO E - Matéria jornalística do Portal da Comunicação apresentando dados sobre a naturalização da violência contra comunicadores



INFLUENCIADORES - JORNALISMO - MARKETING - MÍDIA - DENUNCIAS - ARTIGOS - EVENTOS - PODCAST - REVISTA - CONTEÚDO - NEWSLETTER - GRANDE CONTEÚDO

Home / Jornalismo

### Ataques contra a imprensa aumentam e naturalizam violência contra o setor

Aumento dos casos de violência contra jornalistas acende sinal de alerta para a cobertura política em 2022

Por **Debora Nascimento** 09/04/2022 - 17:48

AA 0 0



Compartilhar Twitter

O aumento da violência contra profissionais da imprensa brasileira nos últimos anos tem preocupado o meio jornalístico, que enxerga nesses acontecimentos uma preocupante tendência de naturalização de ataques contra o setor. De acordo com relatório anual de Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Aberf), pelo menos 230 jornalistas e veículos de comunicação sofreram algum tipo de violência em 2021.

Esse contexto de violência crescente tem levado jornalistas, empresas do setor e entidades de classe a se preocuparem com a situação dos profissionais de área durante o ano de 2022, já que neste ano serão realizadas eleições dentro de um cenário de polarização política e acirramento dos ânimos.

Em 2020, segundo o Relatório Anual de Violações à Liberdade de Expressão de Aberf, a violência contra jornalistas cresceu 167,05% em relação a 2019. Já em 2021 foi registrado um aumento de 21,69% em relação ao ano anterior, o que significa 146 casos de violência não letal envolvendo pelo menos 230 profissionais da imprensa e veículos de comunicação brasileiros.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título: A terceirização da repressão: agressões físicas e morais sofridas por jornalistas brasileiros entre 2018 e 2022.

Acadêmica: Carla Moraes Castello Branco

- 1) Até que ponto o Jornalismo é uma atividade de risco?
- 2) Que tipo de violência, censura ou repressão você já sofreu por ser jornalista?
- 3) Na sua opinião, os profissionais de jornalismo estão vulneráveis a violência psicológica?
- 4) Quanto aos ataques morais, o jornalismo corre risco em termos de credibilidade?
- 5) A violência física nas ruas, durante o exercício da profissão, estimula novos atores a praticarem ataques à imprensa?
- 6) Que tipo de ataque digital você já sofreu por ter formação em jornalismo?
- 7) Até que ponto você se considera seguro e confortável para exercer a liberdade de imprensa?
- 8) Durante o exercício da profissão, você já ouviu alguma piada de pessoas nas ruas na tentativa de descredibilizar o jornalismo?
- 9) Você já sofreu retaliação devido ao veículo de comunicação que representava ou representa?
- 10) Você já foi hostilizado por populares ou mesmo grupos políticos durante cobertura jornalística?